

PAS. QUI. NA. GEM

17 maio

n. 17 / 2021

ISSN 2675-7974
revistapasquinagem.com/



PARRE DE NOS MATARI!

“Pasquinagem” é uma revista de cultura que iniciamos em meio à crise civilizacional em curso, reagindo a contornos assumidos em nosso País, em especial no local de trabalho dos fundadores, professores da PUC-SP. Procurando ficar à altura das melhores tradições desta Instituição vanguardista, busca-se expressar através de seus textos e para além das palavras, com imagens e gestos nela contidos, bem como nas mídias a ela associadas, a perplexidade, os impasses e achados em meio ao turbilhão do momento histórico dificilmente ora atravessado, atentos a indicativos como aqueles oswalddeandradianos de que “o humor é a prova dos nove” e “humor = amor”, sem esquecer, certamente, a velha e boa antropofagia nossa de recuada memória.

A revista está aberta, totalmente aberta, a contribuições provenientes das mais diversas áreas e nos mais diversos formatos: científicos, filosóficos, literários e artísticos de um modo geral. Tem também caráter informativo, noticioso, a fim de se constituir igualmente em repositório não só de divulgação como de registro de atividades consideradas como merecedoras pela editoria. A ela se associam filmagens metadiscursivas em relação ao seu conteúdo, bem como de debates em contexto de engajamento político no combate aos ataques autoritários e mesmo fascistóides que tem se intensificado nos últimos tempos, havendo ainda a conexão com

iniciativas culturais associadas à PUC-SP, em razão do vínculo a ela de seus proponentes, como é o caso da Escola Livre de Filosofia, Direito e Arte (ELDFA). Aos intelectuais, críticos, artistas, que pensam de forma criativa, inventiva e ética.

A periodicidade da revista é mensal, em formato eletrônico, com a previsão de uma edição impressa semestralmente com uma seleção das publicações do período.

Quanto ao Conselho Editorial

Executivo
Urbano Nobre Nojosa
Willis Santiago G.Filho
Paola Cantarini
Vito Antico Wirgues

Conselheiros:
Lúcia Santaella (PUC-SP)
Belmiro Patto (UEM)
Maria Cristina Vidotti (UFG)
Amalio Pinheiro (PUC-SP)
Manoel Fernandes de Sousa Neto (USP) Fabio Sobral (UFC)
Chris McGowan (Billboard, EUA)
Ordep Serra (UFBA) Glenda Andrade (PARIS 8) Paulo Ferreira da Cunha (Universidade do Porto E Juiz-Conselheiro do Tribunal Constitucional)
Maria da Guia Silva Lima (UFC) - primeira professora Emérita da nossa alma mater, leitora assídua da revista, minha querida Tia(Willis)

A revista pasquinagem é

um projeto coletivo de intelectuais, acadêmicos, artistas que tem distribuição gratuita pelo site revistapasquinagem.com.

Os artigos, ensaios, crônicas, análises políticas, econômicas e filosóficas são de responsabilidades de seus respectivos autores.

A revista pasquinagem conta com o apoio solidário da Editora Nojosa na editoração e diagramação dessa publicação editorial.

Editora Nojosa
Av. Dr Altino Arantes 120,
casa 1 Fundo CEP 04042-000
Vila Clementino, São Paulo-SP

Equipe técnica:
projeto gráfico, editoração e diagramação
Urbano Nobre Nojosa

Revisão editorial
Urbano Nobre Nojosa
Vito Antico Wirgues
Willis Santiago Guerra Filho

N O R M A S P A R A P U B L I C A Ç Ã O

A Revista PASQUINAGEM aceita para publicação trabalhos inéditos, de autoria individual ou coletiva de pesquisadores, intelectuais, ensaístas, poeta, fotógrafos vinculados a instituições de ensino superior,

coletivos de artistas, coletivos políticos, grupos de estudos, ateliers, jornalistas, sob a forma de artigos ou resenhas, ensaio, poesia, portfólio de criação de autores nacionais e estrangeiros.

Os textos são publicados na língua original dos seus respectivos autores, de preferência em português, espanhol, francês e inglês entre 8 e 40 páginas. Quanto às resenhas o texto deverá ter dimensão variável entre 2 a 5 páginas, contendo o registro e a crítica de livros, teses e dissertações publicados nos últimos anos. Os ensaios fotográficos, poesias e crônicas podem serem individuais e coletivos.

A publicação de artigos está condicionada a pareceres de membros do Conselho editorial ou de colaboradores ad hoc. A seleção de artigos para publicação toma como critérios básicos sua contribuição à comunicação FILOSÓFICA, ESTÉTICA E POLÍTICA à linha editorial da PASQUINAGEM, a DIVERSIDADE TEMÁTICA. Eventuais modificações de estrutura ou de conteúdo, sugeridas pelos pareceristas ou pela Comissão Científica, só serão incorporadas mediante concordância dos autores. Os revisores dos originais poderão ajustá-los aos padrões da convenção escrita de modo a contribuir para a adequação do texto ao periódico.

O autor deve também fornecer dados relativos à sua maior titulação, instituição e área em que atua, bem como indicar o endereço eletrônico e o endereço

completo, para correspondência.

Orientações para formatação e normalização

O texto deve ser digitado em fonte Times New Roman, corpo 12, com 1,5. O recurso itálico, no corpo do texto, deve ser utilizado somente para palavras estrangeiras. Para apresentação dos elementos que constituem o artigo utilizar as normas da ABNT em vigor. Sugerimos não acrescentar destaques, grifos e etc. em citações diretas, pois são informações ou detalhes que podem desaparecer após a normalização e/ou diagramação final.

- Normas da ABNT
NBR 6022, 2003 - Informação e documentação. Artigo em publicação periódica científica impressa. Apresentação;
NBR 6023, 2002 - Informação e documentação - Referências - Elaboração;
NBR 6024, 2003 - Informação e documentação - Numeração progressiva das seções de um documento escrito - Apresentação;
NBR 6028, 2003 - Informação e documentação - Resumos - Apresentação;
NBR 10520, 2002 - Informação e documentação - Citações em documentos - Apresentação;
IBGE. Normas de apresentação tabular. 3.ed. Rio de Janeiro, 1993.

• Responsabilidades
É de responsabilidade do autor a correção ortográfica,

sintática e a revisão de digitação do texto que será publicado conforme original recebido pela editoração, após as alterações recomendadas pelos avaliadores, se houver.

• Direitos autorais

Ao ter o texto aprovado e aceito para publicação, entende-se como automática a cessão dos direitos autorais para a publicação na Revista PASQUINAGEM em CREATIVE COMMONS, com menção obrigatória da autoria (BY) e atribuição Não Comercial (NC) para ACESSO LIVRE E IRRESTRITO, sendo vedada a derivação (reescrita) dos trabalhos publicados por terceiros (ND).

ISSN 2675-7974
URL:<https://revistapasquinagem.com/>

Sumário

JACAREZINHO: PARE DE NOS MATAR!	08
A COSTURA TRADUTÓRIA DO VOTO NO CORPO SOCIAL: CULTURA E CIDADANIA	16
CORPO-TERRITÓRIO: A PERCEPÇÃO E INTERAÇÃO NO MUNDO A PARTIR DAS CORPOREIDADES	22
HOMENAGEM 29M	26
PRIMARIAS PRESIDENCIALES: EL ENCUENTRO DE TODAS LAS FUERZAS DE IZQUIERDAS Y DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL	36
É APENAS UM VOTO?: A CONSTRUÇÃO DO SUFRÁGIO FEMININO E A VISÃO POR CHARGES (1917 – 1932)	48
OS CISNES NEGROS E A HIERARQUIZAÇÃO RACIAL: BLACK SWANS AND RACIAL HIERARCHIZATION	70
ENGELS: DELINEAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA REVOLUÇÃO, SOCIAL, RADICAL E EM PERMANÊNCIA	98
O ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO DO REGIME MILI- TAR: PERSPECTIVAS SOBRE O JORNAL O GLOBO, DESPOLITIZAÇÃO, E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO GOLPE DE 1964	126
TECNOMAGIA: VIGÊNCIA DA TERCEIRA LEI DE CLARKE	146
O DESERTO TUPINIQUIM OU OS CAMINHOS DAS SECAS	160
PANDEMIA, EXCLUSÃO E EDUCAÇÃO EM TEMAS SENSÍVEIS	170

SITUACIÓN SOCIAL Y POLÍTICA EN COLOMBIA

SEGUNDA TRANSMISIÓN

JUEVES 20 DE MAYO. 16 H. URUGUAY-BRASIL Y 14 H. COLOMBIA

SONIA ALVARÉZ

TOMAS GUZMÁN

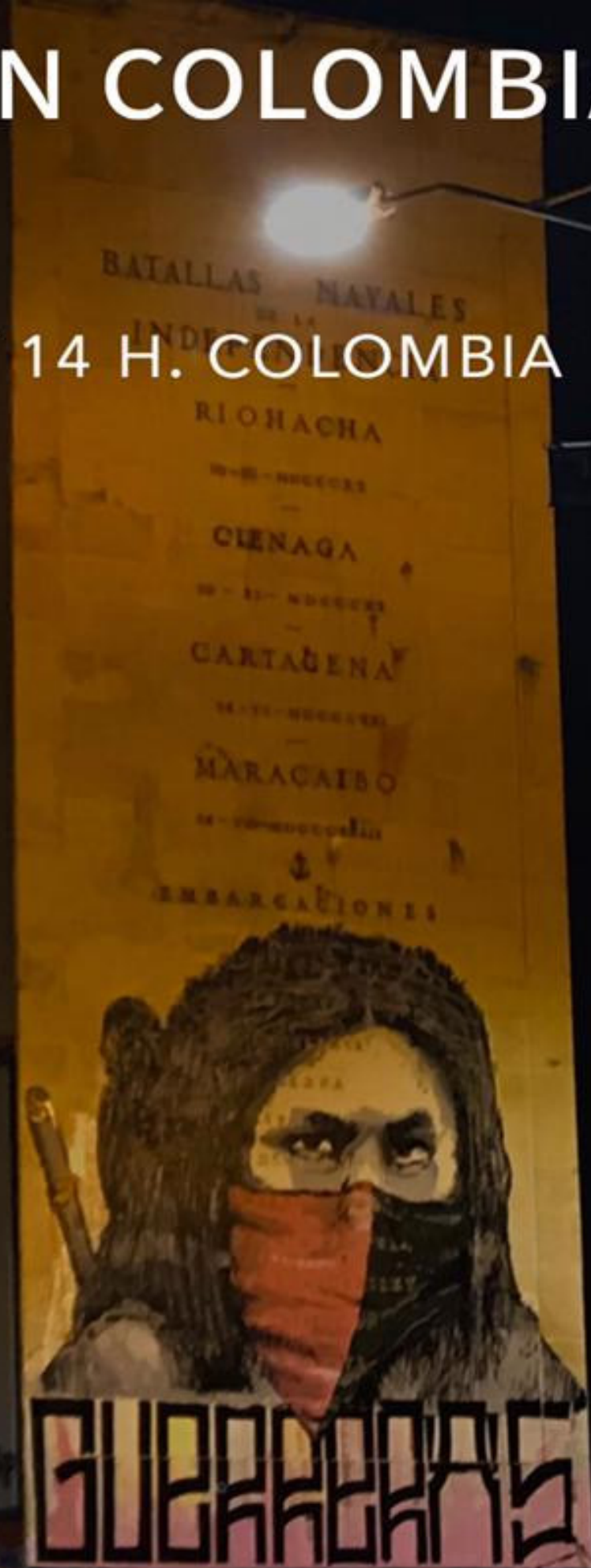
JOAQUÍN CABRERA

JULIANA MESOMO

RAÚL ZIBECCHI

ALEX MORAES

PABLO DÍAZ ESTEVEZ



MÁQUINA CRÍSICA- EL OJO, RADIO COMUNITARIA SARANDÍ-CAMPANA VERDE , RADIO COMUNITARIA EL PARQUE- UDELAR ,NÚCLEO DE ESTUDIOS RURALES

JACAREZINHO: PARE DE NOS MATAR!

URBANO NOBRE NOJOSA

JACAREZINHO! Vinte e oito criminosos! A polícia insiste em criminalização das vítimas do massacre do Jacarezinho. Entretanto, ao menos treze vítimas não tinham qualquer relação com a investigação da operação chamada de EXCEPTIS que apurava o tráfico de drogas e o aliciamento de crianças e adolescentes da comunidade. Essa operação exceptis trata de uma ironia e afronta a resolução do Supremo Tribunal Federal, que em 2020, durante a pandemia de Covid-19 exigiu que possíveis operações policiais em favelas do Rio seriam “absolutamente excepcionais”, sob pena de responsabilização civil e criminal em caso de descumprimento da ordem judicial.

As imagens chocam! O vermelho do sangue esparramado no chão e os corpos levados em lençóis pela polícia. Vinte e quatro corpos foram retirados sem perícia, o que também viola a resolução legal e decisão do STF.

A Polícia civil nega que houve abusos e defende que os agentes agiram em legítima defesa. Entretanto

a disparidade numérica de vinte e oito mortos não segue nenhum princípio de tirocínio policial – tomada de decisão em situação de perigo. Em entrevista coletiva, o delegado chamou a atenção para o ativismo judicial que torna a chacina um processo de vitimização de criminosos.

Na noite seguinte, moradores da zona norte carioca postaram cartazes em protesto contra a chacina: PARE DE NOS MATAR.

Importante observarmos neste fato dessa ação policial é perceber que o grande complexo militar cada vez mais está desvinculado da sociedade e tornou-se uma economia de morte permanente.

Em momentos de crise, a natureza do estado de exceção se revela de forma bruta, bárbara e selvagem. Naquela condição de violência organizada de classe, que Walter Benjamin teorizou sob este estado puro e violento – o estado de exceção. Em sua oitava tese sobre o conceito de história, essa categorização do estado de exceção aparece de forma significativa, realçando que “a tradição dos oprimidos nos ensina que o estado de exceção, no qual



26 10h
maio
Concentração
Posto 8

#ASFAVELASEXIGEMPAZ
#PAREMDENOSMATAR

nós vivemos, é a regra”.

A violência sistêmica é a regra do estado de exceção, fazendo com que a crítica social precise ter coragem intelectual de criar outro relato da história, um relato do mundo a contrapelo dos discursos e pensamento oficial do estado.

Em seu texto sobre *A crítica do poder como violência* (1921) Benjamin elabora a respeito desse fenômeno da violência que permeia toda a sociedade e toda a história humana, em que alguns momentos justificados como violência mítica, violência divina e mera vida (*vlos-ses leben*). Analisando o cerne do poder vigente e como esse poder se mantém assegurado por uma ameaça da violência do direito, violência organizada do estado. Ele analisa a relação entre a violência divina e mítica, pois essa violência mítica assumirá uma feição com caráter normativo do direito e a violência mítica buscará ser identificada como justiça. Portanto, a violência se expressa de forma dupla para instaurar e manter o direito.

O discurso de que a ação de Jacarezinho não pode ser encap-sulada na narrativa do ativismo

judicial e no vitimismo realça essa performance dual da violência do estado de exceção, em que os oprimidos no culto fúnebre de sepultamento de seus parentes compreendem a mão do Estado de exceção. Nesse momento, rompe a contrapelo o discurso da história e do pensamento oficial, essa máquina de guerra e de sua economia de morte.

A mescla estado, violência divina e violência mítica se configura na chacina de Jacarezinho. Esse estado de violência permanente nas periferias do Rio de Janeiro, como nas demais periferias do Brasil e da América Latina expõem essa relação promiscua entre esse o sistema de armas da indústria bélica mundial e a violência sistêmica.

Em função dessa nova arquitetura militar de defesa, chegamos à corrida armamentista entre os estados nacionais na primeira e segunda guerra mundial e atualmente entre esses estados nacionais e seus homens cuspidos (desempregados) do mercado global, que adensam favelas em todo o mundo. A corrida armamentista encontra um novo alvo, seu inimigo potencial. Enfim, suas próprias populações

periféricas.

Existe um discurso de uma naturalização desses homens cuspidos da economia, Giorgio Agamben em sua concepção de vida nua, já trata da figura do bandido como um homem-lobo que foi banido da comunidade, por causa dos seus crimes, podendo ser legitimamente abatido, enfim, sua vida pode ser eliminada.

A condição do bandido (fora da lei) traz novamente um diálogo sobre a violência mítica e violência divina de Walter Benjamin, em que a tecnologia do poder, inerente ao poder do soberano e aqui na condição do estado, como violência organizada revela a origem da decisão sobre um estado de exceção em que legitima a violência como método disciplinador e permissivo de uma feição dupla, vista ao mesmo tempo dentro e fora da lei.

Essas populações periféricas do mundo estão sendo disciplinadas na força da lei, na sua condição matável. Ao implantar a justiça, o discurso da violência mítica do direito cai por terra. Esse sentimento é a florado na brutalidade selvagem da ação policial

em Jacarezinho. As imagens dessa violência criam um verdadeiro assombro, em que de forma atávica nos impulsionam a pensar em sua injustiça. Entretanto, a condição das imagens de forma crua revela a violência em seu estado puro, uma verdadeira máquina de guerra, que de forma automática se reproduz numa violência sistêmica. Eis a verdadeira feição da economia da morte.

Portanto, o jogo de inclusão e exclusão faz parte do exercício desse poder soberano, que não precisa se justificar por suas ações, que além de controlar e assegurar gestos, condutas, opiniões, agora sistematiza o dispositivo da morte de forma regular e sistêmica. O dispositivo de exceção tornou-se regra. Fazendo-nos uma aproximação com Carl Schmitt em sua tese sobre o estado de exceção e o poder soberano, pois existe uma zona de indistinção entre violência e direito.

Eis o paradoxo que vivemos na realidade da política brasileira, em que essa máquina de guerra e sua economia da morte encontra-se também na estrutura política de saúde pública e sua incapacidade de combater a pandemia do Covid-19.

Enfim, os mais de 420 mil corpos enlutados até o momento demonstram que essa incapacidade é um projeto político da economia da morte.

Esse paradoxo, como constatou Walter Benjamin, pois, “se a primeira função da violência passa a ser a instituição do direito, a sua segunda função pode ser chamada de manutenção do direito”.(Benjamim, Walter. *Documentos de cultura. Documentos de barbárie. Escritos escolhidos*. São Paulo: Contrix, 1986, pág. 165.)

Tanto Jacarezinho como a mortandade da pandemia do Covid-19 fazem parte da mesma engrenagem de violência organizada do estado, como violência do capital. Ambos assumem a feição de Janus, percebem as populações periféricas do mundo como problema para o capital, mas paradoxalmente também são as quem alimentam a própria máquina de guerra e sua economia da morte. Por isso, a frase “Viva a morte” do fascista José Millán Astray, chefe de propaganda de Francisco Franco na Espanha sempre estará presente nessa economia de morte desse estado de

exceção permanente, assim como o slogan bolsonarista: mata, desmata, mamata. Enfim, Jacarezinho e o genocídio da Covid-19 são feições do mesmo projeto de economia de guerra e morte permanente. PARE DE NOS MATAR!



Samba
Agoniza mas não morre
Alguém sempre te socorre
Antes do suspiro derradeiro

Samba
Negro, forte, destemido
Foi duramente perseguido
Na esquina, no botequim, no terreiro

Samba
Inocente, pé-no-chão
A fidalguia do salão
Te abraçou, te envolveu
Mudaram toda a sua estrutura
Te impuseram outra cultura
E você nem percebeu
Mudaram toda a sua estrutura
Te impuseram outra cultura
E você nem percebeu

NELSON SARGENTO



FIOCRUZ

120

A N O S

PATRIMÔNIO
DA SOCIEDADE
BRASILEIRA

A COSTURA TRADUTÓRIA DO VOTO NO CORPO SOCIAL: CULTURA E CIDADANIA

VITO ANTONIO ANTICO WIRGUES

Do voto ao veto, tem-se mais que direitos, vive o gozo, a culpabilidade, o prazer, a pecúnia, a alegria e o próprio sentido democrático de ação poética, paradoxalmente, vê-se isso também, como um meio-sentido abstrato da falta cidadã em utopia, cidadania limite, ou seja, da incompletude ou desigualdade de direitos, existe a tendência ilusória direcionada a uma cidadania plena.

Porém, conduzir o voto como noção plena de direitos é senão, de mesmo modo, desejar a vida e a poética perante uma ideologia pós-colonial de perpetuação de complexos de inferioridade e mazelas sociais. Em outra frente, concluir a plenitude cidadã é atestar que a abstração de uma cidadania deve ser maior que a capacidade de criá-la.

Desse modo: a arte finita da vida cidadã deve-se capaz de traduzir o invisível para a ponte pênsil da realidade material, para a cultura, ou seja, transformar o voto em gambiarra política através do exercício de uma cidadania que perpassa a costura do corpo social, como um

caminho de rato que excede o corpo e chega a matéria viva de uma linguagem em pensamento ativo. Voz. É certo que essas questões nos trazem mais perguntas que respostas, problemas que soluções. E é concluso, também, que para a criação ficcional da realidade, atesta-se a consciência de um processo. Para isso, o mito do voto como garantia plena da democracia muitas vezes faz-se traduzido pela participação popular nos movimentos sociais entre o político e o civil, entre o campo e a cidade.

Para efeito de entendimento, o voto não pode ser transubstanciado no sentido de um corpo biológico, atitude física, para um corpo eleitoral, órgão político, deve ser mais, estar-mais. O poder do voto está na capacidade de tradução do mesmo para aquilo que costumamos denominar “cultura”, ou seja, através daquilo que determinamos cultura, um processo tradutório de micro variantes em costurandança sobre a nossa realidade. Para exemplificação do que está sendo falado, podemos ver, em parte, o que se sucede após as propagandas eleitorais e as eleições o que foi afeito

em promessa acaba em constatação vazia pela fala, voz sem voz, atitude pela casca, como uma atividade de linguagem que não se cumpre, em falta e folga sem criação projetiva.

Mais: a cidade é vista como semente inorgânica. O concreto, afeito aos diminutivos de ligação. A noção de indivíduo, como potencial eleitor. E a pessoa, ativamente política em seus afetos crentes de títulos em papel às urnas sinfônicas. Enfim, o estado democrático de direito em seu absoluto avesso nos recantos periféricos. E o cadáver requintado dos trópicos, o absurdo surrealista que de nada se pode com este movimento de absurdos latinos, ali, cada vez mais autuado pela bala de encontro ao povo preto, o latifúndio pelo excedente aos povos da floresta, malungos, autóctones, ribeirinhos; e a política neoliberal no esmague aos desvencilhados da crosta material. Em suma: “Não importam as críticas feitas em nomes dos ‘verdadeiros’ princípios democráticos: a democracia se confunde com a eleição” (História da Cidadania, p. 519). E o signo democrático transforma-se em uma enguia desviante daquilo que vive abstratamente

ao concreto real, principalmente, quando confrontados pela ótica do ditado de Frei Beto: “A cabeça anda onde os pés pisam”. Agora, de outro modo, para a semiótica de Bakhtin, em Marxismo e Filosofia da Linguagem, o seguinte ramo:

Classe social e comunidade semiótica não se confundem. Pelo segundo termo entendemos a comunidade que utiliza um único e mesmo código ideológico de comunicação. Assim, classes sociais diferentes servem-se de uma só e mesma língua. Consequentemente, em todo signo ideológico confrontam-se índices de valor contraditórios. O signo se torna a arena onde se desenvolve a luta de classes. Esta pluralência social do signo ideológico é um traço da maior importância. Na verdade, é este entrecruzamento dos índices de valor que torna o signo vivo e móvel, capaz de evoluir. O signo, se subtraído às tensões da luta social, se posto à margem da luta de classes, irá infalivelmente debilitar-se, degenerará em alegoria, tornar-se-á objeto de estudo dos filólogos e não será mais um instrumento racional

e vivo para a sociedade.

O voto, dessa forma, como índice social inalcançável, torna-se a virada de pensamento do que poderia vir-a-ser, em criação, para o sentido existente de crença maior, transcendência intransponível ou fatal essência subjetiva, isso, em relação aqueles que são considerados errôneos nas camadas infra e super estruturais da sociedade. Ideologias desse tipo são comumente travadas entre a tênue linha existente do RG ao CPF, na partida de mesma confusão entre o cidadão possuidor de alguma garantia e o indivíduo opinante, seja este, deliberadamente alinhado a movimentos de extrema direita, ou velado pelo cabresto em habitus de um cargo-ocupação profissional de importância a determinado meio, carteirada republicana do veto ao voto, característica colonial de herança, de “homens bons” perpétuos e solícitos.

Para tanto, foi necessária a “gramatização” do errôneo perante a purificação ciliar dos mais nobres, Brasil abstrato, europeizado. Filhos do submundo, excluídos

do conhecimento soberano, estavam: “os sem domicílio, os filhos reino, os mecânicos operários, os que vendiam mercadoria ao povo em loja aberta, os degredados, os judeus e outros que pertencessem a classe dos peões, sem esquecer, obviamente, as mulheres e os escravos” (História da Cidadania). E enquanto os peões de batalha salpicavam as trajetórias em jogos trucados, a bola oito da linguagem cultural, cada vez mais efervescente se canonizava profanamente por um Brasil fractal, jongos, sambas, cocos de roda e capoeiras, também, criminalizados pela forma amarga do celeste bom mocismo, entre outras incorporações terrenas da cultura. Escorregadios em calçadas, cada ora e cada vez, eram as manifestações traduzidas ora e vez mais pela população. O gozo da cultura, o prazer de um des-direito. Mas o voto ainda abstrato, a intelectualidade ainda nevoada. Concretamente para alguns outros “nobres”. “Fogos” de artifício, a contagem dos votos para a Corte de Lisboa em 1821 ou mais um gol beijando a rede no coração corintiano? E o habeas corpus da compreensão

cada vez mais fragmentado, morto. Melhor, matado. E revivido. Feiras, gambiarras, centros descentralizados de corpos em artesanias periféricas, artistas de rua, pés calçados, casas coloridas, caminhos ciganos, marreteiros, traduções pedagógicas, becos escoados, ossaturas expostas... De outra forma, qual saída deve ter o voto? Fuga, dança em Baderna dançarina? Cachucha, lundu, umbigada, no chão. Raiz forte. O voto deve ter mais que uma gramática; semântica, sentido. Como nos diz o poema de Manoel de Barros, em tradução livre à pergunta. Deve-se ter imagem para que o nome talhado seja maior que a própria nomeação, deve-se ter o voto costurado e traduzido entre os dias, para que o voto cidadão seja maior que a votação eleitoral. Costuremos.

Ao eleitor:

O rio que fazia uma volta atrás da nossa casa era a imagem de um vidro mole...

Passou um homem e disse: Essa volta que o rio faz... se chama enseada...

Não era mais a imagem de uma cobra de vidro que fazia uma volta atrás da casa.

Era uma enseada.

Acho que o nome empobreceu a imagem.

(Manoel de Barros, Didática da Invenção)

Será que o voto eleitoral empobreceu a democracia ou vice-versa?

Para isso, constatamos que através da cadeia histórica de atuação para chegarmos até esse pacto eleitoral de quatro em quatro anos, entre a forma e o conteúdo de um sistema de eleitorado, políticos, eleitores e cidadãos, o golpe e a garantia soberana nos espreita. Portanto, devemos o manuseio desses pactos para garantirmos a sua estrutura e depositarmos ativamente à forma cotidiana o poder de nossa ação entre os períodos eleitorais, mesmo que ínfima, seja em projetos de bases sociais, políticos, civis ou de forma artística informacional-expressiva; em contrapartida, precisamos da criação poética de

um voto eleitoral costurado culturalmente entre a rotina cotidiana, como atividade socio-civil-política em soma barroca (Estado, as mídias, universidades, movimentos sociais, do campo e da cidade, coletivos, sindicatos, produtores culturais, rádios comunitárias, jornais locais...), entre a junção projetiva de trazer as discussões informacionais para a terra, para o solo, polifonia em brincadeira política de telefone sem fio; infelizmente, um espaço, hoje, tomado pela poética das Fake News e da desinformação. Enfim, que votemos cotidianamente ao arranjo tradutório de nossas cédulas sufragistas, voto que pula à boca e concretiza-se culturalmente em linguagem, entre a voz e a política, voto ativo, polinizado. Votemos.

PINSKY, Jaime. PINSKY, Carla Bassanezi (org.). História da Democracia. Editora Contexto.



YouTube

TV COMUNA

Facebook.com/acomunarevista/

Resiste

20H
SEGUNDA-FEIRA
HORARIO DE BRASILIA
31 10 2021

CHILE HOJE!

CRISTÓBAL ABARCA RODOLFO QUIROZ SABRINA AQUINO

CORPO-TERRITÓRIO: A PERCEPÇÃO E INTERAÇÃO NO MUNDO A PARTIR DAS CORPOREIDADES

EVELYN FAGUNDES

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo discorrer a partir do conceito de corpo-território - em que se refere à narrativa da geografia cultural das corporeidades, a fim de buscar compreender a complexidade dos conflitos encarados por populações oprimidas há anos na sociedade. Além disso, é de interesse procurar entender a essência dos aparatos tecnológicos dentro da história de luta e resistência de muitos povos oprimidos.

Palavras-chave: Corpo-território. Geografia cultural. Conflitos. Sociedade. Aparatos tecnológicos.

Corporeidades e territorialidades

A extensão do corpo é capaz de acomodar diversas informações e subjetividades, desde as experiências, as culturas, os saberes, as afetividades e outras vivências que caracterizam seu espaço como um território único. Nesse sentido, o geógrafo francês Paul Claval afirma que “a experiência do lugar e do espaço se faz através do corpo”. Sendo assim, o corpo-território busca interpretar seu entorno- e se relacionar com ele a partir de sua bagagem de experiências e culturas.

A territorialidade do corpo, tanto em seu viés biológico como simbólico, possibilita a afirmação da identidade do sujeito. É possível se conectar com as raízes culturais de seus antepassados e, ao mesmo tempo, enquanto espaço vivo e infundável, o corpo-território propicia o acúmulo de novos elementos culturais por meio das relações de alteridade que podem ser incorporados à identidade do sujeito ou não.

No entanto, essas possibilidades que o corpo-território permite foram em inúmeras vezes na

História da sociedade oprimidas pelas relações de poder e dominação que classificam e hierarquizam determinados grupos em favorecimento de outros. Desse modo, abordar territórios de populações subjugadas, como é o caso da população negra, é tratar dessa história de opressão, mas também de resistência.

Novas velhas lutas: Conflitos e resistências

Por volta do século XV, europeus colonialistas exploraram o litoral africano com o objetivo de escravizar a população. Em pouco tempo estabeleceu-se o tráfico negreiro para o Brasil, momento em que diversos negros – entendidos como mercadoria para os europeus - foram obrigados a abandonar seu local de origem, sua linguagem, sua cultura e sua crença para trabalhar compulsoriamente em longas jornadas sob diversos abusos e violência.

O colonialismo característico daquela época simulou sua dissolução com a independência das colônias, no entanto, se metamorfoseou. Com o uso de uma nova roupagem, o colonialismo atual usa a máscara do neocolonialismo e das práticas

de racismo e discriminação.

O surgimento das favelas brasileiras, principalmente em São Paulo e Rio de Janeiro, está ligado à procura por moradia e o estabelecimento de ex-escravos nessas regiões, o que ocasionou na construção de uma ótica de discriminação e marginalização para com os moradores das periferias, uma lógica racista que perdura até os dias de hoje. Desse modo, não exige esforço nenhum indicar e comprovar os resquícios do colonialismo até a atualidade. Quando se trata da morte por “bala perdida” da criança Ágatha, 8 anos, no Complexo do Alemão; do adolescente João Pedro, 14 anos, em São Gonçalo ou até mesmo da chacina do dia 6 de maio que deixou 28 mortos na favela do Jacarezinho em uma operação ilegal da Polícia Civil do RJ, sem dúvidas estamos comprovando a presença de práticas neocolonialistas que ameaçam a existência de corpos negros e periféricos.

Para novas velhas formas de opressão, novas velhas formas de resistência: contra esse massacre praticado no Jacarezinho, manifestações no Rio de Janeiro e em São

Paulo gritaram e marcharam contra a chacina. Uma semana depois, o Ministério Público do Rio de Janeiro passou a investigar denúncias por abuso de violência, tortura e execução sumária por policiais nessa operação. Corpos com sede de justiça tem poder. O reconhecimento da potência da territorialidade dos corpos fortifica ainda mais as lutas contra sistemas de opressão.

Busca por espaço social

Quando se trata dos meios de comunicação e, em especial, dos veículos da grande imprensa, é perceptível uma espécie de monopólio por parte de famílias de classes altas sobre a posse das grandes emissoras brasileiras. Desse modo, também é notória a baixa – ou nenhuma – participação de pessoas de classes baixas nessas emissoras, não se vê muitas pessoas da periferia na condição de noticiar ou reportar. A favela até surge como parte do conteúdo a ser abordado nos noticiários, no entanto, em muitas vezes é noticiado com uma perspectiva que transborda estereótipos como os de lógica neocolonialista mencionada anteriormente e que não levam em conta os fortes valores culturais e

sociais que tem assídua presença nas quebradas.

Essa falta de representatividade e a péssima abordagem de temáticas periféricas não só evidencia a crise do jornalismo, mas também consolida obstáculos que impedem a luta pelo protagonismo de grupos minoritários como populações negras, periféricas e trabalhadores de classes baixas.

Cansados desse cenário de exclusão e rumando contra essa corrente, ganharam destaque na internet nos últimos anos grupos e organizações que praticam jornalismo voltado para a ampliação das vozes de grupos marginalizados socialmente, buscando construir um jornalismo representativo e que exale diversidade. Hoje, existem diversos portais que fazem esse serviço de preencher a lacuna da informação que aumentava a desigualdade, como exemplo dessas organizações pode-se citar a Agência Mural de Jornalismo das Periferias, o laboratório ÊNois e a organização Ponte Jornalismo.

Portanto, torna-se notório que o reconhecimento e a afirmação da posse de um corpo-território

não só potencializam as lutas contra os diversos tipos de opressão, mas, em primeiro lugar, é uma porta de conexão para indivíduo com sua origem e seus valores culturais e, a partir disso, se desenvolvem os direcionamentos políticos a serem florescidos em seu território e a forma com que o sujeito entende e interage com seu espaço geográfico.

1. CLAVAL, Paul. A volta do cultural na geografia. In: Revista Mercator Geografia. UFC, ano 01, número 01, p. 19-28, 2002. Disponível em: <<http://www.mercator.ufc.br/index.php/mercator/article/view/192/158>>



#EssencialÉAVida

Pressione senadoras/es a
REJEITAR o PL 5.595/2020,
que torna educação atividade
essencial e coloca milhões
de pessoas em risco



HOMENAGEM 29M

As linhas de Liana e Ricardo

Qual é a linha mais digna que podemos traçar para lembrar a luta de uma geógrafa incansável e um jovem geógrafo?

Para lembrar o tempo-espaço de duas pessoas que se despediram (ou não!?) de nós...

Qual é a linha que separa a vida e a morte?

Numa face, a luta diária, a sabedoria, a esperança e o labor;

Noutra, o calibre, a arma, a injustiça, o choro e a dor (ou sofrimento)

No tiro estrondoso, o silêncio e a cumplicidade sangram sobre o chão.

No corpo saltado.

Nosso sentimento rasgado, torto e mal curado não descansará;

Se a linha do horizonte parece mais distante hoje;

Talvez, não seja fora de hora retroceder a linha do tempo e pausar o instante exato antes do adeus...

No dia 29 de maio é lembrado o Dia da Geógrafa e Geógrafo. Neste ano, não há nada a

comemorar! As dores são muitas, porque perdemos companheiras e companheiros insubstituíveis! Uma dor irreparável. Liana Sandra Maia Chaves Leitão, natural de Limoeiro do Norte/CE, formada em Geografia pela Universidade Estadual do Ceará (UECE), uma geógrafa comprometida com a luta dos trabalhadores do campo e que fez de seus estudos e pesquisas fontes de resistências contra as injustiças e ganâncias do imperativo do agronegócio. O seu engajamento denunciou o uso indiscriminado de agrotóxicos, a perseguição e o assassinato contra lideranças dos movimentos do campo, tal como, a história do agricultor Zé Maria do Tomé, assassinado há mais de 10 anos por travar a luta no campo contra os alçozes que também roubaram a vida de Liana.

Liana foi assassinada no dia 12 de maio de 2021, o crime bárbaro solapou a vida de nossa companheira e ainda não há respostas. Quem mandou matar Liana? Quem tirou a vida da nossa companheira da Geografia? As perguntas perfuraram profundamente nosso peito. A dor é imensurável e as palavras são

pequenas diante da imensa revolta.

No dia 25 de maio de 2021, Ricardo Lima da Silva, perdeu a sua vida (despediu-se da própria vida) dentro da Universidade de São Paulo. Estudante de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH/USP). Também morador do Conjunto Residencial da USP (CRUSP), único grupo a prestar a primeira solidariedade ao Ricardo. Gratidão.

Jovem, negro, monitor e cursava a última disciplina do curso. A academia não pode ignorar as condições psicológicas da produção do conhecimento. Somos integrais. Precisamos de saúde mental para viver nossa juventude e ser feliz também. Não é justo morrerem tão cedo. Parem de nos matar pela ausência. Queremos presença!

Por isso, em singela homenagem citamos a poesia-canção de Eduardo Gudin, Márcia e Paulo César Pinheiro (1975):

Mordaça

Tudo o que mais nos uniu separou
Tudo que tudo exigiu renegou
Da mesma forma que quis recusou
O que torna essa luta impossível e passiva



O mesmo alento que nos conduziu
debandou
Tudo que tudo assumiu desandou
Tudo que se construiu desabou
O que faz invencível a ação negativa
É provável que o tempo faça a ilusão
recuar
Pois tudo é instável e irregular
E de repente o furor volta
O interior todo se revolta
E faz nossa força se agigantar

Mas só se a vida fluir sem se opor
Mas só se o tempo seguir sem se
impor
Mas só se for seja lá como for
O importante é que a nossa emoção
sobreviva
E a felicidade amordace essa dor
secular
Pois tudo no fundo é tão singular
É resistir ao inexorável
O coração fica insuperável
E pode em vida imortalizar

A memória de Liana e Ricardo
representa uma brecha de luz para
iluminar a Geografia dos oprimidos
e revitalizar as nossas forças para
seguir adiante. Liana e Ricardo,
as suas vozes e as suas lutas não
cairão no esquecimento! O nosso

sofrimento e o nosso luto serão
transformados em lembrança e
resistência.
Liana, presente! Ricardo, presente!

Canção da aula imprevista

L á nem pudemos conter a tristeza

i mensa aulinha de dar dó

A gora a lágrima está descida

N ão tivemos a presença amiga

A inda engasgo na muda justiça.

Adeus!
R esistência
I nvisível
C alada
A usência
R uína
D olorosa
O missão

Priscila Viana Alves, Jessica
Aparecida Correa e Ginneth Pulido
Gomez *

* As autoras são geógrafas e
estudantes no Programa de Pós-
-Graduação em Geografia Humana
da Faculdade de Filosofia, Letras e
Ciências Humanas da Universidade
de São Paulo.





marielle franco

MARIELLE FRANCO, PRESENTE!

29M

DIA NACIONAL
DE LUTA POR

#FORA
BOLSONARO

SE O POVO VAI ÀS RUAS DURANTE
A PANDEMIA É PORQUE O GOVERNO
É MAIS PERIGOSO QUE O VÍRUS

**COZINHA
SOLIDÁRIA**
JARDIM **ESTRELA**
> ALMOÇO GRÁTIS <

Oii!
Essa é uma
COZINHA SOLIDÁRIA
É um espaço onde todos se ajudam para superar a situação atual e se recuperar.
A cozinha é aberta graças às doações e ao trabalho voluntário de pessoas de diversas partes da cidade.
SEJAM TODAS E TODOS BEM VINDOS!
TRAGAM AS SUAS MARMITAS.
O Nosso Ambiente agradece.
FUNIONAMENTO:
TERÇA A DOMINGO
DAS 12H AS 13H
COZINHA
DE JARDIM ESTRELA

**USE
MÁSCARA**



PRIMARIAS PRESIDENCIALES: EL ENCUENTRO DE TODAS LAS FUERZAS DE IZQUIERDAS Y DE TRANSFORMACIÓN SOCIAL

RODRIGO MUÑOZ B.
FRANCISCO MELO,

En resumen, como socialistas estamos imbuidos en estos vaivenes, más cerca de la experiencia del Frente Amplio y el Partido Comunista, que de la usanza socialcristiana. Por tanto, ante la desafección del orden imperante que carece de una alternativa contracultural, nos parece que el reto de transformar esta energía en una ética anticapitalista se debe hacer entre las izquierdas. Las primarias deben ser el momento donde los socialistas fijemos nuestro domicilio y elijamos en cuál barrio queremos estar, uno distinto del de los últimos 30 años.

por Rodrigo Muñoz B. y Francisco Melo, Partido Socialista.

Imagen / campaña de Salvador Allende, 5 de septiembre, 1964. Fuente.

“Es necesario que los

militantes del PS y el pueblo comprendan plenamente la significación histórica y humana del socialismo, la justeza de su posición revolucionaria frente a los problemas nacionales y mundiales de su acción política. Dialécticamente generado por el capitalismo, el socialismo constituye su necesaria superación” – Fundamentación Teórica del Programa del Partido Socialista (1947)

El pasado domingo enfrentamos una total reconfiguración del panorama político del país. La centroizquierda llegaba a las elecciones de este fin de semana arrastrando una profunda crisis de identidad, y, como tal, obtuvo el peor resultado de su historia en la elección de constituyentes.

Sin la densidad de la odiada Concertación ni la ambición de la

Nueva Mayoría, Unidad Constituyente llegó apostando sus símbolos sin siquiera intentar construir algo como una coalición. La aspiración de reunir a todos los que se reconocieran en contra de Piñera -algo sencillo si se trata de un Presidente en entredicho por la violación a los derechos humanos y el paupérrimo manejo social de la pandemia-, se evidenció tan feble como lo provisorio del objetivo.

Si bien se puede matizar con que las listas bajo el paraguas de Unidad Constituyente les fue razonablemente bien en las regionales y comunales, donde se mide la fuerza territorial de los partidos, eso es un vaso de agua frente al océano que significaba la decisión por el Chile de los siguientes 30 años.

La clave de las definiciones

a futuro es identificar cuánto del centro necesita de esta parte de la izquierda para subsistir y qué decisiones requiere tomar el Partido Socialista para no depender de un tercer golpe de suerte para mantenerse vigente.

Ya durante los meses posteriores al término del gobierno de Michelle Bachelet, el progresismo, y en especial el Partido Socialista, mostró su inquietud por desligarse de la Democracia Cristiana, pero ella supo maniobrar exitosamente para mantenerse a nuestro lado, con la concomitancia soterrada de los vestigios concertacionistas.

Aunque la llamada de alerta de las primarias de gobernadores pareció dar una señal, donde la DC mostró una musculatura bastante mayor al PS y al PPD, se demostró

con el tiempo lo errado que era sacar conclusiones ante una bajísima participación, ratificado con el injustificado del matonaje de Chahín a la dirección socialista en el marco de las negociaciones municipales.

Hoy pareciera que la dinámica iniciada con la derrota a Pinochet, de alternar hegemonías entre los partidos como motor de una coalición, simplemente se fundió ante la pérdida de imaginación y de capacidad de representar a las mayorías sociales que estos mismos partidos originaron en sus gobiernos.

Lo que era la centroizquierda, con los últimos soportes materiales de la transición, son una ruina. De eso, hoy se levanta el PS con su historia, cientos de dirigentes

sociales, amplios cuadros técnicos y una militancia con un enorme despliegue territorial que ha triunfado. Por eso es crucial saber si queremos ponernos como escudo de la Democracia Cristiana, y con ello, de los otros grandes derrotados de la elección (Chile Vamos), o si aspiramos a construir con las izquierdas un nuevo proyecto cuando están inéditamente las condiciones para iniciarlo.

Si queremos soñar con un proyecto socialista, democrático y popular, debemos superar la relación tortuosa de la última década con el centro político expresado en la DC.

No dejamos de reconocer que ha habido y seguirán existiendo fricciones con sectores del frente-amplismo y del comunismo, como

también sabemos que no será sencillo para ellos recibirnos tal cual. No obstante, durante buena parte del siglo XX la convergencia del espectro socialista resultó viable en una serie de experiencias al interior del mismo PS. De esa manera, entablar confianzas es un esfuerzo que no debe restarnos ni darnos descanso.

Ello debe ir de la mano con asumir como necesario impregnarnos de una nomenclatura de izquierda que consolide este viraje, sino quedaremos como un Partido que sigue la inercia del oportunismo. Parte de eso se avanzó en la elección de liderazgos municipales y constituyentes, con liderazgo que ya conocen estas canchas, como Karina Delfino, Christopher White, Pedro Muñoz, Tomás Laibe, entre otros.

Esto lo mencionamos fuertemente porque el cambio que se está produciendo, de creciente exasperación frente a las frustraciones cotidianas, debe conducir a la estabilidad de una coalición que politice el descontento y la necesidad de

transformaciones profundas. Estamos plagados de desigualdades, por lo que la lucha por la vida nos equipara transversalmente.

Es crucial no interpretar lo ocurrido como si fuera tan sólo una repentina polarización juvenil, y no la consecuencia de la construcción de una identidad cultural diferenciada. La aceleración del ritmo de las transformaciones sociales y acontecimientos históricos es una grieta que se ha abierto velozmente, fruto de un ciclo de protestas iniciado principalmente desde el movimiento pingüino de 2006.

Si eso lo combinamos con la actividad frenética de 2019 -especialmente en los cabildos territoriales-, se genera en esta generación una contextura política que faltaba en 2011, esto es, métodos y modalidades afinados a través de la lucha para superar los escenarios negativos, como la falta de perspectivas y el empobrecimiento del crédito.

Todos estos son rasgos comunes que muestran un proceso de creación de cimientos, que se comparte

con otras latitudes, centrados en la deliberación en asambleas, toma de decisiones por consenso, trabajo concreto en la comuna y organización social por fuera de los partidos -no por ello apolítica-, sino más bien una contraposición al electoralismo de la última década.

En definitiva, la tarea sustantiva es convertir la desposesión característica de esta época, por un modo de vida basado en los comunes: solidaridad intergeneracional con las clases proletarizadas, vivienda comunitaria, redes de apoyo paraestatales, espacios digitales más allá de las grandes compañías, creación colectiva, cooperativismo, reivindicación de la autonomía social, prácticas colectivas de cuidado, en fin, la amplitud de la capacidad de actuar cohesionadamente, rompiendo con la condición adulta, la explotación y la obligación de competir.

Ha sido en las luchas sin respuestas de la institucionalidad donde nos hemos encontrado: en el movimiento estudiantil, No+AFP, el feminismo, contra el cambio

climático y en las problemáticas regionales; como también el derumbe de las posibilidades vitales con la crisis de la vivienda, la deuda de los préstamos estudiantiles y la precarización del mercado del trabajo.

Con todo, no queremos decir que necesariamente hay un prisma interpretativo claro, porque hay mucha diversidad y contradicción interna, pero sí que allí estuvieron los grupos en posición de responder a la promoción del vaciamiento del empoderamiento colectivo de la postdictadura.

Lechner consideraba que la democracia, para la izquierda, debía ser una lucha inacabada por lo deseado, el lugar de la incertidumbre y no de los moldes establecidos inalterables. Hoy estamos ante ese momento, al fin, en que comienza a transformarse la democracia y la izquierda debe confluír para ejercer esa mayoría.

En resumen, como socialistas estamos imbuidos en estos vaivenes, más cerca de la experiencia del

Frente Amplio y el Partido Comunista que de la usanza socialcristiana. Por tanto, ante la desafección del orden imperante que carece de una alternativa contracultural, nos parece que el reto de transformar esta energía en una ética anticapitalista se debe hacer entre las izquierdas.

Las primarias deben ser el momento donde los socialistas fijemos nuestro domicilio yelijamos en cuál barrio queremos estar, uno distinto del de los últimos 30 años. Aspirar a construir una alianza amplia, en que puedan acudir todas las fuerzas de oposición, pero cuyo eje se mueva de la vieja transición a las nuevas fuerzas de cambio y los movimientos sociales, es la misión del período. Con nuestras luces y sombras, a eso hay que empezar a ponerle el hombro: lo demás es mantener una agonía innecesaria.

Santiago, 19 de mayo de 2021

Francisco Melo Contreras, es el ex Presidente de la Juventud Socialista de Chile, historiador.

Rodrigo Muñoz Baeza, es

Vicepresidente de la Juventud Socialista de Chile, abogado.

ISSN - 2452-5634



ROSA

01 | primavera 2019 | BALANCES Y ESTRATEGIA

21
1052021



CINEMA E AMÉRICA LATINA

CONVIDADOS

CYNTIA CALHADO MARCELO PRIOSTE MAURO PERON

Colóquio Internacional

LUKÁCS E O SÉCULO XXI

Assista  <http://bit.ly/retdebates>

Mesa de Debate 2



Antonio Rago

PUC - São Paulo - BRASIL



Ranieri Carli

UFF - Niterói/RJ - BRASIL

3 de junho de 2021
Quinta-feira
19:30 - 21:30 h



Organização: Giovanni Alves (UNESP) e Ariovaldo Santos (UEL)

Colóquio Internacional

LUKÁCS E O SÉCULO XXI

Assista  <http://bit.ly/retdebates>

Mesa de Debate 1

Abertura



Antonino Infranca

filósofo/Roma - ITÁLIA



Miguel Vedda

UBA/Buenos Aires - ARGENTINA

3 de junho de 2021
Quinta-feira
9:30 - 11:30 h



Organização: Giovanni Alves (UNESP) e Ariovaldo Santos (UEL)

É APENAS UM VOTO?: A CONSTRUÇÃO DO SUFRÁGIO FEMININO E A VISÃO POR CHARGES (1917 – 1932)

ARTHUR GUILHERME ARAGUES SERRA ALMEIDA¹

RESUMO

Este artigo busca analisar a trajetória do sufrágio feminino brasileiro, as metas da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), assim como a visão que se tinha em relação as mulheres na primeira metade do século XX, mais especificamente entre as décadas de 1910 e 1930.

As fontes que sustentam a presente pesquisa são um documento da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) retirado do Arquivo Nacional, uma entrevista à revista *À Esquerda*, assim como charges da revista *O Malho* e do jornal *Correio do Povo* enquanto fontes. Para a análise das fontes nos apoiaremos em autores que tratam de arquivo, charge e oralidade (BACELLAR, 2008; LUCA, 2008; PORTELLI, 2009).

Palavras-chave: Sufrágio feminino; Mulheres; Voto; Participação política.

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como o seu objeto o sufrágio universal brasileiro feminino, que se tornou concreto no Governo de Getúlio Vargas, através do Decreto 21.076² de 24 de Fevereiro de 1932, que buscava reformar o sistema eleitoral do Brasil.

A conquista do voto feminino não pode ser considerada uma questão isolada, ou seja, temos de compreender o processo que culminou na conquista das mulheres, todo o contexto histórico a curto prazo, a República Velha e Vargas no poder, uma resposta a Primeira República, que provocou sua quebra.

O sistema político da Primeira República (1889-1930) foi marcado pela alternância entre representantes dos Estados de São Paulo e Minas Gerais no poder (na presidência), a política dos governadores³ e o voto de cabresto⁴, segundo FERREIRA & PINTO (2006).

Na primeira eleição para presidente, em 1894 o percentual de eleitores foi de 2,2% sendo que mulheres, escravos, religiosos e mendigos não podiam votar, e

na última eleição para presidente na Primeira República, em 1930 5,6% da população votou, sendo que as mulheres no Brasil ainda não tinham esse poder nas mãos, em contraponto na maior parte da Europa as mulheres já depositavam o voto na urna, conforme CARVALHO (2002).

“A transição para um novo capítulo da história republicana veio associada ao desejo de superação do vício eleitoral” (HOLLANDA, 2009a, p.239, apud AFLALO, 2017, p.4). O novo período, com Vargas, busca entre outros fatores superar a Primeira República em quesitos eleitorais, por dois eixos, o aumento do número de eleitores aptos a votar e transparência nas eleições, conforme AFLALO (2017). O voto feminino está inserido nessa estratégia de aumento de eleitores.

Para compreendermos esse momento problematizaremos e analisaremos a ata da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino que traz o que a instituição busca, uma entrevista contra Bertha Lutz, charges de dois periódicos entre 1917 e 1932. Além disso traçaremos o perfil do movimento e de sua principal

liderança, e buscamos refletir sobre estereótipos entendidos na sociedade como sendo da mulher.

AS LUTAS DAS MULHERES: DOS COMBATES AO INÍCIO DAS SUFRAGISTAS NO BRASIL

Na historiografia há muitos estudos e publicações que abordam a temática do sufrágio feminino no Brasil (ALVES, 1980; HAHNER, 2003; MARQUES, 2004).

As mulheres no Brasil não se organizaram e tomaram ações apenas no século XX durante campanha sufragista, mas também em outros momentos da história do país, como durante o século XIX nas lutas contra Portugal na Bahia pela independência do Brasil, na Guerra do Paraguai, mulheres escrevendo sobre os temas e atuando na linha de frente dessas e outras lutas, conforme FRANCO & PRADO (2012). Um exemplo de mulher que participou da luta de independência na Bahia contra Portugal trazido por esses dois autores foi Maria Quitéria que para servir as batalhas pela independência do Brasil usou uniformes de soldados,

e entrou para o Regimento de Artilharia até que fosse descoberta. Participou de enfrentamentos em Salvador. Em 1823 foi recebida por Dom Pedro I que lhe deu a Condecoração da Cavalaria da Ordem Imperial do Cruzeiro⁵. As mulheres participaram da luta nacional durante o século XIX, escrevendo em jornais, publicando livros, participando ativamente de conflitos, ou seja, nas rupturas, nos projetos de mudança do país as mulheres estavam presentes.

O direito ao voto feminino foi uma ruptura marcante na história do mundo, pois as sufragistas não eram mulheres a frente de seu tempo, modernas. Estavam em seu tempo presente construindo a luta que viam como necessária as mulheres.

Em 1891, a então nova Constituição declarava que os aptos a votar eram cidadãos alfabetizados maiores de 21 anos, e as mulheres estavam excluídas, embora na Assembleia Constituinte houve parlamentares que defenderam o voto feminino. Há mulheres que se alistaram como eleitoras e outras que lançaram candidaturas, ambas foram

impedidas, segundo FRANCO & PRADO (2012). Havia ficado claro que as mulheres de forma geral e indistinta estavam impedidas de votar e serem votadas, de ter uma participação política por meio do voto. Os argumentos são que os trabalhos domésticos ficavam a cargo das mulheres enquanto os homens nutriam o lar financeiramente, e pagavam com o serviço militar a sua participação política, já as mulheres não teriam influencia na sociedade ao se tornarem eleitoras e o Brasil não estava preparado para uma mudança deste nível, conforme AFLALO (2017).

A luta pelo direito das mulheres ao voto passou a ter mais espaço quando se tornou conservador, na década de 1910, ou seja, quando deu brecha para as mulheres da elite liderarem o movimento que deu foco ao voto e não postulou outras bandeiras mais radicais.

No ano de 1910 é formado o Partido Republicano Feminino, na busca de fazer o debate sobre o voto feminino chegar no Congresso, conforme TELES (1993). A sua principal liderança era a professora Leolinda de Figueiredo

Daltro, presidente do partido que era formado essencialmente por professoras primárias e esposas de funcionários públicos, segundo HAHNER (1981). Em 1917 o partido organizou uma passeata de mulheres pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro em virtude da luta pelo voto feminino, e neste mesmo ano o deputado Mauricio de Lacerda apresentou o projeto de lei que estabelecia o sufrágio feminino, porém este projeto não seguiu para um debate entre os deputados. Dois anos depois um projeto semelhante foi presente, avançou, chegou a ir à votação no senado, mas não seguiu para ser promulgado pelo presidente, segundo SOIHET (2012). As representantes do Partido Republicano Feminino acompanharam a sessão, porém saíram do local sem a vitória que tanto almejavam.

A sociedade brasileira, sob a visão da frágil ciência da época tinha a concepção de que as mulheres não deveriam participar da vida política, e sim manter as suas atividades relacionadas ao lar e a família, apenas. Essa é uma concepção muito anterior ao século XX. A mulher no século XII deveria ser

uma filha virgem, uma esposa submissa ao marido, com a função de colocar seus filhos no mundo, e uma viúva votada à continência. E a mulher sendo esposa era mantida zelando pelo lar da família, conforme aponta DUBY (2013). Assim, o homem controla a vida das mulheres durante todas as suas fases, e busca manter esse mesmo formato de usurpação da vida feminina no início do século XX com as justificativas da mulher ser emotiva, de seus maiores deveres serem com a família.

A SOLIDEZ DO MOVIMENTO SUFRAGISTA: BERTHA LUTZ E A FEDERAÇÃO BRASILEIRA PELO PROGRESSO FEMININO

Bertha Maria Julia Lutz, mais conhecida como Bertha Lutz, nasceu em São Paulo em 1894. Ela se formou em Ciências Naturais pela Universidade de Paris em 1918 (LÔBO, 2010; MONTEIRO & GRUBBA 2017; KARAWEJCZYK, 2018). Em sua estada na França teve a oportunidade de acompanhar os movimentos femininos, em especial o sufragista.

Em 1919 ingressou no serviço público do Brasil, conforme MONTEIRO & GRUBBA (2017). Participou de eventos internacionais onde eram discutidos os papéis que as mulheres buscavam na sociedade, como por exemplo a Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras.

Em 1920, Bertha Lutz e Maria Lacerda de Moura, professora e escritora mineira, criaram a Liga para Emancipação Intelectual da Mulher, um grupo de estudos que buscava a igualdade para as mulheres, conforme HAHNER (1981). Maria Lacerda de Moura era de uma linha mais radical do feminismo, pois defendia que houvesse o controle de natalidade, e também havia aquelas ligadas as ideias do anarquismo e do comunismo, que crescia nas fabricas entre os operários (HAHNER, 1981; TELES, 1993; SOIHET, 2012). Logo Bertha e Maria entraram em divergência. Maria Lacerda de Moura observava que a luta pelo voto iria atingir os seguimentos médios e mais altos da sociedade, sem atingir as mulheres mais pobres e as estruturas da sociedade organizada. Além disso

era contra o capitalismo e a igreja. Assim, Maria Lacerda de Moura se distanciou do grupo composto por mulheres de classe média e alta que eram contra as ideias tidas então como radicais.

Em 1922, Bertha vai aos EUA para a I Conferencia Pan-Americana de Mulheres, onde foi uma das delegadas latino-americanas, representante do Brasil. A conferencia mostrou que os temas das mulheres de diferentes países estavam afinados, entre eles filhos e direitos para as mulheres. Bertha esteve três meses no país e percebeu que para o Brasil seria mais proveitoso seguir o modelo sufragista americano, calmo, sem violência, ao invés de ter por bases alguns modelos europeus, que foram carregados de violência, segundo HAHNER (1981).

No mesmo ano fundou a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). A federação surgiu em um ambiente de contestação a Primeira República e buscando o voto para as mulheres, com inspiração no movimento sufragista internacional (TELES, 1993; LÔBO, 2010; KARAWEJCZYK, 2018). A sua maior articuladora foi Bertha

Lutz, que definia seus estatutos e eixos de luta para além do voto, como uma legislação reguladora para o trabalho feminino. Nesse ano 170 mulheres ingressaram na FBPF, sendo que 121 delas declaram ter uma profissão, aponta HAHNER (1981).

A ata da FBPF demonstra os eixos que a instituição defendia, assim como questões colocadas no movimento sufragista brasileiro e correntes que as mulheres não tiveram força

Para a análise desse documento nos apoiamos em BACELLAR, 2008; AGUIAR & BARBATHO, 2013.⁶

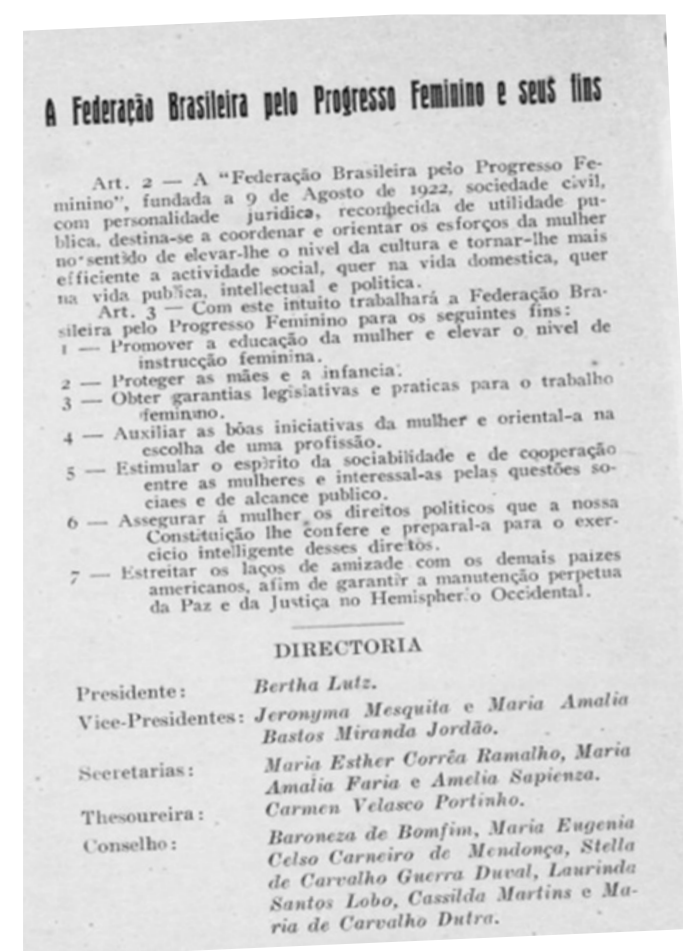


Figura 1: Primeira página do estatuto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Boletim Informativo, 1929. Arquivo Nacional Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.

BR_RJANRIO_Q0_ADM_EOR_CDI_BOL_001.

O estatuto em seu Artigo 2º aponta que tem por objetivo colocar a mulher em frentes distintas, na vida social, política, intelectual, doméstica. As mulheres da burguesia buscavam o voto, que a sociedade patriarcal não lhe facilitou, e isso seria uma nova via de atividades. Porém podemos observar que mesmo para as mulheres intelectuais, de classe média os deveres com o lar, com o homem ainda seriam mantidos, assim o voto não trouxe, como era esperado uma educação para todas as mulheres, a alvorada de um futuro diferente daquele que viviam, não trouxe um rompimento com a sociedade patriarcal. Em entrevista ao Nosso Jornal, Maria da Conceição de Manso Sayão da Silva Pessoa, esposa do então presidente Epitácio Pessoa, relatou que de seu ponto de vista as mulheres poderiam manter relações sociais e os cuidados com a família, segundo HAHNER (1981). As mulheres buscavam a igualdade pelo voto, mas as desigualdades se fizeram presentes em outras frentes.

O Artigo 3º coloca que a federação iria instrumentalizar as mulheres e mostra as frentes que buscavam atuar, como na construção de leis que defendessem as mulheres, a sua capacitação profissional, entre outros fatores que representaram a ampliação de direitos para as mulheres.

Ao fim do documento assinam a presidente, a vice-presidente, secretarias, tesoureira e o conselho, todas mulheres, sem um único homem. Com isso podemos observar a seriedade e a coerência da federação, pois buscava direitos para as mulheres, e isso só poderia ser realizado por mulheres, que embora da burguesia compreendessem muito mais as mazelas as quais as mulheres passavam do que os próprios homens. Mas isso não significa que os homens não davam valor a essa luta. No meio institucional, no congresso desde o fim do século XIX havia parlamentares que defendiam e tentavam avançar o projeto para o voto das mulheres no território nacional.

Diante de todos os elementos apontados podemos compreender essa ata da Federação Brasileira pelo

Progresso Feminino (FBPF) como um produto do movimento sufragista brasileiro.

Foi organizada no fim de 1922 a I Conferência pelo Progresso Feminino, que discutia os caminhos para chegarem a concretização do voto feminino, e autoridades da época como o senador Lauro Muller compareceram ao evento (HAHNER, 1981; SOIHET, 2012).

A consolidação do voto feminino foi construída pelo alto da pirâmide social, do bom trânsito das mulheres das classes médias e alta com os políticos do início do século XX. A primeira e simbólica vitória ocorreu em 1927 quando Juvenal Lamartine, governador eleito do Rio Grande do Norte, anunciou que iria autorizar o voto feminino no Estado. Estava com isso seguindo a Constituição de 1891 que textualmente não excluía as mulheres, mas na prática sim. A tática era de que outros Estados aderissem ao voto feminino e isso ser mais uma pressão sob os ombros do Governo Federal, o que foi fundamental. Em 1928 no Rio Grande do Norte 15 mulheres foram as urnas votar, porém os votos a nível federal não

foram validados, segundo TELES (1993). Mesmo com a pressão dos Estados havia uma resistência do Governo Federal em aceitar a mulher na vida política.

A consolidação do sufrágio feminino no Brasil não foi um movimento de massas, de bases, mas foi bem organizado se compararmos com os demais países da América Latina. O direito ao voto das mulheres teve a ajuda de homens, mas não foi um voto entregue pelas mãos dos homens simplesmente, segundo HAHNER (1978).

As lideranças do movimento sufragista brasileiro eram mulheres intelectualizadas, de classe média ou alta, como engenheiras, advogadas, e profissionais de uma classe média emergente, como professoras, engrossavam o coro, conforme HAHNER (2013). Para além das lideranças, as formações profissionais das mulheres demonstram que estavam buscando e conseguindo ter uma formação de nível superior, candidatar-se a um trabalho remunerado e dessa forma ter renda, conforme aponta SOIHET (2013). O espectro da vida social para as mulheres estava se ampliando. As

mulheres se organizaram, assumiram compromissos entre mulheres, travaram diversos diálogos e pressionaram os Governos Estaduais e Federal.

A FBPF mostra a sua contradição, pois havia uma preocupação com as mulheres trabalhadoras, mas o grupo passou a ser integrado por mulheres da classe média e alta. Isso demonstra que as mulheres mais pobres, a base social, não tem em uma unidade de grupo, o poder sobre questões que dizem respeito a elas. O que esqueceram foi de terem compromissos com as mulheres mais humildes e lhes dar espaço para participação no movimento sufragista.

Abaixo analisaremos uma entrevista de Raquel Prado para a revista À Esquerda, sob o apoio de PORTELLI (2009)⁷ tendo a oralidade como fonte.



Figura 2: Entrevista de Rachel Prado à Revista A Esquerda, em 23 de Março de 1931.

Raquel Prado inicia falando bem de Bertha Lutz, e em seguida faz duras críticas e reforça que ela se esqueceu das mulheres mais humildes, da mulher que trabalha no chão de fábrica, na casa de famílias abastadas, ou seja, ela se

esqueceu do núcleo social a qual ela não pertence. E ela não trabalhou com problemas sociais de forma central, fez isso apenas em relação ao voto feminino pensando que isso iria ajudar a resolver outros problemas da sociedade brasileira, ou como coloca Raquel Prado, Bertha fez isso como um projeto político, na busca de votos para conquistar a câmara ou o senado. Porém mesmo com mulheres aptas ao voto outros problemas tão importantes ou mais importantes que este continuaram pairando a sociedade.

Na década de 1930 as mulheres passaram a fazer parte da vida política pelo direito ao voto a partir do Governo Provisório do então presidente Getúlio Vargas. O presidente fez que criassem uma sub-comissão legislativa para se analisar a reforma eleitoral. Assim, em 1932 foi produzido o novo Código Eleitoral onde as mulheres foram reconhecidas pelo Governo Federal como aptas a serem eleitoras e candidatas, isso garantia-lhes a participação em eleições. “É eleitor o cidadão maior de 21 anos, sem distinção de sexo, alistado na forma deste Código.”⁸ As mulheres

tinham a partir de então o direito de votar.

NA CONTRAMÃO ATRAPALHANDO O TRÂNSITO⁹: A IMPRENSA

As charges apresentadas a seguir são documentos históricos que revelam o medo por parte dos homens em relação as mulheres terem o direito ao voto, em poderem participar dos pleitos. Esse medo era iniciado e até mesmo forjado pela imprensa, que era movida por seus preconceitos e interesses capitalistas. Ela realizava a manipulação do imaginário social. Em todos os países onde houve a luta pelo sufrágio feminino as mulheres tiveram de lidar com as distorções e o medo que eram produzidos em relação a elas e seus direitos.

Mino Carta, jornalista e dono da revista Carta Capital, coloca que a imprensa brasileira é uma imprensa de caráter conservador, pois tem apenas uma voz, a voz conservadora, que ecoa esse tipo de ideias, enquanto em um país onde a imprensa é de fato livre há diversas vozes, jornais independentes, conservadores, imprensa de

partido, imprensa de vanguarda, entre outras, conforme CAPELATO (1988). A imprensa é conservadora como um reflexo da sociedade que teme a vida democrática, a pluralidade de ideias. Podemos refletir que quem estava a frente dessas publicações na grande imprensa (e não em jornais alternativos e dirigidos



por mulheres) eram os empresários do meio, homens de classe alta, que faziam ecoar o pensamento dos

homens na sociedade do início do século XX.

Para a análise das charges utilizamos LUCA, 2008.¹⁰ A duas próximas charges são da revista O Malho¹¹, do Rio de Janeiro. E a última charge foi retirada do jornal Correio do Povo¹², de Porto Alegre.

Figura 3: O voto as mulheres: Quadros para o futuro
Fonte: O Malho, 23/06/1917

A charge é intitulada “O voto as mulheres: Quadros para o futuro.” No centro da imagem há uma mulher com chapéu, bengala, fumando um charuto, vestindo uma saia, sapatos femininos, um blazer e uma gravata, esses dois últimos eram mais usuais a homens, ou seja, ela está com algumas roupas masculinas e isso aponta que a mulher perdeu a sua feminidade total, além do fato de assumir um papel à época majoritariamente masculino. O que está colocado na figura da mulher é que ela passaria a assumir a casa financeiramente, papel que até então era atribuído exclusivamente ao homem da família. Em contraponto a mulher, os homens estão realizando tarefas domésticas. O primeiro, a esquerda está sentado na poltrona fazendo tricô, uma atividade que geralmente as mulheres aprendiam com suas mães e avós. O segundo ao lado está lendo o jornal com uma bolsa de água quente em sua cabeça, mostrando que teve um dia desgastante, possivelmente com os filhos que estão no outro lado da sala. O menino está com uma boneca e a menina jogando bola, ou seja, invertem-se os papéis das

crianças assim como do homem e da mulher. O outro homem está cuidando de um bebê. E quarto homem está se olhando no espelho e passando um produto em seu rosto. Nessa imagem o que é mais notório é a questão da divisão sexual do trabalho, de maneira invertida a partir do voto das mulheres, assim elas iriam romper a barreira imposta a mulher pela sociedade patriarcal, de as mulheres terem toda a vida controlada pelos homens, conforme DUBY (2013). Os homens assumem tarefas domésticas, uma criança brincando com o brinquedo que comercialmente é destinado para o sexo oposto, e a mulher assumindo o papel de provedora do lar. A imprensa buscava mostrar que as sufragistas pela conquista do voto iniciariam toda essa mudança na esfera doméstica e social, projetando dessa forma o medo nos homens e nos setores conservadores da sociedade organizada.

A charge acima é de 1917, nesse ano o movimento sufragista não estava totalmente organizado, como passa a estar a partir de 1918. Mas mesmo assim a imprensa realizava a construção no imaginário

social de o voto feminino ser uma ferramenta que desmantelaria a sociedade.



Figura 4: O segredo e a indiscrição

Fonte: O Malho, 02/06/1928)

A figura não tem um fundo, o que chama a atenção para o centro da charge onde se encontram quatro figuras. O homem a esquerda representa Carlos Ribeiro de Andrada, que decretou o voto

secreto feminino no Estado de Minas Gerais, e o homem a direita seria Juvenal Lamartine, que fez o mesmo ato no Estado do Rio Grande do Norte, segundo LARA & CALVO (2019). Ambos seguram bebês do sexo feminino, O bebe a esquerda representa o “segredo”, o que se encontra a direita representa a “indiscrição” feminina, e ambos representam o então jovem voto feminino. Os dois bebês com as bocas abertas e gesticulando mostram que há um diálogo entre eles. Essa representação dá sentido ao título da charge, “O Segredo e a Indiscrição.” O Malho quer demonstrar os responsáveis pelo voto feminino nos dois Estados, que “cuidaram” para isso se tornar realidade. E principalmente que as mulheres não sabem guardar segredo, que falam demais, e sob esses aspectos não teriam a mesma capacidade dos homens, de manter o voto como sendo secreto, não o compartilhando com terceiros. Isso vai na busca colocar as mulheres sob a perspectiva de um estereótipo, diminuindo a elas e a conquista nacional que estava por vir.



Figura 5: Inversão de papéis
Fonte: Correio do Povo, 22/05/1932

O título da charge do jornal Correio do Povo é “Inversão de papéis.” Se observarmos a figura rapidamente vemos dois homens, um sentado no colo do outro, então não haveria uma inversão de papéis, pois no meio corporativo o homem faz assédios as mulheres, mas sim

um assédio envolvendo homens. Porém se analisarmos mais detalhadamente veremos uma mesa, um quadro, uma cadeira giratória, todos elementos de um escritório, e a figura sentada nesta cadeira é uma mulher acima do peso e masculinizada, pois está usando sapatos femininos e uma saia, e sentado em seu colo há um homem, ou seja, está colocado de fato uma inversão de papéis, a mulher usando em maioria roupas de homem, com um cargo de chefia, e o homem em seu colo está sendo assediado, está envergonhado, experiência essa que na vida cotidiana as mulheres têm. A imagem transmite que com direitos as mulheres avançam, mas perdem novamente a sua feminidade, se comportam como homens, assim não estão cumprindo o seu real papel na sociedade organizada, cuidar da casa e de sua família. Essa figura vai de encontro, reforça a figura 3 no sentido da troca de funções entre homens e mulheres a partir do direito ao voto feminino, ou seja, de uma vitória que desencadearia uma verdadeira mudança nas estruturas sociais.

Todas as charges analisadas

mostram que a imprensa não buscou nunca colocar a mulher de fato como sendo superior ou igual ao homem, mas sim inferior, sem ternura, dependente, masculinizada e estereotipada. E o que as mulheres buscavam com a conquista do sufrágio era igualdade para com os homens, inicialmente igualdade de direitos.

CONCLUSÃO

A sociedade patriarcal colocava alguns estereótipos nas mulheres. O primeiro é como sendo a responsável pelo espaço doméstico, e se tivesse outras funções para além dessa o lar, a família iriam ficar desassistidos. O segundo é que as mulheres por natureza falam além da conta, ou seja, não conseguem manter o sigilo sobre qualquer questão. Isso está no imaginário social, duas das charges reforçam a ideia dos estereótipos.

As mulheres em sua história encontram mais dificuldades do que os homens. Para ingressar em guerras tinham de se vestir de homens, mas sempre se fizeram presentes, O movimento sufragista reforçou as mulheres como figuras

históricas que lutaram por direitos, e o direito ao voto deu a elas uma saída para além da vida doméstica e organizada da sociedade, que foi o seu espaço restrito durante muitos séculos. Levaram suas vidas para além do espaço privado, para o espaço político, para se pensar e se formar a sociedade com elas, e não mais as excluindo.

Podemos dizer que as mulheres buscavam um avanço gradual e não total, podendo ser uma estratégia para alcançar o objetivo daquele momento. Essa divisão de avanços está colocada porque os homens não aceitavam que as mulheres deixassem de cuidar de casa e a FBPF em sua ata coloca que as mulheres seguiriam com seus afazeres domésticos, assim se entende que buscavam uma mudança a partir do voto que traria educação, entre outros elementos, mas não era uma mudança radical pois tranquilizavam seus maridos sobre os cuidados com a casa e os filhos. Então os homens perderam pouco, mas não todo o controle sobre a vida de suas esposas.

Está claro que o movimento sufragista não era para as mulheres

de forma geral e indistinta, mas para um grupo de mulheres da elite, que tinham estudo e conhecimento. O movimento teve liderança, o que é um fator importante pois é quem organiza, trás metas e demandas, e é uma voz a ser seguida pela multidão, porém não teve o mais significativo, não atingiu as massas, não foi um movimento que veio da base da pirâmide social, mas apenas de mulheres com uma formação intelectual. Foi um movimento excludente, e isso é reforçado pela entrevista de Raquel Prado. Apos-taram apenas no voto como via de mudança, e não em outras questões como por exemplo, ir contra as ideias da igreja católica, por entenderem ser algo muito radical, ou ainda a luta pela educação de forma mais concreta, sem o voto como a bandeira principal que alcançado faria as mudanças nesse e em outros temas, ou seja, o voto mudaria tudo. Foi uma visão equivocada, pois apenas o direito ao voto e posteriormente o voto depositado na urna não mudaram outras importantes questões sociais. Para isso sempre se faz necessária a pressão vinda das massas na elite política.

FONTES

Figura 1: Primeira página do estatuto da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. Boletim Informativo, 1929. Arquivo Nacional Fundo Federação Brasileira pelo Progresso Feminino. BR_RJANRIO_Q0_ADM_EOR_CDI_BOL_001. Disponível em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/assuntos/noticias/eleicoes-e-o-acervo-do-arquivo-nacional>>. Acesso em: 25 de abril de 2021, às 20:00.

Figura 2: Entrevista de Rachel Prado à Revista A Esquerda, em 23 de Março de 1931. In: SOUZA, Maria Izabel Siciliano de; ABDALA-MENDES, Maria Ferreira. A formação científica e profissional das mulheres no Brasil: A contribuição de Bertha Lutz. História da Ciência e Ensino: construindo interfaces, São Paulo, Volume 18 (especial), 2018 – pp. 22-46.

Figura 3: O voto as mulheres: Quadros futuros. In: MAIOR, Valéria Andrade Souto. Josefina Álvares de Azevedo: teatro e propaganda sufragista no Brasil do século XIX. Revista Acervo Histórico, São Paulo, n. 2, p. 65-82, 2004. Disponível em: <<https://www.al.sp.gov.br/>

repositorio/bibliotecaDigital/525_arquivo.pdf>. Acesso em: 01 de maio de 2021, às 21:00.

Figura 4: O Segredo e a Indiscrição. O Malho. Rio de Janeiro, 02 de Junho de 1928. In: LARA, Natalia Sayuri Watanabe de; CALVO, Ana Paula. O sufrágio feminino no Brasil visto a partir do design gráfico: ilustrações das revistas Careta e O Malho entre 1910 e 1932. São Paulo, Universidade Presbiteriana Mackenzie, XV Jornada de Iniciação Científica e IX Mostra de Iniciação Tecnológica, 2019.

Figura 5: Inversão de papéis. Correio do Povo, 22 de maio de 1932, p.13. In: KARAWAJCZYK, Mônica. O voto da costela: O sufrágio feminino nas páginas do Correio do Povo (1930-1934). Porto Alegre: PUC-RS, 2008. Dissertação de Mestrado. 292p.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUILAR, Leandro Coelho de; BARBATHO, Renata Regina Gouvêa. Os arquivos e a História: a importância dos documentos arquivísticos e das Instituições de custódia na pesquisa histórica. In: Anais do XXVII Simpósio Nacional de História. Natal: XXVII Simpósio Nacional de História: Conhecimento histórico e diálogo social, 2013.

AFALIO, Hannah Maruci. Basta votar? A luta pelo voto feminino e o controle sobre a participação política das mulheres no Brasil. Estudos de Sociologia, Recife, 2017, Vol. 2 n. 23.

ALVES, Branca Moreira. Ideologia & feminismo: a luta da mulher pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKI, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. 2 ed., 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2008.

BRASIL. Decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932. Decreta o Código Eleitoral. Rio de Janeiro, 1932.. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21076-24-fevereiro-1932-507583-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 23 de abril de 2021, às 22:00.

BUARQUE, Chico. Construção. São Paulo, Polygram, 1971. (6min.).

CARVALHO, José Murilo de. Cidadania no Brasil. O longo Caminho. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. A imprensa

na história do Brasil. São Paulo Contexto / Edusp, 1988.

DUBY, Georges. Dorée D'amour e a Fênix In : _____. As damas do século XII. São Paulo: Companhia das Letras, 2013, p.103.

FERREIRA, Marieta de Moraes; PINTO, Surama Conde Sá. A Crise dos anos 20 e a Revolução de Trinta. Rio de Janeiro: CPDOC, 2006. 26f.

HAHNER, June E.han A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850-1937. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. A Mulher no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

_____. Emancipação do sexo feminino: a luta pelos direitos da mulher no Brasil, 1850-1940. (Trad.) Eliane Tejera Lisboa. Florianópolis: Ed. Mulheres/EDUNISC, 2003.

_____. Mulheres da Elite: Honra e distinção das famílias. In: PINSKI, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria (Orgs.). Nova História das Mulheres no Brasil. São Paulo: Contexto, 2013.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. Modos da representação

política: o experimento da Primeira República brasileira. Editora UFMG, Belo Horizonte; Editora IUPERJ, Rio de Janeiro, 2009a.

KARAWAJCZYK, Mônica. O Feminismo em Boa Marcha no Brasil! Bertha Lutz e a Conferência pelo Progresso Feminino. Rev. Estud. Fem. , Florianópolis, v. 26, n. 2, 2018. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pi-

LIVE

YouTube

Lançamento do livro de Margareth Rago

03.jun - 19h



Com a participação de



Profª. Drª. Patricia Lessa



Profª. Drª. Marilda Ionta



INSTITUTO
Racionalidades

PAPOS E SABERES

FEMINISMOS, CORPO E SEXUALIDADE



MARGARETH RAGO

HISTÓRIA E FILOSOFIA PELA USP, MESTRE E DOUTORA EM HISTÓRIA PELA UNICAMP E PROFESSORA TITULAR UNICAMP.

MARINA FERREIRA

BIÓLOGA E MESTRANDA EM EDUCAÇÃO PARA CIÊNCIA PELA UNESP/FC. COORDENADORA DO SETORIAL MULHERES DO PSOL MONTE ALTO/SP.



MARCO BUZETTO

PROFESSOR DE HISTÓRIA E FILOSOFIA, PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO ESCOLAR.



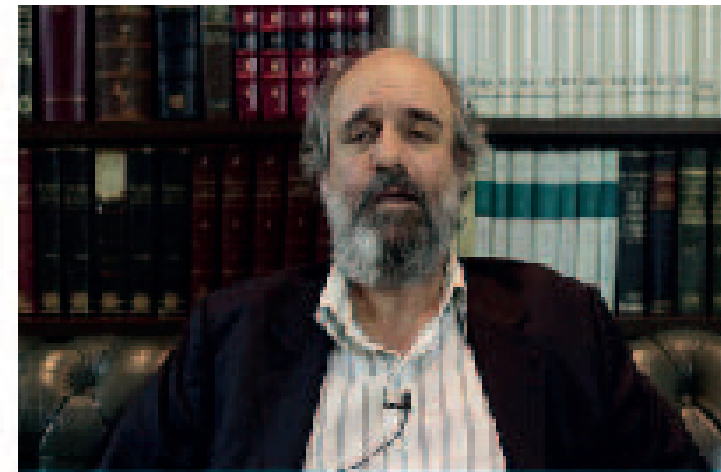
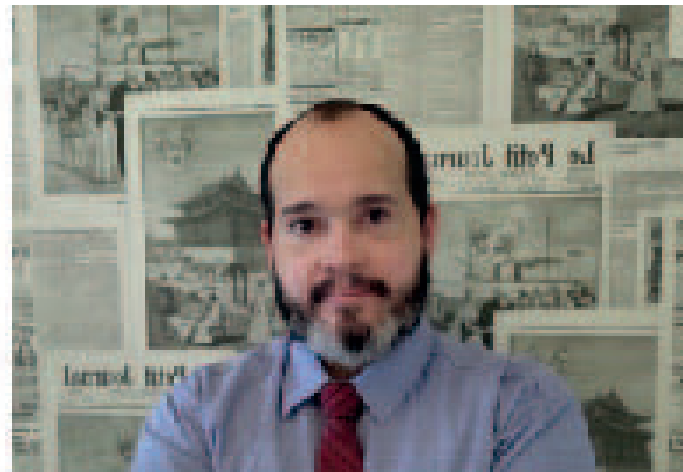
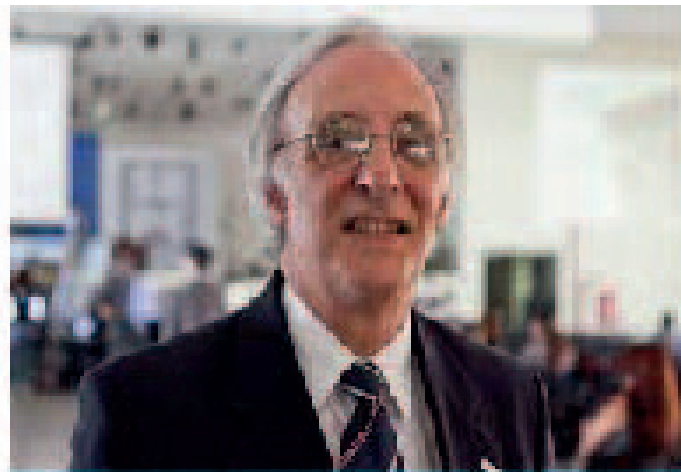
26/06/21 - 16 HORAS

AO VIVO NO LINK ABAIXO

WWW.FACEBOOK.COM/MARCOBUZETTO2

É HOJE!

20^H
SEGUNDA-FEIRA
HORARIO DE BRASÍLIA
17
05 2021



JOSE GERALDO DE SOUSA JUNIOR

ARLEI WICLIF LEAL DA SILVA

WILLIS GUERRA

EDMUNDO LIMA DE ARRUDA JUNIOR

MOVIMENTOS CRÍTICOS AO DIRETO NO BRASIL

**SE UM POVO PROTESTA E
MARCHA EM MEIO A UMA
PANDEMIA, É PORQUE
SEU GOVERNO É MAIS
PERIGOSO QUE O VÍRUS**





Brasil vota na OMS

contra ajuda médica e

vacinas para palestinos

[@observatorio3setor](https://www.instagram.com/observatorio3setor)

OS CISNES NEGROS E A HIERARQUIZAÇÃO RACIAL: BLACK SWANS AND RACIAL HIERARCHIZATION

FRANCISCO ASSIS DE LIMA¹

Resumo: Trata-se de interseções históricas e jurídicas sobre o racismo, sua construção e seus efeitos para com os cisnes negros (pretos, pretas, pardos e pardas) quando da formação de nosso mercado de trabalho, nas relações sociais e na crise humanitária em tempos de Covid-19. Sob o artifício de uma exposição desnudada de qualquer sentimentalismo piegas, mostrar-se-ão tristes realidades que acometeram e que acometem o negro brasileiro no advento de sua suposta liberdade, como também, expor o racismo e tragédia sob a forma de um mutualismo perverso.
Palavras chaves: Racismo. Covid-19. Mercado de Trabalho. Cisnes Negros.

Abstract: The article brings historical and legal intersections about racism, its construction and its effects on Brazilian black swans (blacks and browns) at the time the formation of our job market, social relations and in the Covid-19 humanitarian crisis. An objective presentation, without fool sentimentality, we will show sad realities that affected and still affect the Black Brazilian people in his supposed freedom, as also exhibit racism and tragedy in the form of a perverse mutualism.
Keywords: Racism. Covid-19. Job market. Black Swans.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões principais que abordaremos a seguir têm o intuito de reverberar a relação indissolúvel de racismo e tragédia. Na esteira do percurso histórico, demonstrar que estas duas condições estão acopladas na alta taxa de mortalidade de pretos e pardos desde as suas primeiras manifestações de cunho ideológico e científico, espalhando-se nos desastres pandêmicos até sua incidência nos atos de violência urbana da atualidade. Tratamos ainda, as desigualdades estruturais do mercado de trabalho em suas raízes pretéritas e suas relações com o presente estado de epidemia global do Covid-19.

Utilizaremos uma abordagem interdisciplinar entre direito e história para contar o desterro jurídico dos negros no Brasil em interseções qualificativas e quantitativa. Dentre os vários caminhos hermenêuticos produzidos nestas duas formas, quebrar o ciclo de piedade negricida em prol de um status veritus sem, contudo, esquecer dos caminhos reflexivos sobre a condição negra. Por estas veredas, despir

as faces da discriminação estrutural presente nas disparidades raciais em alguns setores de interação humana, presente no ambiente de trabalho por meio da segregação ocupacional, salarial, previdenciária, dentre outros.

Dentre as respostas encontradas na análise histórica e jurídica, foi possível constatar que o racismo é um produto humano e suas consequências estruturais são desastrosas para a sobrevivência da população negra, principalmente quando estamos diante dos desastres virais. No Brasil não é diferente, embora sob uma suposta luz idílica de complacência racial alguns levantem a idéia de que somos todos miscigenados, este mal permanece dentro das fábricas e fora delas.

2 OS CISNES NEGROS E A CONDIÇÃO RACIAL

O racismo é uma vergonha expressa e estrutural propagada em nossos diferentes meios de interação humana. Posto como um estereótipo construído ao longo da história brasileira e que se enraizou profundamente nas relações sociais

por conta do histórico escravagista, pelos discursos postivos de que os negros são uma raça inferior, sem inteligência, selvagem, não confiável, não civilizada, dentre outros. Tais discursos, há quem diga, morreram nos tempos pretéritos, não fazem parte do presente ou não estão incorporados em nossa sociedade. Entretanto, trata-se de um legado sórdido que permanece estampado nos atos e no comportamento humano desde os primórdios da civilização humana e que se potencializou na pandemia do Covid-19.

O racismo visto nos dias atuais não é um comportamento contemporâneo, as suas formas e manifestações são produtos de ideias e pensamentos humanos maturados e produzidos ao longo da história da humanidade. Sua incidência é tal qual um vírus de pandemia global, uma vez que afeta todas as sociedades do mundo. Tem o seu início nas letras bíblicas do Gênesis², pelas quais, Noé amaldiçoa o seu próprio filho Cam e sua descendência (Canaã) à escravidão, após este filho vê-lo nu em sua tenda privada e espalhar a notícia para os seus

irmãos. Cam fora, segundo muitas interpretações, o antepassado mais distante dos povos negros e sua descendência responsável pelo surgimento, dentre outras, de regiões como África Oriental e da Arábia. Cria-se a primeira estereotipização de que todos os negros só servem para a servidão e neles não se pode confiar. Uma caracterização falsa e pretenciosa, feita pelo homem, e que buscava o autobenefício via a escravidão e domínio desses grupos étnicos.

No pêndulo dos tempos antigos quando o homem ainda não tinha ido além das suas costas marítimas, imperava a servidão dos povos vencidos ou o sistema de vassalagem, além de uma escravidão privada e naturalizada nos moldes da concepção Aristotélica³. Na idade moderna içaram-se as grandes descobertas marítimas, aproximando a Europa da Ásia, América e África. Na Ásia os navegantes europeus desenvolveram relações comerciais, Na América o genocídio e a escravidão de civilizações indígenas propiciaram-lhe a extração maciça de ouro e prata. E viram uma natureza rica em

recursos naturais, a terra era boa e podia-se produzir açúcar, fumo, algodão e ainda tinha-se muito mais ouro. Precisava-se de mão de obra, recorreram aos braços africanos, foram a África, foram ao comércio de humanos, nascia o cativo e a escravidão na América e no Brasil colônia. Atrocidades em nome de uma suposta superioridade racial para mascarar a própria vaidade e preguiça do seu povo.

Nei Lopes⁴ em suas pesquisas nos apresenta que entre a primeira metade do século XVI e meados do século XIX, o tráfico de escravos africanos, provavelmente, trouxe para o Brasil mais de cinco milhões de pessoas, sendo que no século XVII, sustentávamos o triste posto de maior mercado consumidor de escravos negros em toda a América. Estes e outros compuseram os traços de nossa identidade etnográfica, esta marcada por uma miscigenação que em meados do ano de 2019 alcança 98,1 milhões de indivíduos pardos. Enquanto o número de pessoas pretas alcança o digno número de 19,8 milhões de pessoas⁵.

Racismo parte do princípio de que há raças escolhidas por

uma ideológica grandeza cultural e fenotípica, pela qual, teremos sempre uma categoria humana melhor do que a outra e, tal ordem, se definirá pela cor. E essa idéia fora um dos pilares do ideário da superioridade da raça ariana criado por Arthur de Gobineau⁶ que contribuiu para justificar o colonialismo europeu e o genocídio nos campos de concentração da segunda guerra mundial. Este filósofo e sua “hierarquia racial” difundiu a teoria de que os povos nórdicos, inclusive o seu povo branco e francês, tinham o direito de sobrepor a qualquer outras etnias tidas como “selvagens”. Concepção de autoridade classista que se baseava em uma hipotética origem distinta, nas conquistas históricas e nas capacidades científicas nos diversos campos dos saberes humanos. Contudo, suas idéias, no campo da cientificidade, foram combatidas por estudiosos americanos que demonstraram ser a África o continente que deu origem ao homem europeu moderno⁷. Ou seja, a teoria de que as populações européias modernas advieram da expansão de grupos étnicos nórdicos ou de origem branca no seio

de um eventual território europeu não prosperaram. Desta forma, possível é visualizar no tão aclamado homem moderno europeu, a marca indelével de um ser humano de pele díspar. O seu ser conquistador e científico não é consequência de uma cor adquirida.

Gabineau também esteve no Brasil como ministro da França no Brasil, onde compartilhou suas idéias com o então imperador D. Pedro II. Aqui descobriu a mestiçagem produzida pelo encontro dos grupos indígenas, negros e europeus, o que o levou não só a divulgar as condições sociais e econômicas de nossa terra para o seu país de origem, mas influenciar as elites brasileiras sobre a necessidade de “raças inteligentes e puras” na constituição demográfica do país sob a pena de uma degenerescência progressiva. Suas teorias contribuíram sobremaneira para a busca do branqueamento de nossa população via imigração dos povos brancos da Europa para a substituição da mão escravagista e para a ocupação de nosso território.

A abolição da escravatura despontada sob as letras cogentes

da lei 3.353, de 13 de maio de 1888⁸, liberou o povo negro da condição de escravo, entretanto esse mesmo povo, exímio profissional da terra, não foi aproveitado na produção agrícola, porquanto a sua substituição pela mão de obra externa, predominante europeia⁹. Estes valorizados pela cor e por uma ‘aparente capacidade técnica’, ganharam terra e melhores trabalhos, além da proteção das elites brancas e das instituições de poder. Neles a esperança de uma formação racial branca e de feições eugênicas.

Alguns números denotam o gradativo crescimento da população de imigrantes no país. Conforme COSTA¹⁰ (2002) em 1888 vieram para o Brasil 92 mil estrangeiros e este número alcançou o patamar de 750 mil de 1889 ao início do século XX, sendo que deste número, 80% teve sua vinda subsidiada pelo governo. Em 1907 as fábricas (326) paulistas já empregavam mais de 24 mil operários

Enquanto ao povo negro, brasileiro, o deslocamento forçado para os centros urbanos e a utilização de sua força de trabalho nos ofícios considerados mais degradantes

como a limpeza dos incipientes ambientes fabris, carregadores de bagagens, carregamento e descarregamento de navios. O trabalho informal já lhe era uma realidade pungente na prestação de serviços como carroceiros, vendedores ambulantes, lavadores de roupa. Viviam em cortiços, em ruelas e becos dos grandes centros urbanos. Neste momento os negros eram minoria na fábrica, algo que mudaria com o passar das décadas com o crescimento industrial. Ainda falaremos sobre isso.

A classe operária da nossa república estava formada e sua luta por direitos trabalhistas esteve nas pautas das reivindicações no primeiro Congresso Operário movido por associações profissionais em 1906 ou na histórica greve de 1917 assinalada por levantes sindicais e de póiesis anarquista. Todavia a luta pela cidadania do povo liberto não teve amparo e muito menos esteve nos gritos estridentes daqueles que marcharam pelas ruas e praças de São Paulo. Ressoaram sim e, de forma fidedigna, em outro ambiente de concentração humana.

Os ecos da campanha civilista

do então senador Rui Barbosa, propagados na campanha para presidência no final da primeira década do século XX, ecoaram para dentro dos navios da marinha brasileira e arregimentaram os marinheiros (em sua maioria, negros e pardos) para uma luta reivindicatória que almejava, sobretudo, tratamento humanizado, fim dos castigos físicos, melhores vencimentos e dignas condições de trabalho. Conhecida como a Revolta da Chibata ou como um levante de cidadãos republicanos livres e fardados que buscavam o fim da escravidão dentro da marinha nacional. Vejamos este clamor nas palavras de Mário Maestri:

Os marinheiros da Marinha de Guerra, senhores dos poderosos navios, exigiam ser tratados como seres humanos. Exigiam simplesmente a cidadania republicana. Pediam soldo justo, condições de trabalho mais dignas. Exigiam, sobretudo, o fim dos castigos físicos.

Vinte e dois anos após a abolição da escravidão e vinte e um depois da

proclamação da República, os marujos brasileiros eram chicoteados barbaramente, como se fossem cativos fujões dos tristes tempos do Império! Havia poucos dias, um marinheiro fora condenado a 250 chicotadas e retalhado, como uma tainha, diante dos olhos atônitos dos companheiros de trabalho.

O castigo doía no corpo e na alma. Sobretudo porque os marinheiros revoltados, que levantavam bandeiras vermelhas nos mastros dos navios, eram negros e mulatos, em imensa maioria.

Venceriam ou morreriam! Mas nunca mais seriam tratados como seus antepassados!¹¹

A carta de reivindicação evidencia um âmagô essencialmente sindical, tendo em vista que não havia reivindicação política. Aspiravam-se direitos e garantias no âmbito das relações de trabalho e ante ao status quo republicano de liberdade e segurança individual. Este movimento é certamente a

primeira manifestação na história brasileira da luta negra contra a exploração estatal e, especialmente, contra o racismo instaurado.

Se o quadro operário brasileiro estava repleto de imigrantes europeus, a marinha acolhia os desempregados, os delinquentes e os jovens pobres retirados de sua família. Em todos eles a marca de sua cor negra ou parda. Qualquer semelhança com a nossa realidade atual não é devaneio ou mistificação. As cadeias seculares do racismo estavam expostas e seus grilhões reverberaram com intensidade nos tratamentos degradantes da oficialidade, bem como se acondicionaram nos ambientes fabris e na composição do mercado de trabalho.

Assim começou o perfil racial do trabalho no século XX que com o passar das décadas foi sofrendo novas mutações corroboradas pela intensa miscigenação no mercado de trabalho por força da inserção da força de trabalho dos negros, porém tal avanço desse homo faber¹² não foi acompanhado com a sua devida valorização, sob a égide da igualdade e de oportunidade entre negros e brancos. Pelo contrário, o

faber negro sempre esteve atrelado às atividades inferiores dentro e fora da fábrica.

Em 2016 o Instituto ETHOS¹³, ligado ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID, trouxe o perfil racial das 500 maiores empresas no Brasil e, a discrepância na distribuição de postos de serviços hierárquicos e de maior prestígio entre negros e brancos, é aterradora. Vejamos a disparidade na distribuição em virtude da raça:

	Branco	Negro
Conselho de Administração	95,1	4,9
Quadro Executivo	94,2	4,7
Gerência	90,1	6,3
Supervisão	72,2	25,9
Quadro Funcional	62,8	35,7

A divisão racial inexpugnável na composição da força de trabalho de outrora são refletidos nesse quadro, onde os mais altos cargos são hegemonicamente para o público branco. A pesquisa ainda revela que a maioria das empresas ouvidas não tem ações afirmativas para incentivar a inserção de trabalhadores negros em seus ambientes de trabalho e tampouco desenvolvem algum programa para ampliar, igualar ou oportunizar a promoção

desses empregados. A desculpa para muitos se resume na falta de qualificação profissional de negros para os cargos (48%), a falta de interesse de negros por cargos na empresa (10,3%) e a falta de conhecimento ou experiência da empresa para lidar com o problema (41,4%). Este último percentual revelando a hipocrisia, conformismo e até mesmo um apoio tácito desses grupos empresariais para com a desigualdade contida em suas empresas, não obstante ao seu acesso as suas realidades empíricas e ao leque de possíveis políticas de igualdade e qualificação difundidas no meio público e privado.

Insta ressaltar que esses dados também são frutos perenes do extenso histórico de abandono social que negros e pardos sofreram e sofrem na luta árdua da sobrevivência. Atualmente os negros no Brasil, para muitos brancos imbecilizados, são tidos como “sanguesugos” em função de políticas públicas afirmativas como as cotas do serviço público e aquelas direcionadas a educação. Esquecem da dívida moral que todos temos com o sofrimento e o genocídio

enfrentado pelo povo negro na história de nossa nação.

A democracia racial (oportunidades e inserção em pé de igualdade da população negra a todos os setores da vida pública e privada) é uma construção contínua e sua defesa deve estar no coração Civita de todos os corpos de organização política e judiciária. O caput do artigo 5º da nossa Constituição Federal¹⁴ que conclama a igualdade junto com o inciso XXX do art. 7º que proibi a diferença de salários, de exercício de funções e de critério de admissão por motivo de cor, deve atuar como sensores para uma distribuição do faber operário mais digno e mais igualitário dentro da fábrica do século XXI.

Que o repúdio ao racismo do art. 4º, VIII, CF, seja também o nosso repúdio diário e, sem reservas, sob pena de sermos meros condutores do próprio racismo estrutural, porquanto o nosso criminoso silêncio.

3 Cisnes Negros em veredas de servidão: pandemia racial

No final de Dezembro de

2019 surge na China o vírus Sars-CoV-2, o coronavírus, nominado pelo verbete covid-19, responsável pela perda de milhões de vidas em todo o mundo. Com o vírus de propagação global os governantes de todas as nações impuseram aos seus cidadãos novas regras de convívio no meio ambiente social. Regras que visavam a profilaxia contra o contágio, seja com o isolamento compulsório, uso obrigatório de máscaras, ou com o cogente distanciamento social. Em outra monta, a pandemia paralisou consideravelmente a produção industrial e o comércio, como também, trouxe a margem um número considerável de cidadãos dependentes de políticas públicas de cunho humanitário. Contudo mais uma vez a diferença engendrada entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos foi refletida no alcance econômico e social de seus programas de proteção ao emprego e renda junto as suas populações operárias e excluídas do mercado de trabalho.

No Brasil, essa diferença esteve latente nas precarizações do mercado de trabalho em função da flexibilização de normas de proteção

constitucional e pela brevidade das políticas assistenciais. No primeiro, o faber humano estava prejudicado pela inércia operacional do empregado, pela relativização dos direitos trabalhistas e pelo contínuo desemprego gerado, principalmente, para os grupos mais fragilizados da população, quer pela sua condição social quer pela segregação racial estruturada em ab eterno no mercado de trabalho brasileiro.

Quanto ao assistencialismo, embora tenha tido um efeito benéfico à distribuição de renda para as classes mais baixas por meio do auxílio emergencial (valores distribuídos entre R\$1.200,00, R\$600,00 e R\$300,00 reais), o poder de compra dessa parte da população esteve reduzido pelo constante aumento dos produtos alimentícios. Ficou nítido que grande parte do empresariado e dos fornecedores de alimentos de primeira necessidade foram acometidos por uma onda pontual de egoísmo e ganância, ainda que os mesmos estivessem sob a égide de alguma política de proteção econômica. Com o fim dos auxílios emergenciais a pobreza extrema atingiu milhões de brasileiros, o

desemprego, controlado apenas nos índices formais dos institutos estatais, alcançou níveis catastróficos e a desigualdade social despontou na vida de negros e pardos espalhados de norte a sul do país. Mas retornemos as minhas disformes veredas.

A calamidade expressa nas lutas diárias de humanos que perderam suas vidas em hospitais ou em suas casas não foi a única feição apocalíptica, outras realidades pandêmicas, já existentes, ou não, nas relações sociais, espalharam-se ainda mais. Vários são os exemplos dessas realidades (negacionismo, violência racial, aumento do feminicídio, políticas neoliberais de precarização do emprego, politização do uso da vacina, falta de oxigênio hospitalar, dentre outras) que tornaram o Brasil um palco de representações trágicas contra a dignidade dos seus cidadãos. Contido ao racismo, vejamos como se portou esta maléfica distorção nas relações sociais e trabalhistas antes e em pleno período do coronavírus em nosso país. Nei Lopes nos apresenta suas formas e representações:

Vamos ver também que

existem várias formas e manifestações de racismo, desde o preconceito, que é apenas um julgamento; passando pela discriminação, que é a forma de tratamento desigual, pela segregação, que é a separação física de grupos, baseada no racismo; passando também pelo molestamento, que é a agressão física por motivos “raciais”; e podendo chegar ao extremo do genocídio¹⁵.

Percuciente em todas as sociedades e nichos humanos, estas formas e manifestações descritas pelo autor estão incrustadas em suas relações de outrora e nos atos solitum das instituições (privadas ou públicas) ou no comportamento dos indivíduos sociais que ainda carregam consigo a herança das ideologias e pensamentos de superioridade da raça branca. Elas atingem diariamente a vida de pretos e pardos e estão latentes no julgamento premeditado de seus membros quando, simplesmente, transitam pelas ruas ou entram em algum supermercado ou quando são vitimados todos os dias pela

contundente violência racial das ruas. A velha máxima de que “preto parado é suspeito e correndo é ladrão” ainda permanece viva no imanente geral.

Tal situação está evidenciada nos números disponibilizados pelo Ministério da Saúde via Saúde Brasil¹⁶ em 2019, pelo qual, em 2017, chegamos ao número de 79,4% de negros mortos de um total de 36.266 homicídios de jovens entre 15 e 29 anos de idade. Entre 2000 e 2015 a taxa de homicídio chegou a 36,2/100 mil habitantes, diante de uma redução de 22% em relação aos brancos. Os resultados do estudo ainda mostraram que neste mesmo ano, sob a mesma faixa etária, quanto ao atendimento de urgência e emergência no sistema público de saúde em função das violências interpessoais, de 48.532 pessoas, 24,9% eram brancos e 70,4% negros. Grande parte deles homens, pobres, com pouca qualificação profissional e baixa escolaridade, moradores da periferia.

E sob a égide da pandemia do Covid-19 essa hierarquia social se apresentou mais pernicioso e revoltante por conta do tratamento

banal que se dá diante da violência e dos assassinatos de negros no país. Fato que se denota na angústia e na revolta dos familiares do homem negro de quarenta anos espancado e asfixiado até a morte em um supermercado de grande porte em Porto Alegre que a exemplo da morte George Floyd¹⁷ em Minneapolis nos Estados Unidos se caracterizam pelas palavras suplicantes: “não consigo respirar”.

Palavras que também nos faz relembrar o abandono estatal e o caos provocado pela falta de oxigênio nos hospitais do Amazonas em janeiro de 2021 e que traduzem bem a angústia dos que partiram ou sofreram por causa da contaminação viral pela falta de algo tão elementar em ambientes hospitalares. Desculpe-me a correspondência, foi inevitável.

A discriminação desse grupo se acentua ainda mais quando dos efeitos negativos da pandemia sobre as atividades econômicas, não obstante seu declínio ocupacional, sentido principalmente nos grandes centros urbanos do país. Em São Paulo, por exemplo, de acordo com o estudo¹⁸ da Fundação Sistema

Estadual de Análise de Dados, Seade, no segundo trimestre de 2020 a retração ocupacional de negros (pretos e pardos) alcançou a marca de 1,4 milhões de desempregados. Enquanto para os não negros este número ficou em 949 mil desocupados. Já em relação ao efetivo rendimento médio entre os dois grupos, embora a retração estivesse próxima para negros (-15,0%) e não negros (-15,4%), permanecia a amarga e real discriminação contida na disparidade salarial de ambos. Posto que, neste mesmo segundo trimestre, negros recebiam cerca de R\$1.921,00 e brancos R\$3.468,00. Mais um fruto da segregação que insiste em permanecer nas raízes do tempo.

No âmbito nacional, o boletim especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos - DIEESE¹⁹, utilizando-se dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua), revelam que mais de 4 milhões de homens e mulheres negros saíram da força de trabalho no primeiro e segundo semestre de 2020, seja porquê perderam ou deixaram de

procurar emprego. Já entre os brancos, o número alcançou 2,4 milhões de pessoas nessa situação. Ainda segundo a pesquisa, entre o quarto trimestre de 2019 e o segundo de 2020, aproximadamente 8,1 milhões de negros e negras se encontravam em situação vulnerável no Brasil.

A medida provisória 936²⁰ (posterior lei 14.020, de 6 de julho de 2020) que, surgira como um ocaso para o triste quadro de desemprego e perda de renda desse grupo, não foi capaz de manter plenamente os seus vínculos trabalhistas formais. Cerca de 1,4 milhão, no segundo trimestre de 2020, perderam o registro em suas carteiras de trabalho. Acrescente outros, 1,2 milhão, de trabalhadores e trabalhadoras por conta própria e sem carteira que perderam suas ocupações informais. Segundo os dados do boletim, 887 mil trabalhadoras negras com carteira e outras 620 mil sem carteiras, perderam os seus empregos. O trabalho doméstico foi um dos mais afetados por conta do risco do deslocamento em transportes públicos das mulheres que, em sua maioria, não possuem boa escolaridade e são de baixa renda.

O trabalho idilicamente projetado pelas mentes burguesas de ontem e de hoje como o lócus de sublevação social dos negros é na realidade o terreno em que se cimentam assimetrias raciais e se reproduz o racismo estrutural. Racismo posto como uma prática expressa ou velada dentro da estrutura produtiva que se explica pela condescendência dos brancos ante ao quadro de discriminação ou segregação da mão de obra de trabalhadores negros e negras.

Em outra esteira, retornando a pesquisa do Seade, se levarmos em conta os rendimentos de acordo com a contribuição à previdência social, os informais obtiveram uma maior retração em relação aos formais. Mas a ipseidade discriminatória minada na tragédia do Covid-19 pode ser vista na diminuição do ganho médio dos não contribuintes negros (-21,5%) para (-16,2%) dos não negros.

Quanto ao emprego formal, como denotado, infere-se que os negros no Brasil estão em menor número na cadeia contributiva previdenciária, pois se de um lado temos menos negros na força

produtiva no mercado de trabalho, de outro, teremos menos contribuintes. A igualdade racial no que tange o acesso aos negros à previdência social, em todos os regimes de proteção, está condicionada a sua inserção no mercado de trabalho. O que nos leva a crer que a tão sonhada universalidade da cobertura e do atendimento contido no art. 194, I, da CFRB/88, não passa de um sonho formal. Tal condição nos leva a outra, trilhada na desigualdade dos benefícios recebidos por grande parte da população trabalhadora negra quando de sua aposentadoria ou diante de algum auxílio da seguridade, tendo em vista a diferença salarial do seu fazer em relação aos trabalhadores brancos.

Assim, resta para a assistência social o papel de mantedora da sobrevivência na velhice daqueles que tampouco vivenciaram o ambiente fabril ou se detiveram, por necessidade e por única escolha, em trabalhos precários, informais, sem a devida inserção a seguridade.

Por fim, as políticas sociais que atendam a necessidade materiais desses cidadãos excluídos

junto com políticas de geração de emprego e de igualdade no mercado de trabalho são os caminhos óbvios para gerar uma gradativa alteração no quadro de desigualdade racial. Políticas sociais como distribuição de renda condicionada a uma qualificada educação básica e profissional de desempregados é um exemplo claro de uma intervenção favorável a democracia racial arguida pelos movimentos negros e por qualquer um que tenha o mínimo de consciência de que somos todos iguais. Caminhantes humanos na estrada efêmera chamada vida.

4 Analogias entre séculos: os cisnes negros e sua desconstrução social

A ideia da igualdade racial no Brasil nasceu junto como a abolição da escravidão e foi esquecida gradualmente na intempérie das novas relações de produção via desenvolvimento técnico-científico ou enxotada para um canto no ideário de uma belle époque²¹ a brasileira que se apoiava no modismo importado e na construção de uma moderna sociedade para o século

XX.

Nos idos de sua primeira metade, novas fontes de energia como a eletricidade, o petróleo e seus derivados são aplicados na indústria em formação. A microbiologia, farmacologia e a profilaxia (penicilina, medidor de pressão, sistemas de pasteurização e esterilização, e etc.) são exemplos do avanço da medicina no cuidado com a vida humana. Os veículos automotores, os aviões, o telégrafo e o telefone aproximaram espaços e trouxe a comunicação instantânea. As casas burguesas foram preenchidas por novos utensílios domésticos como o fogão a gás, aquecedor elétrico e o refrigerador. Na dispensa as comidas enlatadas junto com a aspirina e o antiácido contra a má digestão e, para o entretenimento, a fotografia, o rádio, a televisão, o cinema e os parques de diversões elétricos.

Tais avanços suplantaram a forma colonial tradicional reconduzindo as antigas colônias a um novo sistema de dependência marcado pelos ditames dos mercados de produção externa, o imperialismo dos grandes centros capitalistas da Europa e dos Estados Unidos,

davam as “cartas” do progresso e do desenvolvimento almejado pelas grandes elites brasileiras.

Em meio aos prelúdios de modernidade, outros “brasis” desarmônicos vieram à superfície. O Brasil das estradas de ferro contrastava com os arraiais e vilas sertanejas espalhados nos seus sertões. Em um desses ambientes, no sertão baiano, o extermínio criminoso de milhares de brasileiros mestiçados em Canudos foi o primeiro embate contra o suposto atraso físico e social de nossa sociedade.

A literatura pré-modernista, modernista, contemporânea e os jornais da época (e as posteriores ao longo do século XX) traziam estampados em suas colunas políticas o panorama de subdesenvolvimento do sertão nordestino, o atraso cultural do “caipira” paulista, a presença dos imigrantes europeus e o flagelo humano de pretos e pardos nos subúrbios urbanos. Mas não infligiram nos racistas à incriminação pública dos seus atos e não pressionaram nossas instituições jurídicas no feito de cominações constitucionais adequadas e, muito menos, despertaram a mudança no

comportamento de nossas eventuais “castas” brasileira. Assim como não influenciaram na construção duradora de uma política social de distribuição de renda e educacional que perdurasse até os dias de hoje. Todavia o estigma de que os negros tinham tendências antissociais como a violência, a vagabundagem e a preguiça, estiveram reverberadas em narrativas literárias²² ou substanciadas nas reportagens das páginas criminais de jornais físicos ou televisivos ao longo desse período.

Tais veículos de informação detinham grande influência na opinião dos cidadãos brasileiros, entretanto eram palavras mortas quando adentravam os brasis acometidos pelo analfabetismo. Eles chegavam às classes altas e médias em forma de livros, folhetins, revistas e jornais, mas sequer eram tocados pela população pobre que crescia nos centros e periferias da cidade. Conhecimento e informação eram objetos de fidalguia.

Hoje na segunda década do século XXI o formato aberto dos jornais, livros, revistas e das redes sociais desnudam a todo

o momento as várias formas de racismo herdado e, aquilo que era velado e escondido por “generosidades” pontuais não consegue mais subverter em passividade a revolta e a luta contra este epidêmico modo excludente. Os negros ganham voz e elas estão lá em vídeos que denunciam a violência e o abandono estatal, publicados em programas de conversas, no criticismo explícito e necessário de artigos de revistas, blogs, dentre outras. O sangue agora pode ser visto online, a dor pode ser ouvida em alto e bom tom, a miséria está lá para quem quiser ver e a desigualdade não é mais uma frase abstrata, pelo contrário, pode ser contemplada em todas as suas faces. O vírus da segregação, do preconceito, discriminação, molestar, sejam quais forem as formas e manifestações do racismo, estão lá expostos nos comentários, nos status, no story, na live e etc.

São, por outro lado, esses mesmos novos veículos de informação que, cotidianamente, anunciam o nosso status atualizado de subordinação ao capital estrangeiro e aos modelos sociais a serem seguidos, porquanto ainda estamos sujeitos

as conseqüências danosas ao nosso mercado de trabalho quando da saída de empresas multinacionais de nosso território, quando somos obrigados a bater nas portas de outros países atrás de insumos e tecnologias para a produção de vacina em tempos de pandemia ou quando temos na atualidade uma juventude deixando de lado as nossas heranças culturais, nossas próprias maneiras de subsistir em sociedade para abraçar novos modelos sociais e culturais abundantemente propagados nas novas mídias globais de manipulação.

4.1 Entre a morte e a miséria do ser cidadão

Tivemos no início do século XX a incidência pandêmica de várias moléstias como a varíola, malária, cólera, sarampo, coqueluche e a tuberculose. Esta última como todas as outras, atingiria com mais intensidade quem não tinham condições dignas de subsistência e, dentre elas, a população negra que vivia em condições degradantes nas periferias e cortiços sem saneamento básico e atendimento

hospitalar. Segundo COSTA²³ a tuberculose matou 11.666 pessoas entre 1868 a 1914. Em 1904 por decreto do então presidente Rodrigues Alves a vacina contra a varíola tornava-se obrigatória. Uma decisão que culminaria na “revolta da vacina” o que, no entanto, serviu apenas para demonstrar a busca por uma higienização de pretos e caboclos que eram tidos como transportadores de pestes e doenças. Com o discurso de cuidar da nação, imprimiram a força e destituíram a liberdade de quem resistissem à agulha.

Mais de cem anos depois, no ano de 2021, a vacina transformou-se em esperança contra o coronavírus e a revolta que se propagou nos meios de comunicação e em grande parte da sociedade não foi o seu uso como profilaxia, mas a sua falta em grande escala, muito embora, houvesse um negacionismo que insistia em ressaltar o risco dessa vacina para a saúde dos humanos.

No incipiente processo de imunização da população brasileira desse ano, estivera marcado por politizações estúpidas sobre o seu uso e, por um número de doses insuficientes que chegaram

ou foram produzidas no Brasil. A vitrine que se avistava era de uma grande demanda populacional para pouca vacina. E mais uma vez a diferença racial esteve estampada no maior número de vidas negras perdidas. De acordo com a CNN Brasil²⁴, para cada 10 brancos que morreram de covid-19, morreram outros 14 negros. O órgão ainda afirma, utilizando dados do IBGE, que pretos e pardos alcançaram o número de 57% dos mortos, enquanto brancos somaram 41% do total. Assim como a tuberculose que matou muito mais negros no passado, o covid-19 dissipou mais vidas negras no presente. Revelando-nos que não importa a tragédia (guerras mundiais, escravidão, pandemias, desastres naturais, dentre outras) que assole a humanidade, a condição de ser negro sempre estará sujeita aos piores efeitos desses desastres.

5 Conclusão

Termino os meus cisnes negros citando o meu querido professor Marcelo Borsio²⁵ que, sempre nas suas aulas, citara a importância

de uma poupança mundial para ajudar os oprimidos do mundo inteiro em tempos de pandemias globais. Lembro-me que ele falava que enquanto o homem for movido pelo egoísmo não haverá uma solidariedade empírica na vida dos pobres. Ele também me dissera que o nosso Estado sempre se move tardiamente nesses momentos de crises, ou seja, quando a pandemia já está instalada. É preciso se preparar para “os cisnes negros” que ainda virão, dizia ele.

No entanto o percuciente caminho da formação educacional e profissional atrelado a políticas públicas de distribuição de renda e geração de emprego foi sempre um dos pontos mais relevantes em suas explicações. Posto que sem educação (básica e profissional) não formaremos a mão de obra negra excluída e, não se terá a mínima condição de disputar as novas vacâncias do mercado de trabalho do século XXI que é eminentemente afetado por um universo de novas tecnologias. Desta falta de preparo que atinge a pretos e pardos, acrescentado o racismo estrutural de nosso mercado de trabalho, nasce

a precariedade da mão de obra e a injusta discriminação pecuniária dentro da previdência social.

A educação é um primeiro passo para condicionar o indivíduo a sua dignidade humana e jurídica, sobretudo é uma ótima ferramenta para demonstrar que na aquisição de conhecimentos tampouco importa se a mente é de um branco ou de um preto, ao contrário, as competências são suscetíveis democraticamente.

Em outra vertente, auxílios pecuniários que auxiliem os alunos a permanecerem nas escolas em concomitância com programas de estágio e aprendizagem no comércio e indústria, são formas eminentes de contribuição para a igualdade racial dentro dos ambientes de trabalho. Todavia insta ressaltar a importância das adaptações curriculares para com o mercado de trabalho. O velho ensino generalista, pragmático, deve ser substituído para outro mais dinâmico, profissional e humano, consubstanciado as novas práticas nos meios de produção. A mão de obra atual e do futuro já está sofrendo os efeitos das novas tecnologias e o quadro de

vagas das grandes fábricas já anseia por um empregado que entenda de computação de nuvens, manejo da inteligência artificial, robotização, criação e proteção de programas operacionais, e por aí vai. Como resultado desse novo formato, a necessidade da atualização do faber operário, sendo este um dos principais vetores para a geração de emprego. Ensiná-las em sala de aula é uma forma premente de auxiliar a democracia racial dentro da empresa, além de ser uma arma valorosa para os negros demonstrarem sua capacidade e o valor de sua mão de obra.

Deixo abaixo um pouco das reflexões em forma de uma singela poesia do poeta Francisco de Assis:

Cisnes Negros

Meu irmão, a pandemia é facínora,
Cresce por sua mortandade contínua,
Asfixia o teu gemido final,
E o auxilio se esgota,
Como um crepúsculo que se desbota
No indigente fim sepulcral.

Por onde vês a cerrada madrugada?
- Nesse barraco de taboas grudadas,
No frio que não quer cessar.
Pai, ó pai, o que temos para comer?
- Aí tens o orvalho do teu sofrer,
Beba a frente molhada nesse teu prantear.

Mas outrora, sem o confinamento?
- Ai de mim! Passava o mesmo esvaecimento,
Tão soberba a talhada condição.
A pálida ajuda não dizima tua assimetria,
O racismo ainda nodoa todos os chãos,
Como um discurso hodierno de pura ignomínia.

Oh! É preciso inda esperar quanto tempo?
- Findam-se os cisnes negros no brado pesado passamento,
Em ecos de tortura e de desigualdade.
- Não quero tua pena ou sentimentalismo momentâneo,
Mas tufões de cidadania a erodir a desigualdade,
Um antígeno neste contaminado ser contemporâneo.²⁶

Junto com a poesia, a constatação de que é preciso refazer nossa caminhada, ressignificar todos os nossos objetivos mundanos, pois a vida na terra foi e está sendo extinta na banalidade dos dias. Acostumamos assistir ou ler os noticiários com a tranqüilidade de quem passa na frente de uma vitrine na rua e contempla um manequim caído.

Em tempos de pandemia mal podemos viver ao lado de outras pessoas e, se não podemos resolver problemas como conviver espontaneamente respeitando e mantendo aquilo que chamamos de “amor”, como enfrentaremos os novos desastres que emergirão? Como acreditar que o nosso irmão, independente da coloração de sua pele, é digno dos mesmos direitos e garantias se a todo momento nos cercamos de muros ou de seguranças e esquecemos daqueles que passam fome ou dormem nas calçadas ou embaixo de caixas de papelões? Muitos fariam: “é problema do governo”. Sim, também é dele toda miséria existente, todavia não sentir dor, não sentir nada, apenas te torna em uma existência sem cor e sem

sentido.

Quanto tempo será necessário para que pardos e negros possam erguer os seus comprovantes salariais com sentimento de que sua labuta tem valor e é respeitada tal qual a de um holerite de um trabalhador branco? Quanto tempo ainda será vivido para que as correntes do racismo, esta doença de dimensões pandêmica, caia e anuncie na prática, que o negro é livre e seu existir é pleno em igualdade?

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2017. Pag. 39.

Bíblia (Gênesis 9: 21 – 29, 2006)

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível para pleno acesso a sua integralidade no respectivo link virtual: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art.

BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas trabalhistas complementares para enfrentamento

do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Planalto, 2020. Disponível no respectivo link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm

COSTA, Angela Marques da. 1890 – 1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

DIEESE, Boletim Especial: Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. São Paulo, 10 de novembro de 2020. Disponível em: <https://WWW.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>

INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas. 2016. Disponível para pleno acesso a sua integralidade no respectivo

link virtual: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Perfil-social-racial-e-de-g%C3%AAnero-das-500-maiores-empresas-do-Brasil-e-suas-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021

LOPES, Nei. O racismo explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007. Pag. 139.

MAESTRI, Mário. Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000.

SAÚDE BRASIL 2019, Uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização. Brasília 2019. Disponível no respectivo link: <https://portal.arquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/dezembro/05/Saude-Brasil-2019-imunizacao.pdf>

SEADE SP TRABALHO, População Negra. São Paulo, novembro de 2020. Disponível para acesso a sua integralidade no respectivo link: <https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/wp-content/uploads/2020/11/>

SP_Trabalho_Negros_nov2020.pdf

SILVEIRA, Daniel. Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz IBGE. G1, Rio de Janeiro, 06 de maio 2020. Economia. Disponível no respectivo link: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>

VINA, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. CNN. São Paulo, 05 de jun. 2020. Saúde. Disponível para acesso no respectivo link: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>

NOTAS:

1. Aluno do Programa de Mestrado em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, promovido pelo UDF- Centro Universitário do Distrito Federal, especialista em Direito Penal pela faculdade Metropolitana do Estado de São Paulo e graduado em Direito pelo Centro Universitário do Distrito. Graduado também em Letras pela Universidade Estadual de Goiás. Escritor dos livros de cunho literário: O Habitante das Nuvens (2011) e Serseu (2016). Lattes disponível em <http://lattes.cnpq.br/0453933925749502>. Email: ffcollima@gmail.com

2. Bíblia (Gênesis 9: 21 – 29, 2006)

3. ARISTÓTELES. Política. São Paulo: Martin Claret, 2017. Pag. 39.

4. LOPES, Nei. O racismo explicado aos meus filhos. Rio de Janeiro: Agir, 2007. Pag. 139.

5. SILVEIRA, Daniel. Com alta crescente de autodeclarados pretos e pardos, população branca tem queda de 3% em 8 anos, diz

IBGE. G1, Rio de Janeiro, 06 de maio 2020. Economia. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia/2020/05/06/com-alta-crescente-de-autodeclarados-pretos-e-pardos-populacao-branca-tem-queda-de-3percent-em-8-anos-diz-ibge.ghtml>

6. Joseph Arthur de Gobineau. Filósofo e diplomata francês, autor da teoria da hierarquia racial presente nas populações humanas. Suas idéias influenciaram o anti-semitismo do século XX, como também serviram de hipótese para a segregação racial de negros.

7. Ibid., 2007, p. 34.

8. BRASIL. Lei nº 3.353, de 13 de maio de 1888. Declara extinta a escravidão no Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/LIM3353.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%203.353%2C%20DE%2013,Art.

9. Nos idos da primeira década do século XX tínhamos um mercado de trabalho marcadamente rural, porquanto a grande parte dos trabalhadores que se ocupavam na produção do açúcar, cacau, mate, algodão, couro, fumo, borracha (em 1910, os produtores brasileiros

tinham o controle do mercado internacional de produção deste produto), café etc. De acordo com Mário Maestri no âmbito da indústria, havia no Brasil cerca de 160 mil em atividades fabris. Por força das políticas de branqueamento e de uma eventual “mão de obra qualificada européia” os ambientes de trabalho rural e industrial foram sitiados por imigrantes advindos da Europa (italianos, portugueses, espanhóis, etc), formando uma mão de obra que era valorizada pela elite nacional, ainda que tivéssemos um grande número de ex-escravos capazes de executar as mesmas funções.

10 COSTA, Angela Marques da. 1890 – 1914: no tempo das certezas. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. Pags. 36-37.

11. MAESTRI, Mário. Cisnes Negros: uma história da Revolta da Chibata. São Paulo: Moderna, 2000. Pag. 07.

12. A palavra latina homo faber, utilizado com frequência no livro a Condição Humana de Hannah Arendt, será definida aqui como um verbete para designar o operário (que trabalha sobre algum

material) em seu fazer industrial, seu produzir fabril. O faber nesse sentido além de denominar o operário, também refletirá o uso da força produtiva humana dentro da fábrica.

13. INSTITUTO ETHOS de Empresas e Responsabilidade Social. Perfil Social, Racial e de Gênero das 500 Maiores Empresas do Brasil e Suas Ações Afirmativas. 2016. Disponível para acesso no respectivo link: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Perfil-social-racial-e-de-g%C3%AAnero-das-500-maiores-empresas-do-Brasil-e-suas-a%C3%A7%C3%B5es-afirmativas.pdf>. Acesso em: 10 jan. 2021.

14. BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm

15. Ibid., 2007, Pag. 15.

16. SAÚDE BRASIL 2019, Uma análise da situação de saúde com enfoque nas doenças imunopreveníveis e na imunização. Brasília 2019. Em: <https://portalquivos2.saude.gov.br/images/pdf/2019/dezembro/05/Saude-Brasil-2019-imunizacao.pdf>

pdf/2019/dezembro/05/Saude-Brasil-2019-imunizacao.pdf

17. George, pai de três filhos, tinha 46 anos quando foi asfixiado e morto em uma abordagem policial em Minneapolis, Minnesota, Estados Unidos. Suas palavras “não consigo respirar” ressoaram em todas as partes do mundo, gerando revolta e manifestações, mas ainda são palavras que ainda permanecem nos suplícios de negros em pardos, onde quer que eles estejam.

18. SEADE SP TRABALHO, População Negra. São Paulo, novembro de 2020. Disponível em: https://www.seade.gov.br/mercado-trabalho/wp-content/uploads/2020/11/SP_Trabalho_Negros_nov2020.pdf

19. DIEESE, Boletim Especial: Desigualdade entre negros e brancos se aprofunda durante a pandemia. São Paulo, 10 de novembro de 2020. Disponível em: <https://WWW.dieese.org.br/boletimespecial/2020/boletimEspecial03.html>.

20. BRASIL. Medida Provisória nº 936, de 1º de abril de 2020. Institui o Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda e dispõe sobre medidas

trabalhistas complementares para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. Planalto, 2020. Disponível no respectivo link: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/mpv/mpv936.htm

21. Foi um período (1871/1914) de grande desenvolvimento tecnológico e científico na Europa. Período que também ficou marcado por novas facetas culturais e artísticas. Tais manifestações, vindas principalmente da França, influenciaram as elites brasileiras a criar um modelo para o futuro, onde o progresso e arte teriam grandes papéis na construção de um país moderno.

22. Em Urupês, obra de Monteiro Lobato, nos dá uma idéia de como era visto o mestiço brasileiro. O brasileiro Jeca Tatu é apresentado como um indivíduo que fala pouco e mal, vive de cócoras,

mora precariamente, tem preguiça de fazer pequenos reparos em sua moradia. Caboclo do interior do Brasil, símbolo da estagnação social e mental, mas que representa todos os excluídos pela cor.

23. Ibid., 2000, Pag. 118.

24. VINA, Diego; DURAN, Pedro; CARVALHO, Júlia. Morrem 40% mais negros que brancos por coronavírus no Brasil. CNN. São Paulo, 05 de jun. 2020. Saúde. Disponível para acesso no respectivo link: <https://www.cnnbrasil.com.br/saude/2020/06/05/negros-morrem-40-mais-que-brancos-por-coronavirus-no-brasil>

25. Professor Titular do UDF no Curso de Mestrado em Direito das Relações Sociais e Trabalhistas, nos créditos de Direito da Seguridade Social e Previdenciário. Pós-Doutor em Direito da Seguridade Social e Professor Visitante, sob a orientação do Prof. José Luis Tortuero Plaza, pela Universidade Complutense de Madrid (2014). Pós-Doutor em Direito Previdenciário e Professor Visitante, sob a orientação do Professor Giuseppe Ludovico, pela Universidade de Milão (2017). Doutor (2013) e

CONTRATE



TRABALHADORES SEM TETO



CONTRATE QUEM LUTA

*Fortaleça quem está do lado certo
da história.*

contratequemluta.com



Mestre (2007) em Direito Previdenciário pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Outras informações sobre a sua carreira acadêmica no respectivo link: <http://buscatextual.cnpq.br/buscatextual/visualizacv.do?id=K4488367H6>

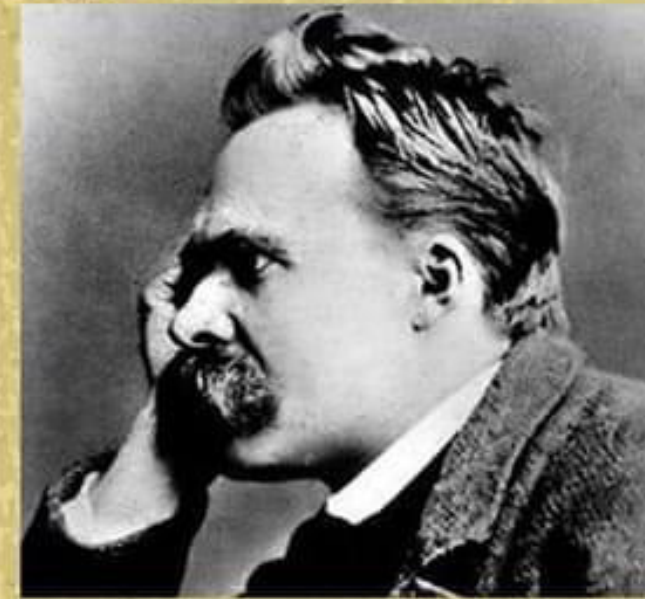
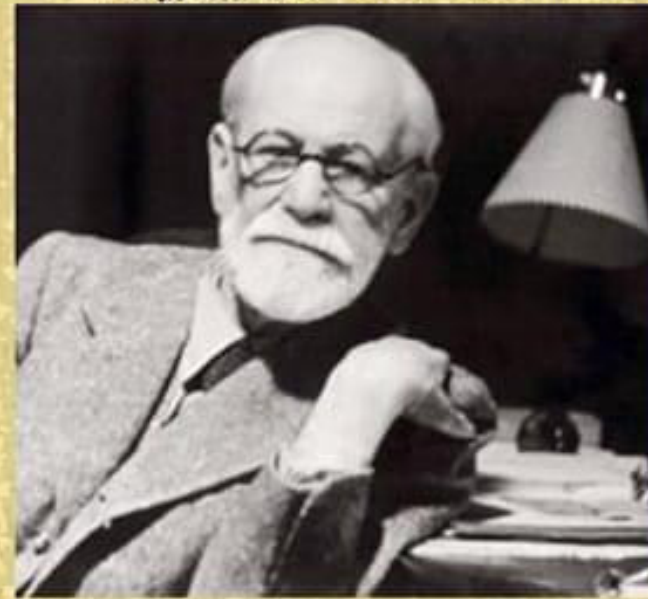
26 escritor Francisco de Assis. Planaltina de Goiás, 22 de janeiro de 2021.



**Tudo é política
Inclusive seu
silêncio conivente
disfarçado de
neutralidade.**

DIÁLOGOS COM A COMUNIDADE

DIÁLOGOS ENTRE A PSICANÁLISE E A FILOSOFIA



*"Nós, homens do conhecimento, não nos conhecemos;
de nós mesmos somos desconhecidos." F. Nietzsche*

Dr José Luiz Meurer

Psicanalista Didata da SPPel e Membro Filiado a IPA

André Itapacarica

Professor da UFRB, Programa de Pós-Graduação em Filosofia da UFBA e membro do GEN e (Grupo de estudos de Nietzsche)

Data: 27/05/2021 - Horário: 20h - Plataforma Zoom

Inscrições: sppelotas@gmail.com

G A

M M M

G A M

GRUPO
ARTE
MEMÓRIA
E MÍDIA

A M

APRESENTA
ARTE & PESQUISA

2805
15H30

Dudu
Tsuda



ENGELS: DELINEAMENTOS TEÓRICOS E PRÁTICOS DA REVOLUÇÃO, SOCIAL, RADICAL E EM PERMANÊNCIA

AMARILDO VIEIRA

Resumo

O artigo analisa as contribuições teóricas e políticas de Friedrich Engels para a luta revolucionária da classe trabalhadora, todavia, cabe ressaltar que em nenhum momento o autor sugere a pretensão de abarcar a totalidade dessas contribuições, pois, seria uma aspiração desmedida. Nesse sentido, trata-se de identificar as descobertas científicas - em colaboração com Karl Marx - referentes a “nova teoria” revolucionária e a defesa do proletariado como sujeito ativo da revolução social, radical e em permanência. Ademais, expõe a crítica contundente do revolucionário alemão a qualquer desvio do proletariado na luta pela emancipação. Nessa via, o artigo caminha no sentido contrário as proposições que reservam a Engels um papel inexpressivo ou mesmo negligente no âmbito do movimento revolucionário.

Palavras Chaves: nova teoria; revolução social, radical e em permanência; emancipação, classes sociais.

Abstract

This article analyzes the theoretical and political contributions of Friedrich Engels to the revolutionary struggle of the working class, however, it should be noted that at no time does the author have the intention to embrace the totality of Engels' contributions, as it would be an excessive aspiration. In this sense, our task is to identify the scientific discoveries - in collaboration with Karl Marx - concerning the “new revolutionary theory” and the defense of the proletariat as the active subject of the social, radical and permanent revolution. Furthermore, it underlines the German revolutionary's blunt criticism of any deviation from the struggle of the proletariat towards emancipation. Thus, the article opposes the propositions that assume that Engels played an inexpressive or even negligent role within the scope of the revolutionary movement.

Key words: new theory; social, radical and permanent revolution; emancipation, social classes.

Friedrich Engels (1820-1895) se encontra entre os grandes revolucionários na trajetória da classe trabalhadora em busca da emancipação, como pensador fecundo, criativo e original foi o responsável por abrir o caminho para descobertas que favoreceram as investigações de seu companheiro de jornada Karl Marx (1818-1883).

A respeito da colaboração entre Engels e Marx, Florestan Fernandes (1989, p. 17) assevera:

F. Engels não era só um “segundo” ou um “seguidor”: por várias vezes foi ele quem abriu os caminhos originais das investigações mais promissoras de K. Marx; a ele cabia, na divisão de trabalho comum, certos assuntos e tarefas; e Marx confiava em seu critério histórico, científico e político, a ponto de convertê-lo em uma espécie de sparring intelectual (como o demonstra a sua correspondência de longos anos). Há de se colocar em relevo

que foi Engels quem descortinou para Marx os princípios da crítica da economia política por meio da obra Esboço de uma crítica da economia política, de 1844 estudo considerado por Marx como genial. Podemos também mencionar que no momento em que Marx iniciava suas descobertas sobre o proletariado, Engels, já havia publicado a Situação da classe operária na Inglaterra, 1845, obra que estabeleceu o elo definitivo entre ambos. Nessa via, cabe a coautoria de Engels em importantes obras como a Ideologia Alemã, 1845-46; e o Manifesto do Partido Comunista, 1847-48. Não mais importante foi a atuação de Engels como interlocutor de Marx, por isso, considerado uma espécie de “sparing intelectual”, capaz de enfrentar, esclarecer e superar os mais difíceis percalços do trabalho científico. De sorte que podemos identificar a colaboração substancial de Engels também na crítica marxiana ao bonapartismo e ao Estado, além do diálogo profícuo no processo de elaboração do Capital.

Uma oportunidade decisiva para compreender a independência e envergadura teórica de Engels

incide nos seus escritos no calor do momento da Revolução Alemã de 1848, momento em que faz uma análise primorosa, por um lado, do caráter contrarrevolucionário da burguesia alemã, por outro, dos limites teóricos e práticos do proletariado alemão. No período posto em tela o legado teórico de Engels – e também de Marx, obviamente – é colossal.

Havendo se situado em Colônia, capital da Renânia – principal província industrial da Prússia-, Marx e Engels participaram diretamente da revolução alemã seguindo passo a passo o desenvolvimento da revolução nos outros países europeus. Tiveram que abordar problemas novos e que só foram tratados até então em um plano muito geral; analisar imediatamente uma situação complexa em rápida mutação; resolver questões estratégicas e táticas; de forma de luta e de organização, com que nunca haviam enfrentado. Atuam em organizações do partido democrata

e nas associações de trabalhadores. Porém, o instrumento principal de sua ação política foi à Nova Gazeta Renana. [...]. Os duzentos e trinta e tantos artigos de Marx e Engels publicados durante um ano nesse primeiro periódico da história reveste um grande interesse, salvo exceções, como primeiro modelo de periódico inspirado na concepção materialista da história e, sobretudo, como registro das novas teorias e análises que o processo da revolução inspira [...] para os dois teóricos. (CLAUDIN, 1985, p. X).

Nessa via, coloco-me de acordo com a tese segundo a qual os artigos da Nova Gazeta Renana se constituem como exemplaridade da análise política marxiana e marxista, ou seja, dessa experiência resultou a formação da concepção mais extensa e complexa do acervo relativo a teoria política que Marx e Engels legaram. Legado este constituído de amplo arsenal de categorias referentes à luta de classes

e ao processo da revolução; questões referentes a estratégia e tática; reflexões sobre independência de classe; ditadura do proletariado e a revolução social em permanência; análises sobre o partido e outros temas como classes, Estado, nação e internacionalismo. Ademais, em sua exemplaridade como análise política, os artigos da Nova Gazeta Renana nos ensinam a superar os universais abstratos, logo, nos impede de transposições mecânicas obrigando a investigação dos fatos; nos induz a trilhar um caminho que desnuda a imanência do objeto, concretamente explicitado na formação de suas especificidades reais; como também nos leva a estabelecer as conexões entre o objeto e as várias instâncias da existência humana: a cultura, a política, a ideologia, a economia etc.

Portanto, nos deparamos com revolucionários maduros, teórica e politicamente, que ambicionam influenciar os desdobramentos das revoluções de 1848. Momento este que propicia experiências intelectuais, políticas e sociais articulando a nova teoria que desvenda o modo de produção capitalista com um

programa dirigido pelo moderno proletariado urbano, isto é, o proletariado como ponta de lança da revolução social, radical e em permanência.

Ainda nesse sentido, seria enriquecedor mencionar as atividades políticas práticas empreendidas por Engels que proporcionaram a massificação da nova teoria revolucionária, todavia, tal empreitada torna-se impossível em um espaço reduzido de um artigo. Não obstante, é possível ao menos deixar registrada a sua atuação, antes de Marx, junto ao movimento operário inglês; a sua participação ativa na revolução de 1848 na Alemanha, momento em que ganhou a alcunha de General; a colaboração prática na Nova Gazeta Renana, jornal dirigido por Marx em plena revolução de 1848; a contribuição decisiva para a edificação da Primeira Internacional; o embate radical com socialistas utópicos, anarquistas e reformistas de todas as montas no interior do SPD e fora dele. E é exatamente essa jornada de cunho teórico e prático que ratifica Engels, na pena de Florestan Fernandes, como um pensador com luz própria – em

que pese sua profunda modéstia quando se referia ao amigo Marx – e um revolucionário inquebrantável pronto para o combate.

Por fim, é preciso frisar que, a teoria da revolução em permanência, concebida por Marx e Engels, ficou fortemente vinculada a Leon Trotsky, ao passo, que foi ele o responsável por desenvolver uma série de análises referentes ao processo revolucionário russo. Em que pese os vínculos estreitos entre os três revolucionários, ao meu juízo, existem diferenças consideráveis no tocante as suas respectivas elaborações teóricas. No espaço limitado de um artigo é possível destacar que Marx e Engels consideravam qualquer forma de Estado como uma excrescência parasitária, uma usurpação das energias sociais, por seu turno, Trotsky considerava a necessidade da construção de um Estado operário como instrumento decisivo para a vitória da revolução socialista. Não menos divergente é a concepção de organização da classe trabalhadora se para Marx e Engels os instrumentos políticos são transitórios e diversificados sendo necessária aprioristicamente

a massificação da teoria revolucionária, em contrapartida, para Trotsky o partido operário imperiosamente é o único instrumento capaz de dirigir a classe trabalhadora. Cabe, ainda, ressaltar que Trotsky concebe a teoria da revolução permanente tendo em vista as particularidades do capitalismo russo, disso resulta desdobramentos próprios no âmbito econômico, político e da constituição das classes sociais.

I.Marx e Engels: fundamentos e princípios da nova teoria revolucionária

É possível dizer que a partir de 1844 Karl Marx e Friedrich Engels perpetraram uma revolução teórica radical que propiciou a superação das correntes hegemônicas predominantes no movimento socialista europeu. Engels, no seu Para a História da Liga dos Comunistas, coloca em relevo que a ausência irretorquível de estudos econômicos era uma das causas que contribuía para a ausência de uma política independente da classe trabalhadora, logo, não acreditava que “[...] nessa altura em toda a

Liga houvesse um único homem que alguma vez tivesse lido um livro sobre economia.” (ENGELS, 1885). Vale dizer que o revolucionário alemão, radicado em Manchester, teve a oportunidade de se deparar com uma dada realidade que o levou a reconhecer a importância dos fatos econômicos², deixando fortemente sublinhado que esses fatos no mundo moderno, sobretudo nos países de grande indústria como a Inglaterra, se constituem em um “poder histórico” decisivo e formador da base que engendra os antagonismos entre as classes sociais. Por conseguinte, tal “poder histórico” acirra a luta de classes e agrava circunstâncias que poderiam deflagrar a revolução comunista. Por outro lado, Engels ressalta o pioneirismo das descobertas científicas de Marx³, uma vez que este, por caminho próprio, havia chegado e desenvolvido a mesma perspectiva teórica que revolucionou a ciência histórica e o curso da luta política do proletariado⁴.

Quando no Verão de 1844 visitei Marx em Paris, estabeleceu-se a nossa

completa concordância em todos os domínios teóricos, e daí data o nosso trabalho comum. Quando, na Primavera de 1845, nos encontramos de novo, em Bruxelas, Marx tinha já desenvolvido, de um modo acabado, a partir das bases acima [referidas], a sua teoria materialista da história nos seus traços principais e dedicamo-nos, a partir de então, a elaborar no pormenor o modo de ver [Anschauungsweise] recém-adquirido, nas mais diversas direções. (ENGELS, 1885).

No sentido de evitar recorrentes distorções teóricas no tocante à importância dos fatores econômicos na história, cabe ressaltar que, na visão de Engels, assim como na de Marx, a história é formada por uma série de fatores que se entrelaçam formando uma totalidade. Nesse diapasão, as circunstâncias econômicas se constituem como a instância da infraestrutura, a base, todavia, há várias outras instâncias como o direito, a política, a cultura, a religião as quais constituem

a superestrutura⁵– que podem exercer influência no interior da dinâmica histórica. De sorte que, dependendo das circunstâncias, instâncias intrínsecas à superestrutura podem se firmar como fatores determinantes. Ocorre, portanto, um entrelaçamento entre todas as esferas constitutivas do processo histórico fazendo-se presente no seu interior um número infindável de “acidentes”, isto é, fatos e eventos aparentemente desconectados e de difícil percepção que muitas vezes são tomados como inexistentes ou subestimados. Em contrapartida, as distorções as quais asseveram o fator econômico como o único que é determinante transformam a história em algo abstrato, vulgar e absolutamente sem sentido.

De acordo com a concepção materialista da história, o elemento determinante final na história é a produção e a reprodução da vida real. Mais do que isso, nem eu e nem Marx jamais afirmamos. [...].

Nós mesmos é que fazemos a história, mas o fazemos sob condições e

suposições definidas. Entre estas, os determinantes econômicos são, ultimamente, decisivos. Mas mesmo as condições políticas, etc., e mesmo tradições que assombram as mentes humanas também desempenham o seu papel, embora não sejam decisivos. (ENGELS, 1890)

Com efeito, a teoria posta em tela se detém conscientemente nos fatos e nos fatores econômicos mais significativos, definindo a relevância de cada um desses elementos na intrincada relação de causas e efeitos históricos interdependentes, além de captar atentamente os desdobramentos da temática abordada. Nesse sentido, ganham relevo as investigações sobre o modo de produção, em especial as suas alterações⁶, e as razões das suas dissoluções ao longo da história. Sendo que, por essa via, é possível ingressar no universo de cada sociedade, para se desvelar os seus antagonismos, as suas contradições, tensões e o caráter da luta entre as classes.

Fica, portanto, evidente que a nova teoria revolucionária não é a

síntese da experiência do socialismo francês ou a de qualquer outra forma de socialismo de matiz burguesa, mas sim resultado da compreensão e da crítica da realidade concreta em sua totalidade, tendo como referência a prática e as próprias experiências do movimento operário, em especial, o dos anos de 1840. Em outros termos: a teoria do socialismo científico não é a mera continuidade das tradições socialistas do século XIX, mas um rompimento radical com elas. Segundo Engels, “Face à insustentabilidade das representações teóricas de até então, face às aberrações práticas que daí derivavam, Londres via-se cada vez mais que Marx e eu, com a nossa nova teoria, tínhamos razão”. (ENGELS, 1885).

Ao que tudo indica, os operários londrinos perceberam que o despertar da consciência revolucionária do proletariado necessitava do conhecimento histórico como uma ciência que examinaria as relações sociais concretas tendo como ponto de partida as relações históricas primárias e os fatores materiais do desenvolvimento histórico, ou seja, uma história radical, totalizadora e

reveladora do real. Reveladora da sociedade civil como a “verdadeira fonte e teatro de toda a história”. Os operários londrinos, pois, atentaram-se para o pressuposto segundo o qual o proletariado como classe universalmente revolucionária é portador da tarefa histórica de extinguir todas as classes, a propriedade privada, o Estado, a divisão do trabalho e o trabalho assalariado.

II. Consciência histórica e revolução

Como vimos, a Inglaterra foi o primeiro país onde a nova teoria revolucionária teve penetração. Nessa quadra, Marx e Engels, em 1847, foram convidados a ingressarem na Liga. Nas palavras de Engels: “Eles estavam convencidos da correção geral da nossa maneira de ver, assim como da necessidade de libertar a Liga das velhas tradições e formas conspiratórias.” (ENGELS, 1885).

Nesse sentido, “Se quiséssemos entrar, havia de nos ser dada a oportunidade, num congresso da Liga, de desenvolver num manifesto o nosso comunismo crítico, que seria publicado, em seguida, como

manifesto da Liga; e, assim, poderíamos contribuir com a nossa [parte] para que a organização antiquada da Liga fosse substituída por uma [outra], conforme aos novos tempos e objetivos.” (ENGELS, 1885).

O Congresso da Liga dos Justos ocorreu em Londres em 1º de julho de 1847, contando com a presença de Engels e de William Wolff, representando Marx. Segundo Max Beer, o papel desempenhado por Engels foi de suma importância, pois ele redigiu um projeto de programa que serviu como base para a redação definitiva do Manifesto Comunista⁷ que seria publicado em 1848.

Em 1847, [Engels] escreveu para a Liga dos Comunistas um projeto de programa, que Marx utilizou para a redação definitiva do Manifesto do Comunista, mais tarde publicado e assinado por ambos. (BEER, 2006, p. 519).

Nessa seara, Michael Löwy (2012, p. 173) vaticina que:

Somente após os

resultados obtidos por Engels no primeiro congresso da Nova Liga os comunistas, em julho de 1847, é que a participação deles [Marx e Engels] na organização se efetivou.

De fato, durante esse congresso, os novos estatutos da organização foram elaborados com base num projeto de Engels.

Cabe ressaltar que em 30 de novembro de 1847 ocorreu um novo congresso, dessa vez com a participação de Marx. Nessas circunstâncias, seguindo a sugestão de Marx e Engels, a Liga dos Justos adotou o nome de Liga Comunista e ambos foram encarregados de redigirem um manifesto que servisse de programa à organização, ou seja, a organização não alterou simplesmente o nome, mas assumiu uma nova orientação teórica e política.

Ora, fica patente que Marx e Engels se aproximaram das organizações proletárias no momento que tiveram alguma coisa relevante a dizer aos trabalhadores, ou seja, se aproximaram das organizações proletárias quando a teoria da

revolução estava cientificamente comprovada, uma vez que entendiam que era insignificante reunir os trabalhadores para não apresentar absolutamente nada ou propor um programa que não fosse revolucionário. Entendiam que as ideias expressas no programa, quando sintonizadas com a realidade concreta, são imperiosas para a organização das massas, daí a importância da teoria revolucionária. Por isso, a necessidade da massificação das ideias/da teoria visando produzir consciências comunista em escala de massa, sincronizadas com formas diversas de organizações comunistas⁸ portadoras de uma estrutura inerentemente aberta.

Nas palavras de Engels (1885):

A organização ela própria era inteiramente democrática, com autoridades eleitas e sempre amovíveis, e somente com isso cortou-se o passo a todas as veleidades de conspiração, que requerem a ditadura, e a Liga — pelo menos, em tempos habituais de paz — converteu-se numa pura sociedade

de propaganda. Ou ainda:

Para nós não pode tratar-se da transformação da propriedade privada, mas apenas do seu aniquilamento, não pode tratar-se de encontrar oposições de classes, mas de suprimir as classes, nem de aperfeiçoar a sociedade existente, mas de fundar uma nova.

Desde então, [Manifesto do Partido Comunista] tem dado a volta ao mundo, foi traduzido em quase todas as línguas e ainda hoje serve, nos mais variados países, de guia ao movimento proletário. Para o lugar do antigo lema da Liga: «Todos os homens são irmãos», entrou o novo grito de batalha: «Proletários de todos os países, uni-vos!», que proclamava abertamente o caráter internacional da luta. Dezesete anos mais tarde, esse grito de batalha ecoou pelo mundo como grito de guerra da Associação Internacional dos

Trabalhadores e hoje o proletariado combativo de todos os países tem-no inscrito nas suas bandeiras. (ENGELS, 1885).

Há de salientar que a Liga Comunista — embora a maioria dos membros fossem de origem alemã — assumiu desde o nascimento um caráter internacionalista expresso no estatuto que não contém nenhum artigo restritivo à participação de trabalhadores de outras nacionalidades. De acordo com as diretrizes do Manifesto da organização, o internacionalismo é apresentado como um dos princípios mais caros da luta revolucionária na medida em que essa concepção é uma necessidade histórica gerada pelo caráter mundial da economia capitalista, a qual, ao se expandir, internacionalizou simultaneamente a luta de classes. Por essa razão, Engels, em vários momentos⁹, definiu o internacionalismo como um dos principais pilares da estratégia de organização do proletariado na luta pela emancipação humana.

A partir da massificação da nova teoria, o operariado em

nenhum outro momento ficou circunscrito a um ideal de sociedade o mais perfeita possível, ou cativo da fé política em que o Estado é o resolutor dos males sociais e o promotor da justiça e da equidade, ou passivo diante da vontade do benfeitor burguês e utopista. Ao contrário, foi colocada a sua frente uma alternativa concreta, a possibilidade de adesão a um movimento revolucionário¹⁰ norteado pela compreensão científica da história em sua totalidade, pela captura racional das condições reais da sociedade e pelo entendimento das contradições imanentes à luta consciente conduzida pelo proletariado. É imprescindível discorrer que Engels assegurou no transcorrer de toda sua vida a convicção segundo a qual a condução do processo revolucionário é tarefa dos próprios trabalhadores, “[...] esclarecendo-se sobre os seus interesses de classe, tomando o quanto antes a sua posição de partido autônomo, não se deixando por um só instante induzir em erro pelas frases hipócritas dos pequenos-burgueses democratas quanto à organização independente do partido do proletariado. O seu grito de

batalha tem de ser: a revolução em permanência.” (ENGELS, MARX, 1850).

Trata-se de uma relação de interação entre indivíduos situados no mesmo campo político e ideológico, sendo que a experiência prática do proletariado ensina aos comunistas, os quais, por sua vez, em virtude da sua “vantagem teórica”, podem orientar o proletariado rumo a revolução social, radical e em permanência. Nesse ínterim, a deflagração de qualquer processo revolucionário não está condicionada pela existência de uma organização comunista em sentido estrito, dado que a organização revolucionária autônoma é obra da classe trabalhadora — nunca está acima dela — que somente pode ser forjada na luta política diária.

Com o processo de Colônia encerra-se este primeiro período do movimento operário comunista alemão. Imediatamente após a sentença dissolvemos a nossa Liga; poucos meses mais tarde, a Liga separada [Sonderbund] de Willich—Schapper [N148] também ia para

o eterno descanso.

Entre essa altura e hoje passou uma geração. [...]

[...]

Hoje, o proletariado alemão já não precisa mais de nenhuma organização oficial, nem secreta nem legal; a simples e evidente conexão de camaradas de classe com a mesma maneira de pensar basta para, sem quaisquer estatutos, autoridades, resoluções e outras formas palpáveis semelhantes, abalar o Império Alemão todo.” (ENGELS, 1885).

Na passagem citada de Para a história da Liga Comunista, Engels, de forma inequívoca, ratifica a tese mencionada que reconhece o proletariado como o agente ativo da luta revolucionária¹¹ e não como qualquer forma transitória de organização política, inclusive, os insignes partidos¹² políticos¹³ autointitulados comunistas.

Nesses termos, a revolução é encarada como um processo social ininterrupto que possibilita, na

medida em que se desenvolve, a estruturação de instrumentos políticos transitórios de que a classe prescinde para sua auto-organização, nesse entretanto, é forçoso dizer que sem independência teórica inexistente independência política e organizacional. Teoria compreendida em um processo constante de atualização, possíveis correções e em consonância com a dinâmica da história, logo, que considera as particularidades e circunstâncias de cada país. De sorte que a teoria não se limita a um arcabouço abarrotado por prescrições dogmáticas, tampouco um método¹⁴ irremissível a ser aplicado.

Em conformidade com essa asserção, reafirma-se o pressuposto da relação teoria e prática em que a teoria atua como guia norteadora da ação, molda a atividade sensível dos indivíduos, particularmente as atividades emancipatórias. Teoria revolucionária na medida em que essa relação é consciente, reafirmando constantemente a necessidade da compreensão radical do mundo, a crítica ao pensamento do seu tempo, a consolidação do proletariado como centro da práxis

revolucionária, como sujeito histórico ativo e transformador radical do mundo.

À vista disso, a edificação do proletariado como força motriz da revolução passa pelo desafio de como estabelecer uma direção global a ser trilhada, considerando colocar no horizonte histórico a revolução social, radical em permanência. Não é por outra razão que Marx e Engels nunca se abstiveram de criticar posições que reduzissem a revolução a aspectos puramente de ordem subjetiva, politicista e organizativa, não raro, como vimos, assinalavam vigorosamente a necessidade de uma análise científica da sociedade capitalista como condição sine qua non para descortinar as possibilidades reais para a revolução social e, por conseguinte, as condições objetivas para a prática transformadora dos indivíduos.

Nesse sentido, Engels, (2010, p. 146) assim defini os limites da revolução política:

E, na realidade, desde a primeira até a última dessas chamadas revoluções políticas, todas elas se fizeram em

defesa da propriedade, de um tipo de propriedade, e se realizaram por meio dos confiscos dos bens (dito de outro modo: o roubo) por outro tipo de propriedade. Tanto é assim que há 2.500 anos não se tem podido manter a propriedade privada se não com a violação da propriedade privada.

Trata-se de ir para além dos limites estreitos da revolução política sendo que à política ficam reservadas as tarefas de talhe negativas ou preparatórias, ao passo que cabe a revolução social ornar uma nova forma de produção alicerçada na base pela associação livre de produtores iguais, salto categorial concreto rumo a auto-organização e desenvolvimento universal do trabalho, como atividade basilar própria dos indivíduos trabalhando como seres livres com meios de produção comuns, norteados por um plano conjuntamente acordado sendo as inúmeras forças produtivas concebidas como uma única força de trabalho social. De sorte que é preciso o “[...] reconhecimento

efetivo da natureza social das forças produtivas modernas, ou seja, na colocação do modo de produção, de apropriação e de troca em consonância com o caráter social dos meios de produção. E a única maneira de isso acontecer é a sociedade tomar posse abertamente e sem rodeios das forças produtivas que escapam para outro controle além do seu. Desse modo, o caráter social dos meios de produção e dos produtos, que hoje se volta contra os próprios produtores, que quebra periodicamente o modo de produção e de troca e só consegue se impor violenta e destrutivamente como lei natural que atua de maneira cega, será validado de forma plenamente consciente pelos produtores, convertendo-se de causa de perturbação e ruína periódica na mais poderosa alavanca da própria produção. Desse modo, a anarquia social da produção é substituída por uma regulação socialmente planejada da produção, de acordo com as carências tanto do conjunto como de cada indivíduo.” (ENGELS, 2015, p. 315).

Ora, pode-se dizer que nessas circunstâncias o grande desafio

incide no enlace entre tática e estratégia, condicionado pelo dinamismo da realidade a ser revolucionada, visto que a revolução social, radical e em permanência passe a configurar como uma possibilidade concreta e como um momento que assegure o aparato necessário para que o proletariado possa atravessar os diversos estágios da luta de classes de forma mais racional e humana possível. Trata-se da unidade entre os fatores objetivos e subjetivos ou um entrelaçamento recíproco em que o fator objetivo se funde com a subjetividade revolucionária.

Segue-se, assim sendo, que, na perspectiva revolucionária posta em tela, é preciso amalgamar a revolução social com objetivos identificáveis e tangíveis. Sempre considerando as mediações teóricas, materiais e instrumentais necessárias, logo, visa-se à construção de ações práticas consequentes para a destruição do capital e de todos os seus pilares de sustentação.

Nesses termos, descortina-se a concepção da nova teoria revolucionária como instrumento límpido, aberto, retilíneo da consciência

social e da prática política revolucionária do proletariado.

III- Engels: pugnas com a socialdemocracia alemã

O desafio de constituir um movimento independente da classe operária com força suficiente para desafiar com sucesso a burguesia em sua própria arena exigia que, fundamentalmente, fosse enfrentada a realidade objetiva, a qual, desde o início, demonstrava a grande diversidade de conflitos e de interesses no interior do movimento operário determinada pela ascensão de tendências refratárias à revolução social. Aqui temos que, no final do século XIX, o movimento operário alemão encontrava-se segmentado em duas tendências. A tendência impulsionada pelos seguidores de Ferdinand Lassalle¹⁵, organizados, desde 1863, na Associação Geral dos Trabalhadores Alemães, e a tendência liderada por Wilhelm Liebknecht e August Bebel¹⁶ que, apoiados por Marx e Engels, fundaram, a partir do Congresso de Eisenach (1869), o Partido Operário Social-Democrata da Alemanha-SPD.

Como as tendências divididas em um cenário de franco crescimento da classe trabalhadora alemã devido à expansão industrial arregimentavam um número reduzido de operários para suas fileiras, foram decididas a unificação e a fundação de um único partido como centro catalisador do operariado.

Em 1875, no Congresso de Gotha, concretizou-se a unificação com a fundação do Partido Social-Democrata Alemão, que viria a se tornar o primeiro partido operário de massa e o centro nervoso da Segunda Internacional Socialista, fundada em 1889. Marx e Engels, que acompanhavam de perto o desenvolvimento do movimento socialista na Alemanha, apoiavam a unificação, todavia, mostravam-se reticentes com os encaminhamentos teóricos e ideológicos inerentes ao processo. Não obstante, as dúvidas e as inquietações de ambos mostraram-se pertinentes na medida em que a unificação se concretizou tendo como esteio um amálgama teórico reformista¹⁷ de inspiração nitidamente lassalliana.

Engels, tomando a frente do embate, em contraposição ao

reformismo e ao anarquismo, forjou o caminho a ser seguido pela classe operária mediante a defesa radical dos princípios revolucionários e a elaboração de programas de ação viáveis e flexíveis que contemplasse as reivindicações específicas dos vários segmentos que constituíam o movimento em sua totalidade. Para tanto, criticou abertamente o partido, o programa e as principais lideranças do partido social-democrata alemão.

Não nos podemos deixar enganar pela gritaria em favor da «unificação». Aqueles que mais andam com esta palavra na boca são os maiores fomentadores de discórdia, tal como precisamente agora os bakuninistas suíços do Jura, instigadores de toda a cisão, não gritam por mais nada a não ser pela unificação. Estes fanáticos da unificação ou são cabeças limitadas que querem misturar tudo numa papa indeterminada que só precisa de assentar para produzir de novo as diferenças numa

oposição muito mais aguda, porque então se encontrarão todos num só tacho (na Alemanha tem um belo exemplo disto nas pessoas que pregam a conciliação entre operários e pequenos burgueses); ou então são gente que, consciente ou (como, p. ex., Mulberger) inconscientemente, quer desvirtuar o movimento. Por isso, em certos momentos, os maiores sectários e os maiores zaragateiros e patifes são quem mais alto grita pela unificação. Na nossa vida, ninguém nos trouxe mais problemas e traições do que esses que gritam pela unificação. (ENGELS, 1873)

A crítica de Engels expõe de forma decisiva o pressuposto segundo o qual a classe trabalhadora não deve em hipótese alguma fazer concessões que comprometam a integridade de seus princípios visando a uma falsa unificação das frações do operariado. Deixava claro também que não se deve endossar as vantagens e as facilidades de uma união e de uma conciliação cega,

uma vez que, ao contrário, alertava o proletariado para que não se permitisse “corromper com esmolas mais ou menos veladas”, tampouco trocasse uma melhoria temporária de sua situação pelo enfraquecimento da sua força revolucionária.

Uma tal política, com o tempo, só pode confundir o próprio Partido. Trazem-se para primeiro plano questões políticas gerais, abstratas, e escondem-se, por esse fato, as questões concretas mais próximas, as questões que, nos primeiros acontecimentos grandes, na primeira crise política, se põem a si próprias na ordem do dia. Que pode resultar daí senão que, de repente, no momento decisivo, o Partido fica perplexo, que sobre os pontos mais decisivos domina a falta de clareza[Unklarheit] e a falta de unidade[Uneinigkeit] por que esses pontos nunca foram discutidos?

[...]

Este esquecer dos grandes pontos de vista principais

pelos interesses momentâneos do dia, este lutar pelo e aspirar ao sucesso do momento sem olhar as ulteriores consequências, este abandonar do futuro do movimento por causa do presente do movimento, pode ser feito «honradamente», mas é e permanece oportunismo e o oportunismo «honrado»(7*) é talvez o mais perigoso de todos. (ENGELS, 1891)

Tal excerto aponta com argúcia que a política a ser empreendida é a política operária autônoma; era preciso, portanto, que as organizações operárias fossem constituídas não como “cauda” dos interesses burgueses, mas sim como classe independente que tem o seu programa, os seus princípios definidos e a sua política própria. Nesse sentido, o grande desafio é fazer com que a classe operária se movimente como classe, isto é, consciente dos seus interesses de classe. Segundo Engels, o proletariado deve ter tempo e condições de se desenvolver, e essas condições o proletariado somente pode atingir no momento

em que possuir um movimento autônomo.

Na sua luta contra o poder colectivo das classes possidentes, o proletariado só pode agir como classe constituindo-se a si próprio em partido político distinto, oposto a todos os antigos partidos formados pelas classes possidentes.

Esta constituição do proletariado em partido político é indispensável para assegurar o triunfo da Revolução social e do seu objectivo supremo: a abolição das classes.

A coalizão das forças operárias, já obtida pela luta económica, deve servir também de alavanca nas mãos desta classe, na sua luta contra o poder político dos seus exploradores. (ENGELS, MARX, 1872)

Engels observa que, ao longo da história, verifica-se que toda “seita” é inegavelmente fanática e, em decorrência desse fanatismo, logra êxitos no plano imediato

muito rapidamente, sobretudo em regiões em que sua existência é recente, ou seja, Engels refere-se ao caso alemão e às debilidades intrínsecas a esse proletariado. Em contrapartida, sua derrocada, não raro, também caminha em ritmo acelerado, uma vez que não representa o movimento do real. Contraditoriamente, os movimentos revolucionários pagam um tributo elevado na medida em que são norteados exatamente pelo movimento do real e, em hipótese alguma, podem abrir mão desse princípio emancipador.

Nessas circunstâncias, a saída é a reafirmação categórica da revolução social, radical e em permanência sincronizada com uma posição que deixe público que os benefícios das alianças políticas, objetivando a unificação, em hipótese alguma, devem desviar a classe trabalhadora de sua própria revolução. Sendo que, na luta cotidiana, o proletariado deve defender seus princípios revolucionários, diferenciando-os das concepções do reformismo democrático. No plano tático, não deve se submeter às conquistas imediatas, mas fortalecer a autonomia e o desenvolvimento

do proletariado enquanto classe revolucionária.

IV- Estado: mito e realidade

Escaldado pelos acontecimentos revolucionários de seu tempo, sobretudo pela Revolução de 1848 na Alemanha e pela Comuna de Paris de 1871, Engels sublinha fortemente a necessidade da crítica radical ao Estado e de todas as suas esferas de dominação, incluindo suas instituições democráticas, em especial o parlamento. Essa pugna toma relevo uma vez que a social-democracia alemã, ancorada no politicismo, encarava o problema da transição como um processo eminentemente político, nesse sentido o Estado – como também a política – torna-se a entidade fundante da sociedade e não o trabalho como se preconiza na teoria desenvolvida por Marx.

Em carta a Bebel, Engels (1875) afirma:

Devia deixar-se cair toda essa conversa acerca do Estado, particularmente a partir da Comuna, que já não era mais nenhum Estado

em sentido próprio. O Estado popular foi-nos atirado à cara pelos anarquistas até a saciedade, apesar de já o escrito de Marx contra Proudhon(6*)* e, depois, o Manifesto Comunista dizerem diretamente que com a introdução da ordem socialista da sociedade o Estado se dissolve por si e desaparece. Ora, uma vez que o Estado é, todavia, apenas uma instituição transitória de que, na luta, na revolução, alguém se serve para reprimir pela força os seus adversários, é um puro contra-senso falar de Estado popular livre: enquanto o proletariado precisar ainda do Estado, precisa dele não no interesse da liberdade, mas da repressão dos seus adversários e, logo que se puder falar de liberdade, o Estado como tal deixa de subsistir. Proporíamos, por conseguinte, que por toda a parte em vez de Estado se pusesse «comunidade» [Gemeinwesen], uma boa palavra alemã antiga que pode corresponder muito bem à «Comuna »

[Kommune] francesa.”

O documento em tela deixa claro que o Estado tem suas raízes no antagonismo entre as classes sociais que compõem a sociedade civil, nesse sentido, estabelece o contraponto à concepção liberal segundo a qual o Estado é o promotor de um pacto social e à concepção hegeliana, para a qual o Estado é o princípio superior de ordenamento da sociedade civil. Engels, partindo da crítica radical ao Estado, evidencia que ele é um instrumento que objetiva garantir os interesses da burguesia e, portanto, se constitui em um instrumento de dominação e de opressão de classe e não em um instrumento capaz de promover a equidade e a paz entre as classes. Nessa quadra, o Estado apresenta-se – independentemente da sua configuração histórica – impossibilitado de adotar medidas que eliminem os males sociais.

Porém, nem a metamorfose em sociedades por ações nem a metamorfose em propriedades do Estado retiram das forças produtivas sua qualidade de capital. No caso das sociedades por ações, isso é evidente. E o Estado moderno,

por sua vez, é apenas a organização que a sociedade burguesa monta para sustentar as condições exteriores gerais do modo de produção capitalista contra ataques tanto dos trabalhadores como de capitalistas individuais. O Estado moderno, qualquer que seja sua forma, é, portanto, uma máquina essencialmente capitalista, é o Estado dos capitalistas, é o capitalista global ideal. Quanto maior é o número de forças produtivas que ele assume como sua propriedade, mais ele se torna um capitalista global real, maior é o número de cidadãos do Estado que ele espolia. Os trabalhadores permanecem trabalhadores assalariados, proletários. A relação com o capital não é revogada; ao contrário, é levada ao extremo.” (ENGELS, 2015, p. 315).

Parece-me, de fato, que o Estado não se constitui em uma entidade eterna, ao contrário, houve sociedades que se organizaram independentemente da existência de um Estado, entretanto, com o desenvolvimento econômico e a divisão de classes, o Estado tornou-se uma imposição vital. Portanto, a rigor, não se trata de preservar, reformar

ou agigantar a máquina estatal, mas sim de perpetrar sua aniquilação de forma radical desde o início em um processo permanente.

O proletariado assume o poder do Estado e transforma os meios de produção primeiramente em propriedade do Estado. Desse modo, ele próprio se extingue como proletariado, desse modo ele extingue todas as diferenças e antagonismos de classes e, desse modo, ele também extingue o Estado enquanto Estado. [...] O primeiro ato no qual o Estado realmente atua como representante de toda a sociedade – a tomada de posse dos meios de produção em nome da sociedade – é, ao mesmo tempo, seu último ato {autônomo} enquanto Estado. {De esfera em esfera, a intervenção do poder estatal nas relações sociais vai se tornando supérflua e acaba por desativar-se.} O governo sobre pessoas é substituído pela administração de coisas e pela condução de processos de produção. A sociedade

livre não pode utilizar ou tolerar nenhum “Estado” entre ela e seus membros. {O Estado não é “abolido”, mas define e morre.} É por esse critério que deve ser medida a fraseologia que fala de um “Estado nacional livre”, considerando tanto a sua momentânea justificação na boca dos agitadores como a sua definitiva insuficiência científica; também é por ele que se deve medir a exigência dos assim chamados anarquistas de que o Estado deve ser abolido de um dia para o outro}. (Engels, 2015, p. 316)

Segue Engels (2010, p. 218):

Com o desaparecimento das classes, desaparecerá inevitavelmente o Estado. A sociedade, reorganizando de uma forma nova a produção, na base de uma associação livre de produtores iguais, mandará toda a máquina do Estado para o lugar que lhe há de corresponder: o museu de antiguidades, ao lado da

roca de fiar e do machado de bronze.”

Há que deixar sublinhado que a crítica revolucionária ao Estado, posta em tela, distancia-se totalmente da posição reformista, que, desde os tempos de Ferdinand Lassalle (1825-1864) – como também de Eduard Bernstein (1850-1932) e Karl Kautsky (1854-1938) –, defende a via eleitoral como meio de colocar o Estado a serviço dos interesses da classe trabalhadora e gradualmente alcançar o socialismo. Intento esse que é condenado ao fracasso desde seu nascedouro pela impossibilidade de estabelecer uma reforma estrutural que viabilize o controle social do capital, sendo que nem mesmo a forma mais avançada de Estado, ou seja, o Estado liberal democrático de direito e sua representação parlamentar é capaz de obter sucesso nessa empreitada.

Não por acaso Marx e Engels, no ano de 1850, em mensagem à Direção Central à Liga dos Comunistas denunciaram as mazelas e os engodos de uma política norteada pela apologia ao bom Estado e por medidas beneficentes que

objetivavam quebrar a força revolucionária do proletariado. Em verdade, alertavam para o perigo de que, em momentos de crise econômica e na iminência da revolução social, o Estado assume claramente o seu papel de instrumento garantidor dos interesses do capital impondo políticas regressivas e repressivas contra o proletariado visando aniquilar qualquer iniciativa que ouse contrapor seus interesses. Nesse contexto, a burguesia radicaliza¹⁸, utilizando todos os recursos a sua disposição – inclusive a extrema violência se for preciso – visando à destruição do movimento revolucionário em sua totalidade.

Na introdução de *A Guerra Civil na França* (1891), Engels, mais uma vez, chama a atenção para o fato de que uma fração da classe trabalhadora alemã foi contaminada pela crença supersticiosa no Estado.

Aqui se fez necessário, porém, expor uma vez mais alguns de seus aspectos, porque justamente na Alemanha a supersticiosa no Estado transferiu-se da filosofia para a consciência geral

da burguesia e, até mesmo, de muitos trabalhadores. Segundo a representação filosófica, o Estado é a “efetivação da ideia” ou o reino de Deus na Terra traduzido para a língua filosófica, o âmbito em que a verdade e a justiça se efetivam ou devem se efetivar. Disso resulta uma reverência supersticiosa ao Estado e a tudo a ele ligado, reverência que se alastra mais rapidamente na medida em que as pessoas, desde a mais tenra infância, estão acostumadas a imaginar que os negócios e interesses comuns a toda a sociedade não podem ser geridos de outra maneira do que aquela em que o foram no passado, isto é, mediante o Estado e seus oficiais bem remunerados. E ainda se acredita que foi dado um grande passo ao se superar a crença na monarquia hereditária e prestar juramento à república democrática. Na realidade, porém, o Estado não é mais do que uma máquina para a opressão de uma classe

por outra, e isso vale para a república democrática não menos que para a monarquia; na melhor das hipóteses, ele é um mal que o proletariado vitorioso herda na luta pelo domínio de classe e cujos piores aspectos o proletariado, assim como a Comuna, não pode evitar eliminar o mais prontamente possível, até que uma nova geração, crescida em condições sociais novas e livres, seja capaz de remover de si todo este entulho estatal. (ENGELS, 2011, p. 196-197).

Não resta dúvidas que o rigor e a eloquência de Engels ratificam a tese de Marx segundo a qual a ação prática do Estado somente pode ser formal e negativa, pois onde se “inicia a vida civil e sua ação” se encerra o seu poder de intervenção. De tal sorte que a impotência é intrínseca à administração estatal. Mediante a retomada da crítica radical a todas as formas de Estado, Engels reconecta de forma visceral os interesses e os objetivos cotidianos da classe trabalhadora com a revolução social. Donde a luta

cotidiana pela melhoria das condições de vida imediata se constitui como um meio – e não como um fim como advogam os reformistas – visando potencializar a luta em busca do objetivo final: a revolução social, radical e em permanência. Crítica radical ao Estado que em momento algum propugna o abstencionismo político, pois pregar a “[...] abstenção da política em todas as circunstâncias significa empurrá-los [o proletariado] para os braços dos padres ou dos republicanos burgueses” (ENGELS, 1872).

É interessante notar, por outro lado, que Engels reconhece as possibilidades abertas pela democracia burguesa que cede, em alguns momentos, espaços importantes, que podem e devem ser ocupados visando à educação revolucionária por meio da massificação de um programa que direcione a atuação política e que estabeleça as devidas mediações visando unificar as frações do proletariado em um processo revolucionário em constante movimento. Articuladamente a tal determinação, o programa é o norteador da tática – o imediato – a ser adotada com a manutenção a

todo custo da independência teórica, política e organizacional do proletariado, assim sendo, é um chamamento a revolução social em permanência. Frise-se, por fim: tática enlaçada até a medula com a estratégia revolucionária e não oposta a ela.

Considerações Finais

A melhor forma de encerrar um artigo é esboçar as pistas por onde os problemas levantados podem ser resolvidos. Nesse sentido, como já foi aludido, uma das principais condições para se concretizar os princípios de uma revolução socialista é a produção de uma consciência revolucionária em massa, norteadora de uma ação comum que se autodesenvolve, sendo que essa ação unificada somente pode se concretizar a partir de sujeitos realmente autônomos e sincronizados – não hierarquicamente comandados e manipulados – em um movimento intrinsecamente diversificado. Nesse sentido, se a revolução transitar, assim como afirmam Marx e Engels, de um caráter inicialmente político

para uma revolução social, radical e em permanência, a importância e a urgência da unidade tanto no âmbito imediato quanto em âmbito contínuo ganha relevo, sobretudo quando se tem a clareza – pertinente aos revolucionários – de que a conquista do poder é o momento no qual os reais desafios, as tensões e as contradições da realidade a ser revolucionada se apresentam de forma inequívoca. Há de se ressaltar que, não raro, muitas dessas dificuldades não podem ser identificadas a priori, isto é, somente podem ser compreendidas e superadas no turbilhão do processo histórico em curso, de sorte que a realidade exige a adoção de iniciativas políticas – tanto no âmbito imediato quanto contínuo – que agreguem todas as forças potencialmente revolucionárias. Assim, a unidade da classe trabalhadora deve ser considerada como uma necessidade ou mesmo um imperativo em circunstâncias históricas específicas e não como algo estático ou um modelo predeterminado a ser aplicado. A unidade, portanto, pode se constituir em um período específico ou por um objetivo determinado.

Nessa asserção, a unidade é um processo em constante mutação que precisa ser recriado nas circunstâncias da realidade sócio-histórica específica sempre considerando os fundamentos objetivos das desigualdades oriundas da divisão social do trabalho e dos diferentes patamares de exploração da mais-valia, sendo que o reconhecimento das desigualdades e das formas diversas de exploração incorpora um sentido revolucionário na medida em que tal situação é encarada como uma realidade histórica a ser superada pela única forma possível, ou seja, pela garantia do envolvimento ativo e consciente de todas as frações do proletariado envolvidas no processo revolucionário.

Deslocando-se para a realidade presente, há de se considerar que o grande desafio para a esquerda marxista na atualidade é a descoberta de uma alternativa concreta para um sistema global complexo, o qual tem a seu favor a “maldição da interdependência” para reagir a mudanças. Nessa via, é preciso estabelecer inicialmente a recusa radical à propositura que advoga em defesa da tese da eternidade do capital, do

triumfo do capital organizado, ou da emancipação da classe trabalhadora via a mão generosa e integradora do mercado. Simultaneamente, é necessária a edificação de um projeto intermediário que atenda às necessidades imediatas da classe trabalhadora sem perder do horizonte a estratégia revolucionária, ou seja, a luta radical pela emancipação humana.

Desse modo, a questão que se coloca é como dar concretude a essa perspectiva de talhe marxista, isto é, como atender às legítimas lutas imediatas sem cair nas ilusões do reformismo? Inicialmente, é preciso atentar para o fato de que as necessidades urgentes do cotidiano – educação, saúde, emprego, previdência, emancipação feminina, luta contra o racismo, etc. que pertencem a segmentos variados do proletariado –, se forem abordadas de forma segmentadas e isoladas da totalidade, serão certamente tragadas por qualquer iniciativa reformista ou mesmo genuinamente liberal. A saída, portanto, não é apenas encarar as lutas parciais como um conjunto de reivindicações efetivamente unificadas constitutivas de

um complexo global que as reproduz como exigências não realizadas. Dito de outro modo, é preciso encarar as lutas parciais como exigências impossíveis de serem contempladas em sua integridade na órbita do capital. Nesse cenário, o que define a realidade é a impossibilidade concreta de resolução das exigências cotidianas e não a sua realização por meio de direitos e políticas públicas fragmentadas – e supostamente integracionistas – perpetradas por um imaginário bom Estado.

Em última análise, tanto mais se faz improtelável que as ambições da classe trabalhadora avancem para além das exigências aludidas, de tal sorte que seu horizonte político aponte para além do politicismo e das amarras dos pleitos eleitorais. O que equivale a dizer que é necessário recuperar o trabalho como categoria fundante do ser social e o resgate da revolução social, radical e em permanência como a única via possível para a superação do trabalho alienado, estranhado e, conseqüentemente, como único meio para edificação de uma nova sociabilidade balizada pelo trabalho associado. Trabalho associado

norteador de uma nova forma de sociedade, de um novo modo de produção, de uma nova vida cotidiana, de uma nova relação entre os indivíduos e, por fim, de uma nova forma de relação entre o ser humano e o mundo sensível. Nesses termos, a revolução é reconhecida como uma construção social, logo, aquela que consiste em uma possibilidade real/tangível estruturada por uma nova modalidade de trabalho, uma sociedade livre do capital e de todo o seu metabolismo, e, portanto, envolta em um processo permanente de autoconstrução humana.

Por fim, nessas últimas linhas, é preciso considerar, mais uma vez, para que fique definitivamente sublinhado, que, para cumprir tamanha empreitada, é necessária a edificação de programas críveis norteadores de intervenções conscientes na história em processo. Para tanto, é absolutamente urgente a retomada da nova teoria de Marx e Engels e a crítica a sua degradação. Retomada que implica na crítica radical ao irracionalismo, a todos os mecanismos de exploração do capital e às formas do seu poder

político, vale dizer, ao Estado em suas diversas configurações. Em poucas palavras somente o potencial emancipatório da lógica humana societária do trabalho é capaz de estabelecer diretrizes capazes de oferecer o caminho estratégico para todos os movimentos particulares no enfrentamento com seus alvos específicos para que, conseqüentemente, se forje uma direção global a ser trilhada, recolocando no horizonte a revolução social, radical e em permanência.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFIA:

Fontes Primárias: Friedrich Engels. ENGELS, Friedrich. A Real Causa pela qual os Proletários Franceses Mantiveram-se Inativos no último dezembro. 21 de fevereiro, 27 de março e 10 de abril de 1852. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ O Recente Julgamento em Colônia 29 de novembro de 1852. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Discurso Sobre a Acção Política da Classe Operária [Pronunciado na Conferência de Londres]. 21 de setembro de 1871. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Theodor Cuno (em Milão). 24 de janeiro de 1872. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Sobre a Autoridade. Março de 1873. <https://www.marxists.org/portugues/marx/>

<index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a August Bebel (em Hubertusburg). 20 de junho de 1873. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Friedrich Adolph Sorge (em Hoboken) 12[-17] de setembro de 1874. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Friedrich Adolph Sorge (em Hoboken) 12 de setembro de 1874. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Programa dos Refugiados Blanquistas da Comuna (Artigo II da série «Literatura de Refugiados»). 26 de junho de 1874. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a August Bebel. 28 de março de 1875. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Do Social na

Rússia (Artigo V da Série «Literatura de Refugiados»). 21 de abril de 1875. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Marx (em Londres). 24 de maio de 1876. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Marx (em Londres). 28 maio de 1876. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Marx (em Londres). 25 julho 1876. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Marx (em Karlsbad). 25 agosto 1876. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Antigo Prefácio ao “[Anti-]Dühring” Sobre a Dialética. Junho de 1878. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Karl Kautsky (em Viena). 12 de setembro

de 1882. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a August Bebel. 21 de outubro de 1882. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à Edição Alemã de 1883. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Para a História da Liga dos Comunistas. 8 de outubro de 1885. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Florence Kelley-Wischnewetzky (em Nova Iorque). 28 de dezembro de 1886. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Friedrich Adolph Sorge. 29 de dezembro de 1886. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio

à Edição Inglesa de 1888. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à Edição Alemã de 1890. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Conrad Schmidt. 5 de agosto de 1890. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta para Joseph Bloch. 21-22 de setembro de 1890. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Karl Kautsky. 23 de fevereiro de 1891. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Para a Crítica do Projecto de Programa Social-Democrata de 1891. 18-29 de junho de 1891. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à (terceira) Edição Polaca de 1892.

<https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à Edição Italiana de 1893. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Franz Mehring (em Berlim). 14 de julho de 1893. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

Fonte Primária: Friedrich Engels e Karl Marx
ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. Mensagem da Direção Central à Liga dos Comunistas. Março de 1850. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à Edição Alemã de 1872. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Das Resoluções do Congresso Geral Realizado na Haia. De 2 a 7 de setembro de 1872. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

em: 10/07/2020.

_____ Carta Circular a A. Bebel, W. Liebknecht, W. Bracke e Outros. Extracto. 17-18 de setembro de 1879. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm Acesso em: 10/07/2020.

_____ Manifesto do Partido Comunista. Prefácio à (segunda) Edição Russa de 1882. <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

Fonte Primária: Karl Marx

_____ Carta a Pável V. Annenkov (em Paris). 28 de dezembro de 1846. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm . <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

MARX, Karl. Sobre a Comuna. 30 de Maio de 1871. Carta a Engels. (em Ramsgate). 25 maio 1876. https://www.marxists.org/portugues/marx/escolhidas/cartas_indice.htm . <https://www.marxists.org/portugues/marx/index.htm> Acesso em: 10/07/2020.

_____ Carta a Engels (em Brighton). 5 março

NOTAS:

2. Segundo Cornu (1965, p. 639): “Sob o efeito do contato imediato com a vida econômica e social inglesa, e em particular com a agitação revolucionária do proletariado inglês, [...] Engels partiu primeiro [...] do comunismo sentimental de Hess para se orientar para uma concepção materialista da história. Essa evolução foi feita de forma progressiva, deixando subsistir durante muito tempo uma mistura de idealismo e materialismo. [...] A eliminação cada vez mais rápida dos resquícios de concepções idealistas, determinado pelo seu conhecimento mais profundo da vida inglesa, se manifesta em seus artigos nos anais franco-alemães, particularmente no “Esboço de uma crítica à economia política”, em que, a partir de uma análise crítico do sistema capitalista, descreve o desenvolvimento do ponto de vista materialista.

3. Foi a obra de Engels sobre a Situação da classe trabalhadora na Inglaterra, 1845, que serviu de referência para a compreensão da realidade do operariado mais

avançado da Europa. Ele [Marx] já conhecia, em 1844, as linhas de força desse trabalho por meio dos artigos de Engels na República Suíça, nos Anais Franco-Alemão e no Vortwärts.

4. “Marx não só tinha chegado à mesma perspectiva como também já nos Deutsch-Französische Jahrbücher(1844) havia, a partir daí, generalizado que, em geral, não é o Estado que condiciona e rege a sociedade civil[bürgerliche Gesellschaft], mas é a sociedade civil que [condiciona e rege] o Estado, que, por conseguinte, há que explicar a política e a sua história a partir das relações econômicas e do seu desenvolvimento, e não inversamente. [...] Esta descoberta, que revolucionou a ciência histórica — que, como se vê, é essencialmente obra de Marx e de que eu só me posso atribuir uma quota-parte muito insignificante — foi, porém, de importância imediata para o movimento operário desse tempo.” (ENGELS, 1885).

5. Engels assim define a relação entre infraestrutura e superestrutura: “As condições econômicas são a infra-estrutura, a base, mas vários outros vetores da

superestrutura (formas políticas da luta de classes e seus resultados, a saber, constituições estabelecidas pela classe vitoriosa após a batalha, etc., formas jurídicas e mesmo os reflexos destas lutas nas cabeças dos participantes, como teorias políticas, jurídicas ou filosóficas, concepções religiosas e seus posteriores desenvolvimentos em sistemas de dogmas) também exercitam sua influência no curso das lutas históricas e, em muitos casos, preponderam na determinação de sua forma.” (ENGELS, 1890).

6. É impossível falar em teoria da revolução de Marx sem mencionara contradição entre Forças produtivas/Relações de produção/Luta de classes, sendo que essa contradição confere à teoria de Marx um caráter científico/ontológico alicerçado no real concreto a partir da ciência histórica. Ou seja, a teoria da revolução de Marx não surge do nada ou é resultado de uma mera ideia brilhante e criativa. É preciso estar muito atento a essa questão quando se debate a teoria da revolução em Marx, pois, caso contrário, a análise torna-se politicista e o proletariado torna-se um

sujeito histórico idealizado, ou messiânico, na medida que é sofredor/despossuído.

7. Engels destaca o centro nervoso do Manifesto creditando essas descobertas a Marx. “Mas quando voltei a encontrar Marx, em Bruxelas, na primavera de 1845, já ele a tinha acabado de elaborar, e apresentou-me em termos quase tão claros como estes em que acima a condensei.” (ENGES, 1890.).

8. As organizações proletárias, antes de Marx e Engels, eram portadoras de um caráter conspiratório e, portanto, fechadas. Com a identificação do proletariado como o principal agente da revolução a relação entre comunistas e operários não poderia se manter nessas condições, de tal sorte que as novas organizações deveriam imperiosamente construir uma relação aberta e direta com o operariado.

9. Sobre a importância do internacionalismo sugiro consultar as obras: *Revolução e contrarrevolução na Alemanha*, Engels. *Los nacionales contra em proletariado*, coletânea de artigos de Engels e Marx.

10 Assim, em 1847, o

socialismo era um movimento da classe média, e o comunismo um movimento da classe operária. O socialismo era, pelo menos no Continente, “respeitável”; o comunismo era precisamente o oposto. E como a ideia que tínhamos desde o princípio era de que “a emancipação da classe operária tem de ser obra da própria classe operária”, não podia haver dúvidas sobre qual dos dois nomes tínhamos de adotar. E o que é mais: estamos, e sempre estive-mos, longe de o repudiar. (ENGELS, 1888).

11. “E como a ideia que tínhamos desde o princípio era de que “a emancipação da classe operária tem de ser obra da própria classe operária.” [(ENGELS, 1888).

12. “[...] as concepções [...] no domínio do partido [...]. [...]ilustram a ideia profundamente democrática e antidogmática que Marx e Engels tinham do funcionamento interno do partido operário, tanto a nível organizacional, ideológico como político [...]” (CLAUDIN, 1985, p. 343).

13. Em uma carta de 18 de dezembro de 1889 ao socialista dinamarquês Thøer, que havia sido

expulso da liderança do partido por suas posições de extrema esquerda, Engels expressou seu desacordo com este tipo de medidas e com qualquer restrição de discussão e da crítica dentro do partido: A vida e o crescimento de cada partido costumam ser acompanhados pelo desenvolvimento e pela luta mútua, dentro dele, de tendência moderada e extrema, e que, sem mais excluir os de tendência extrema, só consegue facilitar seu crescimento. O movimento trabalhista é baseado em críticas severas à sociedade existente; a crítica é o seu elemento vital, como ele próprio pode evitar as críticas, fingir que proíbe a discussão? Exigimos liberdade de expressão dos outros apenas para suprimi-la novamente em nossas próprias fileiras? “. (CLAUDIN, 1985, p 445).

14. A aplicação prática destes princípios — o próprio Manifesto o declara — dependerá sempre e em toda a parte das circunstâncias historicamente existentes, e por isso não se atribui de modo nenhum qualquer peso particular às medidas (ideias?) revolucionárias propostas no fim da secção II. Este passo

teria sido hoje, em muitos aspectos, redigido de modo diferente. Face ao imenso desenvolvimento da grande indústria nos últimos vinte e cinco anos e, com ele, ao progresso da organização do partido da classe operária, face às experiências práticas, primeiro da revolução de Fevereiro, e muito mais ainda da Comuna de Paris(12) — na qual pela primeira vez o proletariado deteve o poder político durante dois meses —, este programa está hoje, num passo ou noutro, antiquado. (ENGELS, 1872).

15. “Lassalle tinha uma concepção estatista da política vivamente criticada por Marx e Engels. Os principais objetivos da sua organização eram, na esfera política, o sufrágio, e na esfera econômica, a criação de cooperativas de produção financiadas pelo Estado, visto como um organismo acima dos interesses privados. O fim da propriedade privada não estava no horizonte. Lassalle era a favor da unificação alemã sob a direção da Prússia e defendia uma organização operária centralizada. “ (LOUREIRO, 2005, p. 32-33).

16. “Em contrapartida, o

partido de Bebel e de Liebknecht (que tinham convivido com Marx e Engels) era socialista, internacionalista, criticava a unificação alemã sob hegemonia da Prússia e defendia uma organização política constituída de baixo para cima, com órgãos de direção colegiados e uma grande comissão de controle, com o fim de impedir o exercício pessoal do poder.” (LOUREIRO, 2005, p. 33).

17. “[...] as duas organizações se fundiram e adotaram um programa reformista, centrado nas reivindicações imediatas: sufrágio universal, voto secreto, liberdades democráticas e melhoria das condições de vida dos trabalhadores pela via parlamentar.[...] o programa de Gotha, com uma série de concessões aos lassaleanos, não fazia referência à revolução, ao caráter de classe do Estado, nem à análise de Marx do desenvolvimento capitalista.” (LOUREIRO, 2005, p. 33).

18. [...] assim que os republicanos burgueses no comando sentiram algum solo firme sob seus pés, sua primeira meta foi o desarmamento dos trabalhadores. Isso foi realizado pela indução dos

trabalhadores à rebelião de junho de 1848 mediante a direta quebra da palavra empenhada, a aberta humilhação e a tentativa de banir os desempregados para uma província distante. O governo garantiria para si uma arrebatadora supremacia. Após cinco dias de luta heroica, os trabalhadores foram derrotados. E então se seguiu um banho de sangue dos prisioneiros indefesos tal como não ocorria desde os dias das guerras civis que conduziram à queda da República romana. Era a primeira vez que a burguesia mostrava a que insanas crueldades de vingança ela é instigada quando o proletariado ousa contrapor-se a ela como uma classe separada, com seus próprios interesses e exigências. E, no entanto, 1848 foi apenas uma brincadeira de crianças em comparação com a fú

28/05 SEXTA-FEIRA

**5ª FEIRA CULTURAL
ONLINE DA REFORMA
AGRÁRIA POPULAR**

**18h30
DEBATE**

Tema: CULTURA E LUTA DE CLASSES

**GUÊ
OLIVEIRA**

Musicista e do Coletivo
Nacional de Cultura do
MST



**FERNANDINHO
RÉGIS**

Musicista, violeiro,
poeta potiguar

**19h30
CULTURAL**

**FERNANDINHO
RÉGIS**

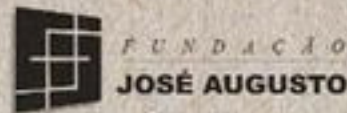
Multiartista potiguar

**VAL
SANTOS**

MST



@lutas.sem.terra



**RIO GRANDE
DO NORTE**
GOVERNO DO ESTADO

SECRETARIA ESPECIAL DA
CULTURA

MINISTÉRIO DO
TURISMO



HUGO JAMIOY

A stylized, high-contrast portrait of Hugo Jamioy, a man with glasses and a beard, wearing a dark suit jacket, a white shirt, and a blue and white striped tie. The background is a mix of muted colors like beige, brown, and blue, with some abstract shapes. The overall style is graphic and modern.

Lo puro vida del futuro

Voy hacer un lugar que es sagrado
Junto con todas las cosas del universo
Hago esto para que tú vivas
Para que mi pueblo y tu pueblo vivan
Veo tu rostro
Te oigo venir
Desde el lugar donde nace el viento frío y
potente
Que da valor fuerza y resistencia
Y por eso hago humo sagrado
Para que todos los pueblos
Te miren y en todo el universo
Se alegraran
Has hecho un día feliz
Para el mundo
Como un destello de luz grande
Reflejado en tu mirada
En tu ser en tu sonrisa
Que ilumina un nuevo amanecer
A fin de que nuestros pueblos vivan
Hago fuego para que tengas calor y vida
Pero dirige siempre tus miradas
A tu pueblo y al mió propio
Para que caminen siempre
Con paso firme
Por el sendero sagrado
Porque solo las cosas puras
Reflejan lo eterno
Y el pueblo vera tus
Generaciones futuras

O ANTICOMUNISMO NO CONTEXTO DO REGIME MILITAR: PERSPECTIVAS SOBRE O JORNAL O GLOBO, DESPOLITIZAÇÃO, E INSTRUMENTALIZAÇÃO DO GOLPE DE 1964

NATÁLIA LOURENÇO CAÇACA

RESUMO: Este ensaio tem como objetivo analisar o contexto do pré golpe de 1964 e suas matrizes ideológicas instrumentalizadas pelos monopólios midiáticos na intenção de obter um controle da opinião pública sobre o regime militar e, mais do que isso, na preparação do campo fértil de cunho conservador no qual os militares pudessem fundamentar suas ações. O tema é proposital para a examinação das matrizes calcadas no nacionalismo, na religião e no liberalismo brasileiro nesse recorte temporal, não tratando propriamente do golpe em si, mas dando subsídios para compreender o seu contexto. Deste modo, alguns enxertos do jornal O Globo será utilizado nesta análise crítica como fonte primária em paralelo com a discussão historiográfica na qual pode capturar

o movimento pré golpe e identificar as articulações das matrizes do regime militar, como é o caso dos intelectuais Rodrigo Patto Sá Motta - sobre o anticomunismo militar -, e as obras de René Armand Dreifuss, 1964: a conquista do Estado - ação política, poder e golpe de classes, no qual há um levantamento dos investimentos privados de campanhas e manifestações que abriram o caminho para o golpe e principalmente como o golpe foi sendo construído. Cumpre frisar que os acontecimentos captura o movimento pré golpe que tem como aparato ideológico os principais monopólios de mídia, não cabe aqui simplificar as resistências contra essas ações, ao contrário, o intuito é avançar no debate sobre como a instrumentalização do anticomunismo no contexto do golpe militar de 1964, está para

além de um meio de controle da opinião pública, mas que fora utilizada como forma de desmobilização contra o golpe e conseqüentemente, alavancar uma onda de despolitização ao longo dos anos no Brasil.

O anticomunismo tem, ao longo dos anos, servido como base ideológica da qual proporcionou uma despolitização, muita das vezes de cunho reacionário, em torno do que é ou não esquerda no Brasil. O fato é que há sim um certo senso comum acerca do que são as esquerdas, e a instrumentalização do anticomunismo tem auxiliado na confusão do termo e conseqüentemente na discussão em torno do tema das razões do golpe de 64, principalmente dos militares e a justificação de sua instituição sobre o golpe são muito debatidas por diversos intelectuais, principalmente como o golpe foi instrumentalizado na sociedade brasileira. Para Rodrigo Patto Sá Motta, em seu livro Em

guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil, o autor expõe como a normalização dos discursos anticomunistas fora digerido e se sustentou nos anos sessenta como um alicerce que compôs o caminho no contexto do golpe. Com isso, a imprensa foi um aparato fundamental nessa construção rumo ao regime militar de 1964. Entretanto, é importante enfatizar que a imprensa é o braço estendido do golpe. Ora, tudo que é nos dado é repassado por símbolos, termos e crenças fundadas ideologicamente por uma hegemonia dominante, portanto, observar como os meios de comunicação enquadram suas reportagens está para além de um mero noticiário, é sobretudo, uma forma de controle de informação e conseqüentemente, o controle dos sujeitos. Deste modo, é fundamental

o esvaziamento do campo político, tal como sua mobilização, isto é, denota como um certo funcionamento do sistema do qual potencializa o capital monopolista a partir da mídia.

Todavia, o que mais chama atenção são as matrizes do golpe de 1964. A questão ideológica é por vezes capturada nesse processo de golpe. Vejamos, de um lado existia uma esquerda mais radicalizada e principalmente, organizada adversa ao golpe, e a bandeira donacionismo era uma pauta de seu campo, da qual propunha um nacionalismo revolucionário enquanto nação totalmente fundamentado na melhoria de vida dos trabalhadores brasileiros, portanto sua perspectiva era anti-imperialista e anti-latifundiária.

Cumpre frisar a suma

importância das análises sobre a historiografia e como trabalha esse golpe. A produção historiográfica varia o tipo de abordagem e preocupação central, por exemplo, para Rodrigo Patto (2002), poucos estudos foram dedicados integralmente à questão anticomunista e, por vezes são retratadas de forma superficiais, até parcialmente se equipara aos discursos anticomunistas da centro e da extrema direita nacional.

Nos anos 1960, conforme a esquerda se mobilizam, tornam-se alvos de interesses de outros grupos subordinados, surgem as alianças, porém, a burguesia por exemplo, tem sob vários aspectos uma maneira particular de conceber a luta anti-imperialista e na maioria das vezes conciliatória, diferente da perspectiva do proletário. Com isso, a burguesia nacional estabelece suas diretrizes ideológicas muito bem conciliadas com a estrutura socioeconômica dependente, tomando o cuidado de afastar qualquer ameaça radical que a possa desaparecer.

A elite orgânica que mantinha sua hegemonia e sua concepção, segundo René Dreifuss, era parte da estrutura política de poder do

capital multinacional, pois, “a estrutura desse sistema nervoso central estava estabelecida no interior das formações sociais nacionais onde as multinacionais operavam. Essas criavam ou favoreciam a formação de ‘elites’ locais ligadas organicamente por laços socioculturais, padrão de vida, aspirações profissionais, interesses decorrentes da sua condição de acionistas e atitudes econômico-políticas” (1981, p. 72). Dito isso, existe no Brasil uma camada das classes dominantes onde são também dominadas, isto é, essas camadas, frações de classe são parte fundamental do plano de poder que domina o conjunto da classe dos trabalhadores sejam eles conhecidos como classe média ou não, mas esse domínio não é absoluto, pois ao mesmo tempo que são dominantes também são dominadas pelo imperialismo principalmente estadunidense, ou seja, são classes dominantes, porém, subalternas dentro do bloco de poder. Esses fatores estão ligados pela existência de uma espécie de hierarquia de dominação. As classes dominantes nacionais prevalece sobre os trabalhadores e conseqüentemente esse

poder de classe no Brasil, gera uma determinada alienação da realidade concreta da situação concreta do país e da América Latina. Essa burguesia nacional está associada como uma espécie de sócia minoritária da burguesia internacional que sobretudo não se preocupava com a independência do país, e a soberania nacional para esses setores estava ligada ao poder de classe, ao crescimento de uma “nação forte” no sentido em garantir que apenas seus interesses estivessem sendo supridos. Portanto, para Dreifuss, o golpe de 1964, que colocou os militares no poder, fora majoritariamente um golpe de classe.

Nos eventos que antecederam o golpe militar no Brasil, nota-se que há uma supervalorização dos símbolos ao mesmo tempo uma despolitização sobre eles, principalmente porque o fator despolitizado impede a distinção, por exemplo, entre “nação e povo” e são tratados como problemas internos em que a burguesia nacional frequentemente tenta manter seus interesses em nome de uma suposta defesa “nacional”, na preservação dos direitos “nacionais” enquanto repetem

a expressão “tradições nacionais”. Tentam assim, confundir a opinião pública sobre os seus interesses com os interesses dos anti-imperialistas dos que lutam pela soberania nacional e econômica e, “supõe encarnar a vontade nacional, isto é, a vontade do povo.” (SODRÉ, 1978, p. 192). É importante ressaltar que há um movimento que reverbera por anos a consolidação de uma doutrina de segurança nacional que abre aparatos para censura e violência em conjunto com o cerceamento das informações, e de uma força produtiva como uma certa restauração da disciplina social associada à segurança e desenvolvimento do país (AQUINO, 1999).

Rodrigo Motta defende o ponto de vista de que o anticomunismo teve maior importância nos eventos de 1964, mais do que normalmente se aceita, tendo assim um papel marcante na história política brasileira das últimas décadas (2002, p.6). Porém, o fenômeno do anticomunismo não existe por si só, ele está profundamente calcado na Religião, no Nacionalismo e no Liberalismo, e esses termos se apresentam como uma espécie de

matriz que permeia todas as estruturas capitalistas, cumprindo um esvaziamento das pautas sociais, e que mitifica o próprio Comunismo e o Socialismo.

É importante destacar como essas matrizes foram sustentadas pela elite brasileira e instrumentalizadas no contexto do golpe. Por exemplo, a religião, na época com muita força no catolicismo - uma vez que as igrejas neopentecostais só chegariam no Brasil na década de 1970 - é usado como objeto de propagação de medo em torno do que se acredita ser “comunista” e para as lideranças católicas o comunismo era um inimigo irreconciliável da Igreja, um desafio à sobrevivência da religião (MOTTA, 2002, p. 36). Sendo assim, o autor de *Em guarda* contra o perigo vermelho descreve o imaginário anticomunista:

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina

questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral. A filosofia comunista se opunha aos postulados básicos do catolicismo: negava a existência de Deus e professava o materialismo ateu; propunha a luta de classes violenta em oposição ao amor e à caridade cristãs; pretendia substituir a moral cristã e destruir a instituição da família; defendia a igualdade absoluta contra as noções de hierarquia e ordem, embasadas em Deus. No limite, o sucesso da pregação comunista implicaria no desaparecimento da Igreja, que seria um dos objetivos dos líderes revolucionários (pp.37-38).

Na década de 1960, os temores sobre uma possível “guerra revolucionária” dos comunistas, se intensificava no setor católico na medida em que surgia uma “esquerda católica” ligado ao trabalho principalmente da Juventude Universitária Católica (JUC) - De onde saíria a Ação Popular (AP), principal organização dos católicos de esquerda (2002, p. 43). Vale ressaltar que, as ações religiosas contra os comunistas estavam muito bem alinhadas com a mídia. Em um exemplar de O Globo, intitulado “A família brasileira em perigo”¹, já semobilizava para ganhar a opinião pública em favor do regime militar, O Globo passou a usar (e abusar) a estratégia de publicar matérias de tom alarmista que comprovariam o envolvimento com o comunismo. Na mobilização anticomunista que precedeu a eclosão do movimento militar de 1964, as representações sobre a ameaça à família tiveram destaque, sensibilizando principalmente às mulheres das classes médias. Basta lembrar que o marco maior daquela campanha e símbolo da reunião contra o comunismo dava destaque à preservação da

instituição familiar: Marchas com Deus pela Família e Liberdade, realizada pela primeira vez em 19 de março de 1964.



O Globo - edição 03/04/1964, pp.1-5.

O Nacionalismo por sua vez, também serviu como base pro contexto do golpe, assim como Liberalismo, esses dois termos têm sido difundidos ao longo dos anos do que venha ser interpretado dentro da realidade do país. É importante ressaltar que existe uma distinção fundamental acerca do nacionalismo. Por exemplo, organizações de esquerdas buscavam um “Nacionalismo revolucionário” enquanto defesa da nação e a industrialização nacional para uma soberania

econômica, defendendo assim o país dos interesses internacionais imperialistas. Deste modo, em um país de capitalismo dependente,

periférico, terceiro mundo, há dentro da experiência em defesa da nação as contradições entre si e o “Nacionalismo burguês” que procura fazer uma “frente policlassista” mas que não leva até as últimas instâncias a defesa da nação porque acredita que é possível afiliado com a burguesia defender o país, porém, esse nacionalismo é falho e por varias vezes xenofóbico - vide como é visto o imigrante como um possível inimigo - pode-se dizer que está acoplado a confusão sobre o

PROCLAMAÇÃO AO POVO

SAO PAULO, 20 (O GLOBO) — A proclamação dirigida ao povo brasileiro, lida durante a concentração de ontem, é do seguinte teor:

“Povo do Brasil, A Pátria, imensa e maravilhosa, que Deus nos deu, está em extremo perigo. Poucos, muito poucos, vendo-a ameaçada, cumpriram, até agora, seu dever cívico. Culpados de egoísmo, de displicência, de falta de amor, de coragem e de consciência, muitos permitiram a desarrumação de nossa casa.

Consentiram que homens de desmedida ambição, sem piedade e sem escrúpulos, levassem o povo à miséria, destruindo a nossa economia, perturbando a paz social, criando ódio e desespero. Deixaram infiltrar-se no corpo da Nação, na administração, nas Forças Armadas e até nas nossas igrejas os servidores do poder totalitário, estrangeiro e devorador.

Não defendemos a nossa casa enquanto era tempo, quando era fácil, e, agora, as forças do mal, da mentira e da demagogia ameaçam a própria vida da família brasileira.

Mas hoje, na praça pública, no dia da família, esta multidão imensa veio, espontaneamente, responder ao chamado das mulheres brasileiras e afirmar que a consciência cívica do Brasil está despertada. Dele-

gações de todas as partes do País estão assegurando, numa união de todas as crenças, de todas as profissões e de todas as regiões de nossa pátria, a vontade indomável de defender o que faz a grandeza de nossa terra e modificar o que estiver errado dentro da ordem e da lei. E só dentro da ordem e da lei.

Porque é bom que os inimigos da Pátria saibam que defenderemos intransigentemente o regime democrático, a nossa Constituição, o nosso Congresso e as nossas liberdades.

É indispensável, ainda, que saibam que o povo está cansado das mentiras e das promessas de reformas demagógicas.

Reformas, sim, nós as faremos, a começar pela reforma da nossa atitude. De hoje em diante os comunistas e seus aliados encontrarão o povo de pé.

O povo não vacilará em exigir que seus eleitos trabalhem, realizem, administrem e defendam os verdadeiros interesses da Nação. O povo exige a união dos brasileiros, porque basta de dissensão e de provocação.

Fiéis às nossas religiões, fiéis à nossa Constituição, fiéis à nossa pátria — construiremos o Brasil autêntico, livre, forte e feliz.

Com Deus, pela Liberdade, marchemos para a salvação da Pátria!”

pelo “Se não, não” do povo, que erguia os braços agitando mais uma vez, os lenços brancos.

Apoio de Aparecida

SAO PAULO, 20 (O GLOBO) — O comércio de Aparecida do Norte cerrou suas portas, na tarde de ontem, manifestando simbolicamente seu apoio à “Marcha da Família com Deus pela Liberdade”, que se realizava em São Paulo.

“Flashes”

Milhares de cartazes e faixas eram ostentados pelo povo. Entre elas, estas: “A melhor reforma — respeito à Lei”, “Abaixo o entreguismo veimeiro”, “Fora com o sagui Brizola”, “Se necessário defenderemos nossa liberdade a bala”, “O comunismo constrói, o comunismo destrói”, “Abaixo o traidor Brizola”, “Basta de demagogos e mentirosos — condenemos Jango”, “Reformas, só dentro da Constituição”, “Queremos progresso democrático”, “Estamos cansados de falsas promessas e “Nossos templos não serão fechados”. *** Entre estibados enfiados pelo povo ganharam vulto: “Aqui não, João”, “Um, dois, três, Brizola no xadrez”, *** “Verde e Amarelo sem foice e sem martelo” e “Abaixo o comunismo”. *** Diversas vezes em que foram pronunciados os nomes

que é “nação e povo” nutrindo uma ameaça de um “invasor” estrangeiro e que defende a liberdade em nome de uma suposta democracia e despolitiza a classe trabalhadora sobre seus direitos e interesses. Dito isso, historicamente a burguesia fora aliada do imperialismo e abandona totalmente a ideia da frente única de classes e voltou-se massivamente para as hostes da reação quando há, por exemplo, uma tentativa de reformas mínimas de base, ridicularizada pelos principais monopólios de mídia, que massivamente se opôs a elas e a favor golpe.

O Globo, em 20 de março de 1964, lança um artigo intitulado “Proclamação ao povo” e nesta reportagem é uma chamada na verdade do campo reacionário que nutre a despolitização e desmobilização dos trabalhadores. É importante notar que as matrizes que sustentam o golpe dependem do sucesso do anticomunismo em convencer a população que toda e qualquer esquerda é comunista e logo antipatriótica.

O periódico não tardou em instrumentalizar o anticomunismo, a despolitização e criminalizar

o fomento do embate da luta de classes:

Nota-se que há uma insistência em constituir o “símbolo de nação” “sentimento de nação” do povo, dando uma supervalorização no símbolo “Pátria” e “Família” como se fosse uma composição única, ou apenas a forma possível de se estruturar como nação forte partindo de uma ideia de combate a um inimigo - o comunismo - criado e instrumentalizado no imaginário brasileiro.

No segundo parágrafo em “desmedida ambição”, “perturbando a paz social” e “criando ódio e desespero”, nos indicam duas questões. O processo de emancipação nacional rompe com os grupos da classe dominante, deste modo, ao instrumentalizar que essa questão surge de um “intento desmedido”, despolitiza o aspecto do capitalismo, por sua vez, numa perspectiva de “perturbação do paz” é posto em dúvida o caráter emancipatório das ações revolucionárias, nesta medida abre um abismo entre a organização social e luta por direitos, liberdade e independência. Deste modo, dentro da ótica burguesa, a esquerda

promove o ódio entre as classes, uma vez que ela propõe um poder único, o poder social que para ser consequente precisa ser anticapitalista. Sendo assim, é cooptado a luta social ao mesmo tempo que mitifica o antagonismo e dissemina-se que as esquerdas têm todas a mesma ideologia, e isso não precisa nem fazer sentido, basta colocar em evidências demandas da maioria da população por exemplo, o medo, enraizado como ateísmo na religião, medo do “autoritarismo” “totalitarismo” de esquerda que supostamente não valoriza a liberdade da propriedade privada e o liberalismo econômico. Por fim, no sétimo e oitavo parágrafo em “inimigos da pátria” e “reformas demagógicas” lapidam a estimativa de um golpe, pois descaracterizam as reformas e articulam as matrizes para atender uma parcela da sociedade.

Ainda sim, se potencializa os investimentos privados de campanha anticomunistas, exposta em outro artigo do periódico nas próximas páginas da mesma publicação. Não é atoa que o jornal O Globo publicou seis dias depois do comício realizado por apoiadores de

João Goulart, um artigo intitulado “A palavra de Ordem dos Patriotas” do qual destacava que as manifestações “democráticas”, “patriotas” da “Marcha pela família” fora feita sem financiamento, e decorre:

Depois da fabulosa concentração popular de ontem em São Paulo - realizada sem o auxílio financeiro da Petrobrás e de outros organismos políticos ou estatais, mas com o entusiasmo e o patriotismo da gente paulista -, vão pensar duas vezes aqueles que reclamam plebiscito para auscultar o povo brasileiro sobre os problemas atuais [...] (O Globo, 20/03/1964, p. 1).

Aqui podemos refletir sobre algumas questões que o periódico traz, primeiro é o destaque sobre financiamentos públicos de forma pejorativa que impulsiona uma certa desconfiança sobre estatais e abre caminho para privatização, deste modo, há uma nítida tentativa de mobilizar a opinião pública contra, por exemplo, financiamentos públicos de campanhas, uma vez

que partidos às esquerdas, principalmente radical, tem como pauta essa construção, pois entende que as possibilidades de corrupção vinda dos investimentos privados são categoricamente institucionalizadas e normalizadas dentro da estrutura capitalista da propriedade privada e independe da conjuntura política, pois as estruturas permanecem as mesmas.

René Dreifuss realizou um levantamento primoroso das publicações financiadas pelo IPES. Essas organizações diminuem as possibilidades desses interesses darem seu apoio a um bloco econômico “pro-João Goulart” e o Grupo de integração - Setor de ação empresarial, servia também ao objetivo geral do IPES de estabelecer sua hegemonia política e ideológica no bloco burguês (DREIFUSS, 1981, pp. 199-200).

Reuniu-se também apoio financeiro das aparentemente menores fontes de renda, tais como o trabalho voluntário desenvolvido pela “alta sociedade” do Rio de Janeiro e de São Paulo, cujas

contribuições acobertavam indivíduos ou mesmo corporações que não queriam seus nomes envolvidos e poderiam assim ajudar sem levantarem suspeita indevida. A atividade de angariar fundos por intermédio das mulheres de classe média alta também servia para comprometê-las e a seus maridos com os esforços do IPES. Muito ativo nessas operações era Roberto Levy, filho do deputado udenista e banqueiro Herbert Levy (1981, p. 201).

No mais, é preciso analisar as literaturas que trabalharam com a necessidade em falar de classe, poder de classe, interesses de classe, consciência de classe - esse fundamental para classe trabalhadora -, ajudando assim a entrecruzar as informações acerca do movimento da luta anti-imperialista e parte disso, compreender a conjuntura política da situação real em que as esquerdas nacionalistas e a mídia impressa estavam inseridos. Para compreender o desenvolvimento do golpe é crucial fazer um preâmbulo

sobre as intenções investidas nele e como suas ações chegaram em seu auge usando o anticomunismo como um artefato e empoderamento da extrema direita que utiliza falsas afirmações do que são as esquerdas e o que é comunismo. Com isso, tudo que é político é comunicado por meio dos símbolos, de palavras, de memórias, de imagens e quando há despolitização esses fatores vão ficando esvaziados de significado.

Dreifuss nos dá uma proposição teórica dos conceitos gramscianos, a concepção de uma elite orgânica de pessoas que estão a posto de gestão e sua função hegemônica é colocada em prática, porém, é preciso compreender que a hegemonia não se dá por natural, é necessário cooptar essa hegemonia no intuito dessa pertencer ao poder popular, mantendo a ação emancipatória que transforma a realidade, que ocupa o lugar na sociedade e não expropria a memória e o passado dos trabalhadores.

O jornal é, no geral, uma revisitação histórica aos acontecimentos reais, com a necessidade, no entanto, de compreender o que o periódico está querendo evidenciar.

Essa compreensão parte de como o objeto ilumina sua matéria, como as notícias são devidamente enquadradas e organizadas para que o leitor possa seguir numa linha de raciocínio proposta pelo veículo e principalmente, é a identificação constante do jornal não ser apenas um noticiário, ele demonstra o seu lugar na luta de classes. Deste modo, nos prova que as ideias não circulam sem os aparelhos ideológicos, dominada por uma hegemonia já nos anos que precederam o golpe. Vale ressaltar que o anticomunismo foi o eixo central dos discursos e das representações dos grupos favoráveis ao golpe, mas não podemos simplificar que seja o motivo principal da coalizão golpista, pois não era apenas combater o comunismo. Mais do que isso, o anticomunismo foi um dos diversos atores políticos incitados a propiciar sua instrumentalização efetivamente no contexto do golpe.

FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

O Globo. Rio de Janeiro, 30 de novembro de 1963.
_____. Rio de Janeiro, 20 de março de 1964.
_____, Rio de Janeiro, 03 de Abril de 1964.

AQUINO, Maria Aparecida. Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978). São Paulo: EDUSC, 1999.

DREIFUSS, René Armand. 1964: A conquista do Estado - ação política, poder e Golpe de Classes. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1981.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho. São Paulo: Editora Perspectiva, 2002.

NOTAS:

1 Publicação de O Globo em 30/11/1963, p. 5.



DESPERTAR DA NATUREZA
URBANO NOJOSA











TECNOMAGIA: VIGÊNCIA DA TERCEIRA LEI DE CLARKE

WILLIS SANTIAGO GUERRA FILHO

Professor Titular do Centro de Ciências Jurídicas e Políticas da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO); Professor Permanente no Programa de Estudos Pós-Graduados em Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUCSP). Ex-Professor Titular de Filosofia da Universidade Estadual do Ceará. Doutor em Ciência do Direito pela Universidade de Bielefeld (Alemanha); Bacharel em Direito, Especialista em Filosofia e Livre-Docente em Filosofia do Direito pela Universidade Federal do Ceará (UFC); Especialista em Mediação pela Faculdade de Direito de Salamanca (Espanha); Mestre em Direito (PUCSP); Doutor e Pós-Doutor em Filosofia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ); Doutor em Comunicação e Semiótica (PUCSP); Doutor em Psicologia Social e Política (PUCSP).

Nur noch ein Gott kann uns retten". Só mais um deus pode nos salvar. Esta é a célebre frase contida na entrevista-testamento concedida por Heidegger à revista alemã *Der Spiegel*, em 1966, a ser publicada apenas após o seu falecimento, o que se deu dez anos depois. Frase que de certa maneira resume todo o seu percurso filosófico de diagnóstico de nossa época "da imagem do mundo (Weltbild)", para referir expressão que cunhou e consta do título de um significativo trabalho seu deste período, pós-publicação de *Ser e Tempo*; época assombrada pela ameaça da técnica. Nesta época, de obscuridade ofuscante, de "cegueira clara", para empregar a metáfora saramaguiana, as deidades foram afugentadas, ou exiladas, como preferia Heine. É certo que quem promove a fuga ou exílio foi e continua sendo sobretudo o Deus

único, por vezes também trino, dos monoteísmos, preparando a generalização do ateísmo e do cientificismo, ao que correspondente movimentos como os de interiorização da subjetividade e de privatização de experiências do sagrado. Dá-se o que Weber celeberramente consagrou como a época do "desencantamento do mundo", "desencantamento" que traduz a "Entzauberung", palavra que literalmente significa o desfazimento da magia (Zaubern). É a época da afirmação do humanismo, em múltiplas formas, como sucedâneo de formas mitopoéticas de nos situarmos na existência.

Esse deus que nos salvaria precisaria, então, emergir da recuperação desta capacidade teúrgica, que nos restituiria uma humanidade perdida com o advento do humanismo. Sem que isso signifique uma negação das ciências, antes pelo contrário: elas poderiam e, mesmo, precisariam ser reorientadas para além do serviço da técnica,

em direção à poética, ressaltando seus poderes de criação (poiésis) de mundo, não só de produção (téchne) de imagens de mundo, ou de resultados economicamente lucrativos, em favor daqueles humanamente significativos.

Se somos constituídos linguisticamente e tudo humano é linguagem ou resultado de seu emprego em alguma de suas múltiplas formas, vale lembrar, com Toshihiko Izutsu, a função mágica da linguagem, já que segundo este grande sábio japonês

"em muitas línguas, o próprio termo para 'palavra' tem uma intensa conotação mágica ou cerimonial. Assim, em sumério, como vimos, o mesmo termo, *inim*, é usado alternadamente no sentido de 'palavra' e no sentido de 'feitiço' ou 'encantamento'. Isso é particularmente notável no caso do japonês arcaico.

Aqui, as duas palavras principais para a fala, *noru* e *ifu*, têm ambas associações mágicas inegáveis; flutua em torno delas uma atmosfera cerimonial, senão sinistra, que as permeia e penetra. (no orig.: in many languages the term for "word" itself has an intense magical or ceremonial connotation. Thus in Sumerian, as we have seen, the same term *inim* is used alternately in the sense of "word" and in the sense of "spell" or "incantation." This is particularly conspicuous in the case of early Japanese. Here the two principal words for speaking *noru* and *ifu* have both undeniable magical associations; there floats around them a ceremonial, if not sinister, atmosphere which pervades and penetrates them. The collected works of Toshihiko Izutsu, vol. 1,

Language and Magic: Studies in the Magical Function of Speech, Tóquio: Keio University Press, 2011, pp. 37 - 38).

Mesmo em inglês, a identidade entre o verbo soletrar, *to spell*, e encantamento, magia, feitiço, *spell*, já é uma pista semântica de todo evidente. É certo que pela terceira lei de (Arthur C.) Clarke "qualquer tecnologia suficientemente avançada é indistinguível da magia" – ou, na versão melhorada de Gregory Benford, "qualquer tecnologia distinguível da magia é insuficientemente avançada" –, porém nos falta o respeito inculcado por palavras com "uma atmosfera cerimonial, senão sinistra, que as permeia e penetra".

Arthur Clarke também elaborou outras duas leis acerca da relação entre nós e a técnica, a saber:

1. Quando um cientista distinto e experiente diz que algo é

possível, é quase certeza que tem razão. Quando ele diz que algo é impossível, ele está muito provavelmente errado.

2.O único caminho para desvendar os limites do possível é aventurar-se um pouco além dele, adentrando o impossível.

A similitude, enunciada pela terceira lei de Clarke, entre a magia e a ciência (logo, também, o saber prático dela derivado, que é a tecnologia), efetivamente, nos lembra a tese defendida brilhantemente por Sir James Frazer em sua famosa obra *The Golden Bough*. Em apoio a esta tese viria, por exemplo, a conjectura, muito bem fundamentada, de que as manifestações artísticas paleolíticas, a “arte das cavernas”, tinham um objetivo mágico - (cf. Gordon Childe, *A Evolução Cultural do Homem*, Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 73) e também de conhecimento. Ou ainda o fato de o estudo da formação infantil do significado, assim como o do significado selvagem ou iletrado se depararem com uma mesma atitude mágica em relação às palavras e, por intermédio destas, em relação

ao mundo (Cf. Malinowski, “O problema do significado em linguagem primitiva”, suplemento a *O Significado de Significado*, C.K. Ogden e I.A. Richards, Rio de Janeiro: Zahar, 1976, p. 318).

O mesmo Frazer sugere a hipótese de que haveria uma linha evolutiva partindo da magia, passando pela religião, para chegar à ciência, pois o homem que pratica a magia realiza operações mentais denominadas expressivamente por Marcel Mauss “sofismas naturais do espírito humano”, (cf. “Les fonctions sociales du sacré”, in *Oeuvres*, vol. 1, Paris: P.U.F, 1968, p. 18) ao tornar objetivas ideias e associações delas, imaginando criar as coisas como lhes sugerem seus pensamentos, por crer-se mestre das forças naturais como o era de seus próprios gestos. A percepção da resistência do mundo em aceitar o seu domínio mágico, pela consequente falibilidade de seus rituais, atestada pelo malogro de experiências sucessivas, termina por acarretar a submissão às forças misteriosas e sobrenaturais que não consegue controlar — “après avoir été dieu, il a peuplé le monde de dieux” (trad. livre:

depois de ter sido deus, ele encheu o mundo de deuses. Mauss, “Esquisse d’une théorie générale de la magie”, em colab. com H. Hubert, in *Sociologie et Anthropologie*, ed. por Lévi-Strauss, Paris: P.U.F., 1950, p. 11). Vale assinalar o significado político dessa submissão a entes superiores, donde resultaria a submissão também àqueles que se diziam capazes de entender e tratar com eles, isto é, as castas sacerdotais. Estas, como se sabe, fornecem o sustentáculo ideológico para a concentração do poder, inicialmente distribuído entre os membros do grupo social. A noção do supra — ou sobrenatural, que é própria da religião, introduz a representação de forças que escapam ao poder humano, a serem controladas através de um relacionamento amistoso, proporcionado pelo culto com oferendas, sacrifícios e coisas do gênero. Assim, enquanto a magia envolve operações que se revestem de um caráter coercitivo para com os espíritos, forçados a agir no sentido indicado pelo praticante dos atos mágicos, na religião é estabelecida uma espécie de aliança para impedir a arbitrariedade na ação divina, revestindo

o relacionamento entre homens e divindade de um caráter, por assim dizer, jurídico - a propósito, v. Id., *ibidem*, p. 112, ensaio intitulado “Pour une sociologie des religions archaïques”.

Surge, então, a religião, modificando-se a, por assim dizer, estratégia e postura das pessoas diante do mundo, que não é mais coagido pela magia, mas sim adorado através de suas práticas religiosas, com as quais distinguem uma esfera separada das outras da vida ordinária, que seria literalmente, extraordinária, sacra, porém acessível a todos, ao contrário da magia, que é prerrogativa do “especialista”, o xamã (a propósito, cf. Malinowski, “The Art of Magic and the Power of Faith”, in Id., *Magic, Science and Religion*, ed. por Robert Redfield, Glencoe: The Free Press, 1948, p. 68). Em seguida, porém, chega o momento em que a religião também se torna desacreditada e insatisfatória como forma de explicação do mundo, em virtude dos inúmeros erros cometidos e constatados, sendo então sucedida pela ciência. Ocorre que a ciência, novamente, não é acessível a todos, mas apenas

a especialistas, sendo de uso comum os seus resultados. Ficamos privados, no entanto, de um corpo de saber reconhecido de um modo geral como capaz de nos solucionar os enigmas e perplexidades da vida de um ser consciente a seu respeito, como somos os humanos, e à diferença da magia, a ciência não tem vínculos com nossa dimensão afetiva.

Embora tal teoria dos três estágios de desenvolvimento intelectual da humanidade, possivelmente inspiradas nas “fases” de Comte — teológica, metafísica e positiva —, venha a ser renegada posteriormente de um modo geral (cf. E. E. Evans-Pritchard, *Antropologia Social da Religião*, trad. Celso Castro, Rio de Janeiro: Campus, 1978, pp. 45 ss.), não deixa de apontar certas características da magia, bem como para o papel que desempenha entre os povos primários, semelhante, *mutatis mutandis*, àquele da religião e da ciência, pelo que representa como fonte de conhecimento e poder. Ao mesmo tempo, assim como o religioso por ofício e o cientista, “le magicien est un fonctionnaire de la société,

souvent institué par elle, et qui ne trouve jamais en lui-même la source de son propre pouvoir” (trad. livre: o feiticeiro é um funcionário da sociedade, normalmente instituído por ela e que jamais encontra em si mesmo a fonte de seu poder, Mauss, *Introduction à l’analyse...*, cit., p. 19). A eficácia de sua prática e a autoridade das ideias que a fundamentam repousa sobre uma tradição, velada por fortes sanções sociais, de que certas palavras apropriadas e gestos específicos possuem um poder secreto sobre as coisas (cf. Malinowski, loc. cit. e *Os Argonautas do Pacífico Ocidental*, col. Os Pensadores, Trad.: José de Sousa Martins, São Paulo: Abril Cultural, 1978, pp. 309 ss.) Em sua obra clássica, antes referida, Ogden e Richards explicam que “classificar as coisas é dar-lhes nomes e, para a magia, o nome de uma coisa ou grupo de coisas é a sua alma; conhecer os seus nomes é dispor de poder sobre as almas delas. Nada, seja humano ou sobre-humano, está acima do poder das palavras. A própria linguagem é um duplicado, uma alma-sombra, de toda a estrutura da realidade” (pp. 51-52).

Malinowski, além de ser reconhecidamente o grande precursor da pesquisa de campo em antropologia, é também o responsável pela mudança de enfoque do papel da magia nas sociedades selvagens. Já Frazer, prefaciando o opus magnum do primeiro, *Argonautas do Pacífico Ocidental*, chama atenção para a forma como aí se estuda a organização social com base na distribuição econômica dos bens para satisfazerem as necessidades fundamentais humanas, próprio da análise funcional, peculiar ao método funcionalista concebido pelo sábio polonês. Em seguida ressalta a importância conferida por este à fé no poder da magia como força psicológica auxiliar na organização e sistematização do esforço econômico nas comunidades melanésias, o que seria “suficiente para anular a hipótese errônea de que a magia, contrariamente à religião, é por sua própria natureza essencialmente maléfica e anti-social”. Aproveita, então, para reafirmar a analogia entre ciência e magia, ambas em si neutras axiologicamente, instrumentos que podem ser postos a serviço do bem ou não (cf. *Argonautas*

do Pacífico Ocidental, cit., pp. 6 – 8).

No mesmo sentido, Edmund R. Leach observa que “Malinowski was almost the first anthropologist to recognize that ‘magic’, far from being an exemplification of primitive superstition and ignorance, is a social mechanism through which the ‘magician’ asserts his status and exercises control over the action of others” (trad. livre: Malinowski foi praticamente o primeiro antropólogo a reconhecer que a ‘magia’, longe de ser uma exemplificação da superstição e ignorância primitivas, é um mecanismo social por meio do qual o ‘mago’ afirma seu status e exerce controle sobre a ação de outros (Introdução a Malinowski, *Coral Gardens and Their Magic*, vol. I — *Soil-Tilling and Agricultural Rites in the Trobriand Islands*, Bloomington: Indiana University Press, 1965, p. VIII). Em passagem que apesar de um pouco mais longa, merece transcrição integral, em texto em que corrobora e aprofunda a tese de Frazer (cf. “The Art of Magic and the Power of Faith”, in Malinowski, *Magic, Science and Religion*, cit., p. 67), ele sintetiza sua

compreensão da diferença entre o que poderia ser considerado científico ou técnico, mesmo entre povos crentes na magia, e esta última:

Science, even as represented by the primitive knowledge of savage man, is based on the normal universal experience of everyday life, experience won in man’s struggle with nature for his subsistence and safety, founded on observation, fixed by reason. Magic is based on specific experience of emotional states in which man observes not nature but himself, in which the truth is revealed not by reason but by the play of emotions upon the human organism. Science is founded on the conviction that experience, effort, and reason are valid; magic on the belief that hope cannot fail nor desire deceive. The theories of knowledge are dictated by logic, those of magic by the association of ideas under the influence of desire. As a matter of empirical fact the body of rational knowledge

and the body of magical lore are incorporated each in a different tradition, in a different social setting and in a different type of activity, and all these differences are clearly recognized by the savages. The one constitutes the domain of the profane; the other, hedged round by observances, mysteries, and taboos, makes up half of the domain of the sacred.

(Trad. livre: A ciência, mesmo quando representada pelo conhecimento primitivo do homem selvagem, é baseada na experiência universal normal da vida cotidiana, a experiência ganha na luta do homem com a natureza para sua subsistência e segurança, fundada na observação, fixada pela razão. A magia é baseada na experiência específica de estados emocionais em que o homem não observa a natureza, mas a si mesmo, em que a verdade é revelada não pela razão, mas pelo jogo das emoções sobre o organismo

humano. A ciência é baseada na convicção de que experiência, esforço e razão são válidos; magia na crença que a esperança não pode falhar nem o desejo enganar. As teorias do conhecimento são ditadas pela lógica, as da magia pela associação de idéias sob a influência do desejo. Por uma questão de fato empírico o corpo de conhecimento racional e o corpo de sabedoria mágica estão incorporados cada um em uma tradição diferente, em um contexto social diferente e em um tipo diferente de atividade, e todas essas diferenças são claramente reconhecidas pelos selvagens. Aquele constitui o domínio do profano; o outro, cercado por observâncias, mistérios e tabus, constitui metade do domínio do sagrado).

Compreendemos, então, tendo em vista a terceira lei de Clarke, o quanto o avanço da tecnologia não pode deixar de se fazer acompanhar de um avanço

igualmente da consideração para com as carências de uma outra ordem que não aquelas materiais, para cujo atendimento se dirige a tecnologia, sendo a tais outras carências que a magia se presta a atender, tratar. Ocorre que nos falta cada vez mais o respeito incutido por palavras com “uma atmosfera cerimonial, senão sinistra, que as permeia e penetra” (Toshihiko Izutsu). Essa atmosfera é produzida pelos rituais, o fundamento mesmo da magia, segundo Mauss. A necessidade que temos de rituais e as consequências catastróficas da negligência (pós-)moderna em relação a eles é analisada com sua costumeira perspicácia por Byung Chul-Han em sua recente obra “Do desaparecimento dos rituais”, trad. Carlos Leite, Lisboa: Relógio D’Água, 2020).

E assim como do saber tecnológico, promovido por especialistas, derivam benefícios para o comum das pessoas, do saber mágico, também especializado resultariam para as pessoas de um modo geral um sentido e orientação na vida que é o que se espera das religiões e tradições sapienciais. Sem uma

reconexão com tais tradições, o avanço tecnológico da Inteligência Artificial só continuará nos afastando do objetivo da ética em seu sentido original, grego: o de nos fornecer uma vida boa, por justificada, de conforto interno, mais que exterior, material.

Do contrário, lembremos o alerta de Jean Baudrillard, de poderíamos cometer o que qualificou como o “crime perfeito”, a saber, o de matar a morte. Seria o que estamos em vias de realizar, então, este crime máximo e último? Isso porque “o crime perfeito é o de uma realização incondicional do mundo pela atualização de todos os dados, pela transformação de todos os nossos atos, de todos os acontecimentos em informação pura – em resumo: a solução final, a resolução antecipada do mundo por clonagem da realidade e extermínio do real pelo seu duplo” (Baudrillard, *O crime perfeito*, trad.: Silvina Rodrigues Lopes, Lisboa: Relógio D’Água, 1996, p. 49).

Altered Carbon, uma série em exibição no Netflix, é baseada justamente em especulações a respeito de como poderia ser em uma

sociedade futura em que tal já se realizou, como então se generaliza o crime após cometida essa violação máxima. Ocorreria algo como comer do fruto da segunda árvore proibida situada no jardim do Éden, o paraíso do qual teriam sido expulsos nossos antepassados mais remotos, sem ter a chance de colher do seu fruto e assim viver eternamente, por terem desobedecido à ordem de não provar do fruto da outra árvore.

Daí a extrema necessidade de promoção daquela forma de arte que para Vilém Flusser estaria ressurgindo em nossos dias, a *ars vivendi*, um saber viver que é um saber da vida como exploração de abismo – o *Ab-grund*, ou o *Bodenlos* (título da autobiografia de Flusser, São Paulo: Annablume, 2007), ou seja, literalmente, o sem fundamento, de onde finita, mas indefinidamente emergimos. No momento crítico em que vivemos, esta *ars* se configura como uma tecno-poética em vias de se tornar um modo de lidar artisticamente com a matéria viva, bem como romper barreiras estabelecidas e aceitas secular ou mesmo milenarmente entre os seres artificiais e os entes enquanto

artefatos naturais, diferentemente inteligentes e inteligíveis. É a revolução biolítica, dos humanos artificiais e das máquinas com alma, a que se referiu Hervé Kempf (*La Révolution biolithique. Humains artificiels et machines animées*, Paris: Albin Michel, 1998) na era do antropoceno, quando perguntamos, com Déborah Danowski e Eduardo Viveiros de Castro: Há mundo por vir? (*Desterro - Florianópolis/São Paulo: Cultura e Barbárie/Instituto Socioambiental*, 2014). Tal revolução viria nos impor, com a urgência da ameaça de extinção, a necessidade de uma redefinição de nossa humanidade e de tudo o que nos rodeia, ou seja, o que quer que consideremos mundo, reconhecendo-o como criação cada vez mais nossa – assim artística como tecnocientífica, logo, filosófica.


A urgência desse pensamento em nosso tempo se explica justamente em razão do que nele vem-se produzindo, sob a influência do predomínio do pensamento técnico-científico – e o pensamento técnico, vale destacar, desde sempre e cada vez mais remete ao pensamento que a filosofia tornou

científico, e vice-versa. Antes da ciência se tornar o que hoje – e desde já há algum tempo – ela se tornou, ela existiu embrionariamente enquanto técnica, faltando apenas o encontro histórico com a filosofia, primeiro, e, depois, com a religião monoteísta e personalista, de Deus onipotente feito homem, no cristianismo, para que se arvorasse na condição de impor sua vontade ao mundo e assim se verificassem os pressupostos mais importantes, no plano ideológico, imaginário, de seu completo desenvolvimento – eis que se tem uma origem metafísico-teológica da ciência e de sua(s) técnica(s), que repousaria em seu antecedente primevo, arcaico, que é a magia, a tecnomagia.



SEMINÁRIO 20 ANOS CELEBRANDO MILTON SANTOS

7 a 11 de junho de 2021

Transmissão via  POSGEOGRAFIA UFBA



07.06.21

16:00 às 18:00

Conferência de Abertura

Fala de convidados/autoridades
Prof. Dr. Climaco Cesar Siqueira Dias (UFBA)
Prof.ª Dr.ª Flora Sousa Pidner (IFAL)
Mediador: Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (Unifal-MG)

07.06.21

19:00 às 21:30

Categorias e conceitos geográficos na obra de Milton Santos

Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (UECE)
Prof. Dr. Pedro de Almeida Vasconcelos (UFBA/UCSal)
Prof. Dr. Angelo Serpa (UFBA)
Prof. Dr. Fabio Betioli Conti (USP)
Mediador: Prof. Dr. André Nunes de Sousa (UFBA)

08.06.21

19:00 às 21:30

A contribuição de Milton Santos à compreensão do uso do território brasileiro

Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/UFSC)
Prof. Dr. Jânio Laurentino dos Santos (UEFS)
Prof. Dr. Fabio Tozi (UFMG)
Dr. Willian Guedes Martins (UFBA)
Mediador: Prof. Dr. Marco Antônio Tomasoni (UFBA)

09.06.21

19:00 às 21:30

Lugares construídos com Milton Santos e formação cidadã - Relatos

Prof. Dr. Aldo Aloisio Dantas Da Silva (UFRN)
Cineasta e Prof. Ms. Silvio Tandler (PUC-Rio)
Dr.ª Nina Santos (UFBA)
Doutorando Willian Moraes Antunes de Sousa (EHESS-Paris/FR)
Mediador: Prof. Dr. Alcides dos Santos Caldas (UFBA)

10.06.21

19:00 às 21:30

A obra de Milton Santos e o futuro da Geografia brasileira: caminhos a construir

Prof. Dr. Gil Carlos S. Porto (Unifal-MG)
Prof. Dr. James Humberto Zomighani Júnior (UNILA)
Prof. Dr. Thiago Adriano Machado (UFRN)
Prof. Dr. Leandro Vieira Cavalcante (UFRN)
Mediadora: Mestranda Leticia Leal (Unifal-MG)

11.06.21

19:00 às 21:30

Conferência de Encerramento

Prof.ª Dr.ª Maria Adélia Aparecida de Souza (USP) - Conferencista
Dr. Itamar Vieira Júnior (UFBA) - Escritor
Mediadora: Prof.ª Dr.ª Guiomar Inez Germani (UFBA)

Comissão Organizadora

Prof.ª Dr.ª Maria Auxiliadora da Silva (UFBA) - Coordenadora
Prof. Dr. Gil Carlos Silveira Porto (Unifal-MG) - Coordenador
Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (UECE)
Prof. Dr. Jânio Laurentino dos Santos (UEFS)

Organização

Grupo de Pesquisa Produção do Espaço Urbano - PEU (UFBA)

Grupo de Trabalho
ABOLIÇÃO INACABADA

ESQUENTA QUILOMBO

FORA BOLSONARO!

29.05 | Sábado Das 11h às 13h



PAUTA

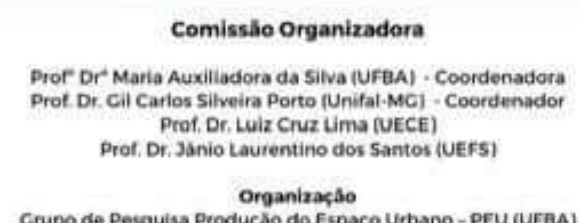
1) Campanhas emergenciais:

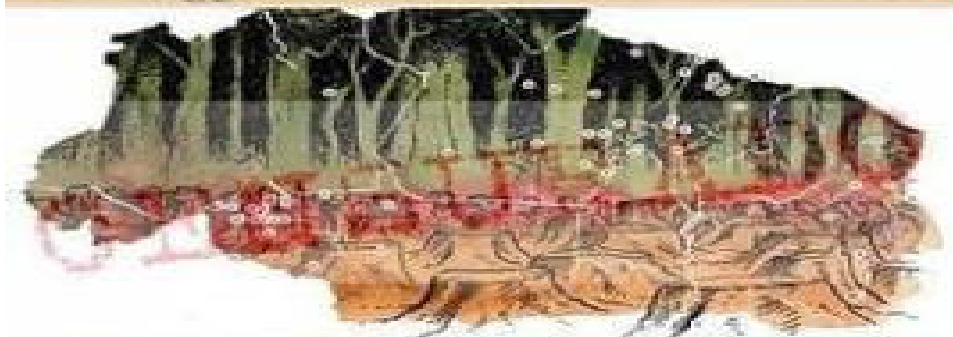
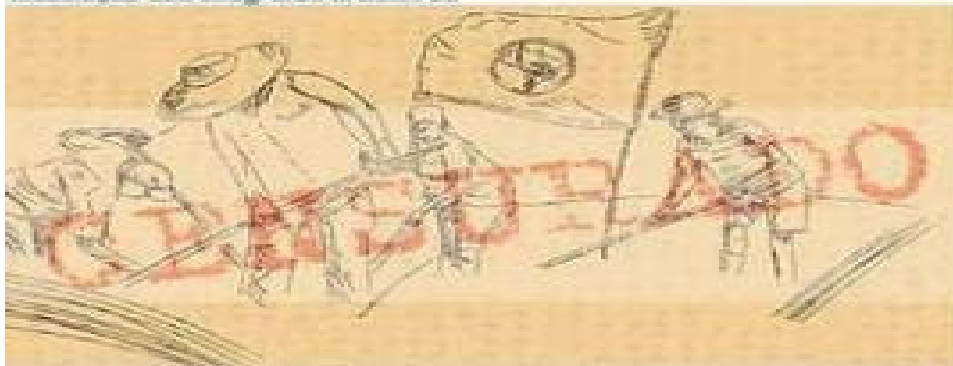
Ação Jardim Sto. Eduardo (Embu das Artes)

2) Movimento em defesa:

Doctor honoris causa Luiz Gama

Via Meet | Participe!





GT Agrária Seções Rio de Janeiro e Niterói

convida:

A NOVA OFENSIVA DO AGRONEGÓCIO SOBRE A EDUCAÇÃO

O Agronegócio quer ditar os rumos da educação brasileira.

Através da campanha "De olho no material escolar", representantes do agronegócio se articulam para interferir no currículo e no material didático de escolas públicas e particulares e na formação de professores.

Debate com:

Paulo Alentejano (GT Agrária da AGB)

Doris Matos (UFS/ALAB)

Rodrigo Lamosa (UFRRJ/LIEPE)

**27 /05
às
19h**

Transmissão pelo  **YouTube** da AGB-Rio

UFLA

CONCURSO PARA PROFESSOR EFETIVO DE FILOSOFIA

Todas as informações no link:
<https://prgdp.ufla.br/portal/concursos/concurso-de-docentes/201-202/16610-edital-prgdp-n-38-2021>

INSCRIÇÕES ATÉ O DIA 30/06

Mesa de Lançamento do Livro CELSO FURTADO: CORRESPONDÊNCIA INTELLECTUAL

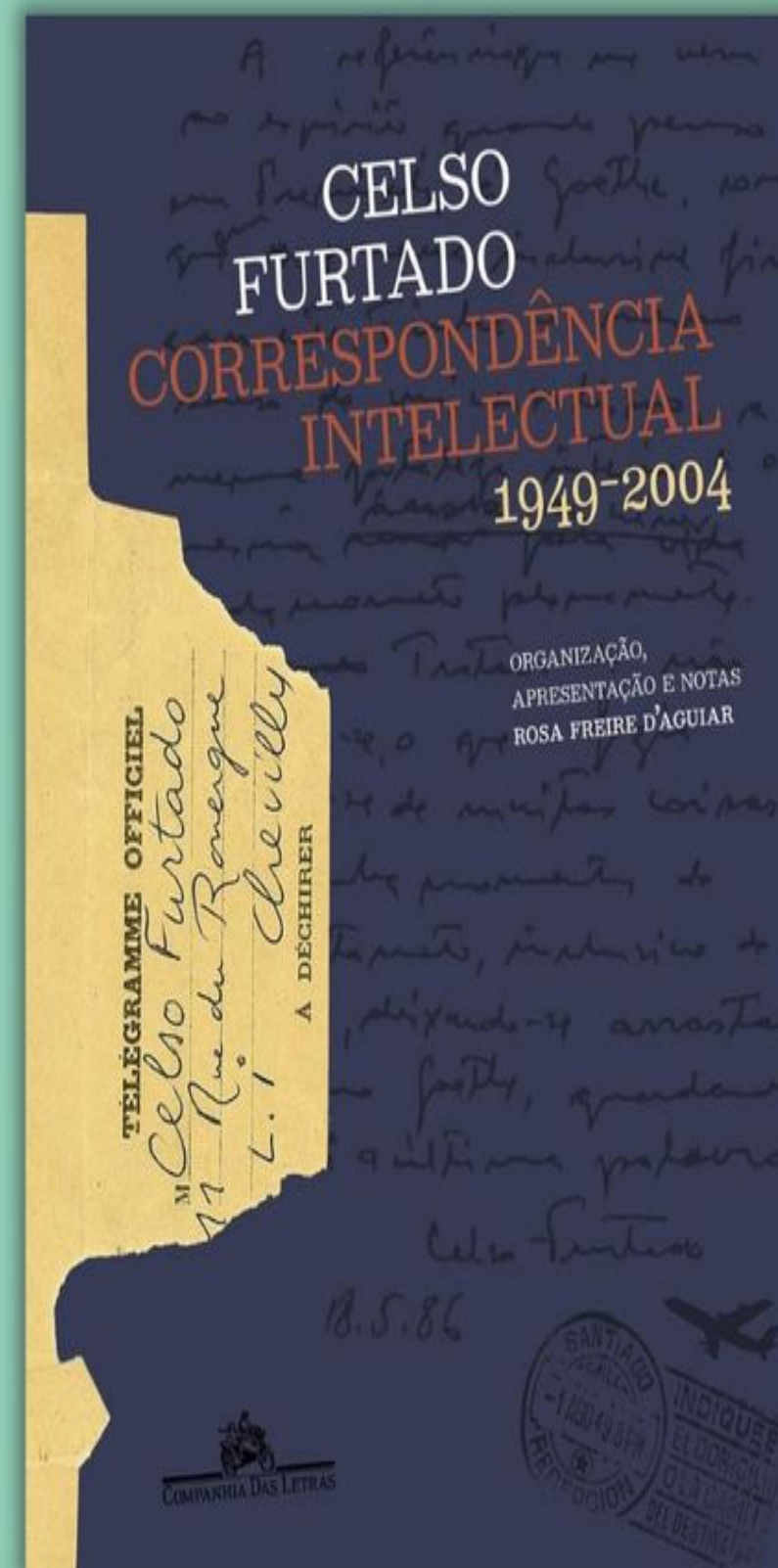
31 de maio, 18h-19h30

Debatedores

Rosa Freire d'Aguiar
Roberto Saturnino Braga
Monica Bruckmann
Fábio Guedes Gomes
Marcos Costa Lima



Transmissão ao vivo pelo
canal do Centro Celso
Furtado no YouTube



Centro Internacional
CELSO FURTADO
de Políticas para o Desenvolvimento
The International CELSO FURTADO Center for Development Policies


COMPANHIA DAS LETRAS

ATOS PELO MUNDO

DIA DE MOBILIZAÇÃO POR
FORA BOLSONARO

SÁBADO EM TODO O BRASIL

29 DE MAIO

28 DE MAIO

Berlim (Alemanha) Em frente à Embaixada Brasileira
Wallstrasse 57, 10197 Berlin | 13h

29 DE MAIO

Nova York (Estados Unidos) Union Square | 4pm.

Amsterdã (Holanda) Dam 1 | 15h

Barcelona (Espanha) Font de Canaletes | 19h30

Palma de Maiorca (Espanha) Plaza d'Espanha | 19h

Zurich (Suíça) Estação Principal de Zurich | 11h

Paris (França) Place de République | 17h

Lisboa (Portugal) Alameda de Dom Afonso Henriques | 17h30

Porto (Portugal) Frente ao Centro Português de Fotografia |
16h30

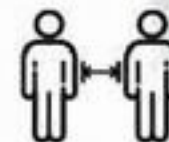
Porto (Portugal) Estádio do Dragão | 18h.

Bruxelas (Bélgica) Estação- Gare central | 15h

Oxford (Inglaterra) Frente ao Restaurante do Fernando | 13h

**FORA
BOLSONARO**

USE MÁSCARA, LEVE ÁLCOOL EM GEL
E MANTENHA O DISTÂNCIAMENTO SOCIAL



O DESERTO TUPINIQUIM OU OS CAMINHOS DAS SECAS

ROBERTO MATHEUS CORDEIRO VANDERLEI DE OLIVEIRA

O SERTÃO BRASILEIRO é quase um deserto. Sucede-se, a sul, a regiões serranas e mares de morros e, a sudoeste, a altiplanos em geral, como o Planalto Central. Ele é a transição do cerrado para a zona da mata e perde altitude à medida que desce até o mar. O sertão se caracteriza pelo clima semiárido - quente e seco. Seu solo é pedregoso e fissurado. Sua vegetação, a caatinga - tortuosa, esparsa e espinhosa. As chuvas são escassas, por quase todo o ano, e torrenciais, nos poucos meses chuvosos. Já os índices de evaporação são os maiores do Brasil. E a fauna e flora desenvolvem-se como que se adaptando à dura geologia da região. Bem como o sertanejo.

A palavra sertão teve origem ainda nos primórdios da colonização brasileira, quando os colonizadores, ao se afastarem do litoral e adentrarem no semiárido, perceberam brusca diferença entre as duas regiões. “É um desertão!”, falou um deles, nomeando aquele pedaço de terra ainda desconhecido. Com o

passar dos tempos, como os nativos e mestiços não sabiam como se pronunciava ou mesmo escrevia aquele nome forasteiro, eles foram adaptando-o à oralidade, moldando-o ao sotaque em voga. E assim foi batizado: o sertão!

Mas ao contrário dos demais semidesertos do mundo, o sertão brasileiro não margeia um grande deserto, a exemplo do Saara, dos platôs árabes de Nedjed ou das depressões desérticas na Austrália. Todos eles se inscreverem entre os trópicos de Câncer e Capricórnio. Pelo contrário: ele é circunscrito por áreas úmidas, como a zona da mata nordestina ou o meio norte amazônico. Apesar disso, em função da morfologia e dos agentes geológicos, a região é afetada por um fenômeno que leva ao limite a sobrevivência dos homens, dos animais e da vegetação - a seca.

Irredutível e mortífera, a seca é um fenômeno cuja complexidade é estudada até hoje e que atormenta a vida dos sertanejos. São muitos seus motivos: o aquecimento das águas do Oceano Pacífico, ocasionado pelo fenômeno “El Niño”, que interfere na temperatura e na

circulação dos ventos; os agentes geológicos naturais, como a monção nordeste, a erosão eólica, as tempestades devastadoras, a sucção de extratos e as canículas ou ondas de calor; e a ação do homem ao longo dos tempos, com queimadas e derubadas que calcificavam e desertificavam a terra, formando assim as “caapueiras” - mato extinto, na língua nativa.

Tão grave foi a exploração predatória dos homens nos primeiros séculos, que, em 11 de junho de 1799, o governo da metrópole decretou um documento estipulando que “se coíba a indiscreta e desordenada ambição dos habitantes que têm assolado a ferro e a fogo preciosas matas... que tanto abundavam e hoje já ficam a distâncias consideráveis”. Se em 1799 tais matas já findavam no sertão, como será que estão hoje, diante do avanço cada vez mais rápido da monocultura e do agronegócio? Por essas e tantas outras razões, a caatinga, único bioma exclusivamente brasileiro, é o mais frágil da atualidade.

As secas

Em seu livro “Os Sertões”, Euclides da Cunha escreve que o

primeiro período de seca de que se tem notícia remonta ao início do século XVIII, entre 1710 e 1711. Mas existem relatos de secas ainda mais remotas. Com a frequência de 9 a 12 em média, ela chega, sempre, irredutível. Entre 1723 e 1727, em 1736 e 1737 e nos anos de 1744 e 1745. Aí passou um tempo até o retorno da grande seca do século XVIII, em 1777 e 1778. E assim aconteceu ao longo dos séculos XIX e XX. E, é claro, acontece nesse começo do século XXI.

De 2011 a 2013, o Nordeste brasileiro passou pela pior seca dos últimos 50 anos, pelos menos em termos pluviométricos e econômicos. Só no primeiro ano, segundo o IBGE, mais de 29,5 cabeças de gado morreram por falta de água e pastio. E o número de cidades que recorreram à Defesa Civil Nacional (ligada ao Ministério da Integração Nacional), alegando estado de emergência, até meados de 2013 é alarmante: 458 municípios oficialmente.

(Foto: gado muito magro na caatinga)

Mas quando contabilizado o número total de cidades que entraram com pedido de estado

emergencial, que possibilita regimes de contratação e licitação diferenciados e a chegada de verbas não orçadas à priori, ele ultrapassa os mil municípios. Só no Ceará, por exemplo, foram 175 cidades em situação de emergência, de um total de 184 do estado. Enquanto que na Bahia foram 251 municípios e no Rio Grande do Norte, 147. Além de estados “menos afetados”, como o Piauí, com 82 cidades, Pernambuco, com 19, e Sergipe, com 17. Mais de 10 milhões de pessoas afetadas. O que representa cerca de 5% da população brasileira.

Só em 2013, foram gastos mais de R\$120 milhões - R\$25 milhões só em carros-pipa - com medidas paliativas. Açudes foram reabastecidos. E cisternas foram construídas, principalmente via programa do Governo Federal “Um Milhão de Cisternas” - formulado pela Articulação Semiárido Brasileiro, que conta com mais de mil ONG’s atuantes na região semiárida. As cisternas são construídas pelas próprias comunidades com placas de cimento pré-moldadas e tem capacidade de reservar 16 mil litros de água. O programa

contribui para o reaproveitamento das águas de chuva que se perdem rapidamente diante do alto índice de evaporação, além de ser uma alternativa descentralizada de reservatório de água. Mas até as cidades que se formaram à calha do rio São Francisco, mesmo com a benção do Velho Chico, passam por penúrias relacionadas com a seca - porque a vazão cai bruscamente, a ocupação populacional do sertão é dispersa, faltam projetos de irrigação popular e há a dificuldade de levar a água do rio às casas sertanejas.

(Foto: cisterna)

Enfim, a falta de chuvas e a alta evaporação, combinadas, mitigam qualquer esperança do sertanejo em ver o verde brotar das plantações e dos pastos, trazendo ao olfato aquele cheiro de mato molhado e, ao sertão, a fartura dos tempos chuvosos. Quando cantam, radiantes, os sabiás. A piçarra fica batida e molhada. E os mandacarus “fuloram” em meio aquele desertão, assinalando a chuva tão esperada e desejada.

“O sabiá no sertão

Quando canta me comove

Passa três meses cantando
E sem cantar passa nove
Porque tem a obrigação
De só cantar quando chove”
 (“Chover ou Invocação para
um dia líquido”, Cordel do Fogo
Encantado)

A Caatinga

É uma paragem impressionante. O sol quase sempre causticante, irradiando uma vermelhidão de rachar a pele. Enquanto o suor desce pelo corpo encharcando as roupas. Os urubus - com suas garras afiadas, bicos pontiagudos e olhos de caçador - em orbitas negras no céu - limpo, azul e imenso. As árvores são revoltas e a mata, espinhosa e labiríntica. O solo em brasa, do qual sobe uma poeira avermelhada ao mínimo movimento, aquela poeira que se alastra como fuligem, colorindo os automóveis e os sapatos dos viajantes. E as cobras peçonhentas e lagartos de olhos grandes e fixos camuflam-se na vereda fechada. As estradas são retas, apontando para um horizonte utópico, que fica tão mais distante quanto mais se caminha. E são também cheias de pedras e “costelas de

vaca” - deixando o caminho ainda mais tortuoso.

(Foto: estrada de terra com horizonte)

De tempo em tempo, alternando o silêncio da solidão, escutam-se o soar de sinos presos aos pescoços de gados e bodes soltos, e o rastejar de cobras e lagartixas açoitando a mata. E de quando em vez passam algumas motos e carros. Os pássaros da caatinga cantam.

(Foto: bode com sino)

Embora castigada, sua flora é rica e diversa. Tem mandacaru e xiquexique, mas também favela, palmatória e cabeça de frade. As orquídeas colorem e embelezam a paisagem. Os umbuzeiros, circulares e cheios de galhos, dois metros de altura, oferecem um pouco de sombra ao sertanejo e matam a fome do gado. Enquanto o umbu mata a sede e a fome do homem - fruta com que se faz a típica umbuzada. Mas não é só: tem juá, para escovar os dentes, angico, para fazer medicamentos e tingir o couro, jurema, para fazer lenha, caraíba e mais um monte de espécies que se adaptam às condições do sertão brasileiro. Tem até planta que esconde no subsolo a

água que falta acima da terra.

Os animais característicos da caatinga também chamam a atenção do caminhante. Venenosas e ardilosas são as cobras - tem jararaca, cascavel, coral etc. Ligeiros, de tipos e cores diferentes, são os lagartos. Nela, vivem também o tatupeba, a rã, o sapo-cururu, o preá, o gambá e o urubu. Além dos saguis e das araras restantes. São anfíbios, répteis, aves e mamíferos que totalizam mais de oitocentas espécies.

(Foto: lagarto e urubu na caatinga)

Em geral, os habitantes da caatinga se dispersam geograficamente, em casas de sapé e alvenaria espalhadas nas zonas rurais das cidades - são os chamados povoados. O povo é simples na fala, na vestimenta e no trejeito. De pele queimada e miscigenada. E com aquele caminhar ora firme ora arrastado.

(Foto: casas dispersas no meio da caatinga)

Dois fenômenos emergiram com força na caatinga nos séculos XIX e XX: o messianismo e o cangaço. O primeiro encontrou força na fé do sertanejo, cuja grande

maioria é católica. Mas também no aterrorizante sentimento de solidão que brota no coração humano quando se está plantado no meio da caatinga - ainda mais quando sem rumo e sem futuro, seja pela pobreza, pela fome ou pela sede de justiça. Na caatinga, Deus é a natureza e a natureza é Deus! Foram muitos os beatos que, com discursos grandiosos e apocalípticos, apontavam uma direção quando o povo se sentia perdido, e por isso carregavam consigo seguidores de todo o sertão. Teve Antônio Conselheiro, Padre Cícero, Beato Lourenço e tantos outros menos famosos.

Já os cangaceiros são filhos da concentração de terra, da violência física, familiar e social, do desejo de vingança e do impulso de governar o sertão. Assim como vaqueiros, eles se vestiam com chapéu, gibão, alforje, calça e sapato de couro, para poder cavalgar na mata espinhosa e fechada. Mas também se apetrechavam, vaidosos, com chitas, anéis, correntes e metais de toda ordem. Armados até os dentes - com pistolas, fuzis e punhais -, barbudos e com o odor de semanas e semanas sem banho na caatinga,

os cangaceiros eram bandoleiros com algum senso de justiça e ética próprias - “bandidos sociais”, como cantou Chico Science. O mais conhecido e temido de todos os cangaceiros foi Lampião, Virgulino Ferreira da Silva, o “Rei do Cangaço”. Mas tantos outros - Antônio Silvino, Lucas da Faria, Corisco - lideravam colunas que cortaram as veias sertanejas e deixaram sangue, choro, desgraça, mas também seguidores e esperança por onde passaram.

Se entrega Corisco!

Eu não me entrego não

Eu não sou passarinho pra viver lá na prisão

Se entrega Corisco!, eu não me entrego não

Não me entrego ao tenente

Não me entrego ao capitão

Eu me entrego só na morte de parabelo na mão

Se entrega Corisco!

Eu não me entrego não! Eu não me entrego não!

Eu não me entrego não!

Farrea, farrea povo

Farrea até o sol raiar

Mataram Corisco

Balearam Dadá

O sertão vai virá mar
E o mar virá sertão

Tá contada a minha estória
Verdade e imaginação
Espero que o sinhô
Tenha tirado uma lição
Que assim mal dividido
Esse mundo anda errado
Que a terra é do homem
Num é de Deus nem do Diabo
(Perseguição. Deus e o Diabo
na Terra do Sol)

CONTRA FALTA DE SENSO DIGAMOS SIM AO CENSO!

UM DEBATE SOBRE OS IMPACTOS DA AUSÊNCIA
DA PESQUISA DO CENSO PARA A COMUNIDADE
CIENTÍFICA E AS POLÍTICAS PÚBLICAS SOCIAIS

EDNELSON MARIANO DOTA
(UFES)

MANUELA ALVARENGA

SINDICATO NACIONAL DOS TRABALHADORES DO IBGE (ASSIBGE)

ROBERTO LUIZ DO CARMO

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS POPULACIONAIS (ABEP)

MEDIAÇÃO: DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL

Ciclo de atividades

*Mês da Geógrafa e
do Geógrafo*



28/05 - 19H

ORGANIZAÇÃO:

DIRETORIA EXECUTIVA NACIONAL



Associação dos
Geógrafos
Brasileiros

desde 1936

DIÁRIO DO FRONT



com Miguel Nicolelis



57 ANOS

ORGANIZAÇÃO PARA A LIBERTAÇÃO DA PALESTINA

**A LUTA
CONTINUA**



FEPAL
FEDERAÇÃO ÁRABE
PALESTINA DO BRASIL

اتحاد المؤسسات العربية
الفلسطينية في البرازيل

PANDEMIA, EXCLUSÃO E EDUCAÇÃO EM TEMAS SENSÍVEIS

PAULO SERGIO BARROS

Mestre em História (Universidade Federal de Pernambuco), doutorando em educação (Universidade Nacional de Rosario) e professor da Secretaria de Educação do Ceará.

A afetividade não se acha excluída da cognoscibilidade.

Paulo Freire

A pandemia causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2), iniciada no princípio de 2020, gerou incontestáveis influências na nossa sociabilidade (confinamento e distanciamento social), nosso trabalho (remoto, domiciliar), assim como em outros aspectos do nosso cotidiano. As (des) informações sobre a covid-19 divulgadas nas mídias, geravam incertezas, medos, solidão e outras emoções que emergiam com outros significados, intensidades e dúvidas a respeito do porvir. A pandemia é uma experiência inédita para nós que vivemos nesse início de século. Contudo, Edgar Morin (2001, 2011) já a destacara como uma das “ameaças” à humanidade. Para o pensador francês, pandemias/epidemias, assim como as armas nucleares, a degradação da biosfera, os efeitos do capitalismo

desenfreado, os fanatismos ameaçadores, as ditaduras implacáveis e a possibilidade de novos totalitarismos e as guerras de extermínio, são verdadeiras ameaças à existência da espécie humana.

Para muitos de nós a realidade pandêmica tomou-nos de surpresa, pois representava algo que tínhamos referências somente através de livros de história ou filmes. Parecia-nos distante do nosso tempo, marcado pela informação e pela ciência. Um oceano de informações (in)úteis, falsas e negacionistas nos afetavam à medida que sabíamos de notícias sobre o aumento da contaminação e de óbitos no Brasil e no mundo, afetando pessoas conhecidas, colegas de trabalho, estudantes e familiares, “impondo-nos” uma quarentena com isolamento social e os consequentes reflexos nos campos da economia, da educação, do entretenimento, das emoções, do psíquico etc.

A ação letal do vírus nos impôs, subitamente, mudanças de hábitos na proteção e assepsia do corpo, objetos, alimentação, contato com pessoas, uma nova relação com

o espaço e relacionamentos domésticos e a “descoberta” e incremento do uso de ambientes virtuais para o trabalho, a comunicação, formas de entretenimento etc.

No âmbito educacional, involuntariamente, adotamos uma realidade de educação remota de emergência e o uso de diferentes tecnologias que, se já existiam na parafernália da educação a distância, para muitos de nós foi uma novidade com a qual não tivemos outra opção senão a de usá-las de imediato, aprendendo a manejá-las com tutoriais e a ajuda de colegas e estudantes mais alinhados à tecnologia. Esse aspecto foi mencionado em um relato do estudante Euclides (todos os nomes atribuídos a estudantes neste texto são fictícios): “A dificuldade, de início, de alguns professores em manusear aparatos tecnológicos necessários para esse novo tipo de aula era tal que dos 50 minutos de aula, 20 ficavam à mercê de consertos de coisas triviais, conforme a minha visão e relação com a tecnologia”.

Na verdade, adotamos, subitamente, um modelo de educação virtual sem estarmos preparados

pedagógica e tecnologicamente para tal. Escolas e professores realizaram experimentos que dificilmente seriam aceitos em tempos normais. Tivemos que fazer de nossas salas de aula e, ademais de desenvolver habilidades tecnológicas e metodológicas, precisamos aprender mais a lidar com as nossas emoções e as dos estudantes no seio de uma realidade educacional que nos demandava paciência, respeito, tolerância, compreensão e flexibilidade em salas virtuais pouco frequentadas, (por diferentes motivos), quase sempre silenciosas e com presentes identificados apenas pelo registro dos nomes e avatares (estes últimos, em grande parte, sem relação nenhuma com a identidade física dos estudantes).

Este texto trata de experiências do autor (professor de uma escola pública de Fortaleza) com educação remota durante o ano de 2020 e os primeiros meses de 2021. Embora cada escola apresente uma realidade peculiar, cremos que a narrativa descreve, de certa forma, a realidade vivenciada por muitas escolas, docentes e discentes brasileiros; sobretudo aqueles envolvidos

com o ensino-aprendizagem em escolas públicas.

Pandemia, educação e exclusão

Segundo o sociólogo Boaventura de Sousa Santos, “a pandemia não é cega e tem alvos privilegiados” (2020b, p. 47). Ainda de acordo com Santos (2020a), qualquer quarentena é discriminatória e mais difícil para uns grupos sociais do que para outros. Dentre esses grupos discriminados e vulneráveis está parte considerável dos estudantes de escola pública, em grande medida filhos de assalariados, desempregados ou subempregados, categorias que foram impactadas com o fechamento temporário ou definitivo de diversos espaços que lhes garantiam trabalho.

Para muitos estudantes a suspensão das aulas presenciais afetou sensivelmente a qualidade de aprendizagem. Para alguns significou, literalmente, interromper o estudo, pois não participaram das aulas remotas, tampouco procuraram alternativas oferecidas por algumas escolas (atividades impressas p. ex.) para os que não tinham acesso à

tecnologia necessária para as aulas. A exclusão digital apresentava-se como uma das facetas da desigualdade e injustiça social, as mais severas “comorbidades” no contexto pandêmico. A educação remota de emergência contribuiu para explicitar ainda mais esse panorama de exclusão e injustiças.

Do ponto de vista da sociabilidade a pandemia também provocou na escola um choque nas formas de convivência como jamais visto. Algo muito particular entre os estudantes, como o toque nas formas de cumprimento, o compartilhar das emoções, palavras, copos, aparelhos de celular, por exemplo, deixou de existir no cotidiano de aprendizagem. Yus (2002) ressalta que o nosso corpo não é só um suporte que reflete as emoções e os sentimentos nas relações interpessoais. Ele é uma autêntica comunicação em si mesmo. Nos toques e trocas frequentes e aparentemente neutros está uma comunicação efetiva, o autoconhecimento, a autoestima, a aprendizagem.

Muitos estudantes viram-se confinados, distantes e circunscritos em ambientes domésticos,

geralmente espaços restritos e divididos com familiares e irmãos, também estudantes. O espaço limitado e inadequado e a falta de tecnologia necessária para que a aprendizagem se desenvolvesse de forma coerente explicitaram uma realidade excludente e propícia para aflorar toda sorte de emoções. O relato do estudante Diodoro é ilustrativo: “A pandemia me arrasou, me deixou sem vontade de fazer nada: estudar, amar, me cuidar, às vezes até de viver”.

Através da comunicação rotineira com colegas professores, estudantes assíduos e de informações que tínhamos sobre aqueles ausentes, sabíamos que muitos não estavam emocionalmente bem por causa da realidade pandêmica, da ausência da escola e de nenhum ou pouco acesso à tecnologia para as aulas remotas. Outros, contudo, dispunham de tecnologia, mas não se sentiam estimulados a participar das aulas. Havia casos de estudantes que encontraram trabalho provisório para ajudar a família ou precisaram cuidar de familiares enfermos e deixaram a escola em segundo plano. Ou ainda aqueles

que mudaram de cidade ou estado a procura de melhores condições de vida.

Temas sensíveis e educação em valores

Conforme Barros e Da Costa (2021), a realidade pandêmica deve ser analisada como um momento histórico e social carregado de emoções, politicamente sensível e intelectualmente complexo. Gil e Camargo (2018) e Andrade et al. (2018) corroboram com essa interpretação ao refletir sobre o ensino de história e temas sensíveis. Temas como pandemia da covid-19, racismo, homofobia e outras violações dos direitos humanos estão presentes nos meios de comunicação e são objeto de controvérsia, são delicados e muitas vezes colocam o próprio professor em situações embaraçosas em relação aos conhecimentos, à metodologia e à interpretação ou em função das reações dos estudantes.

Visto por esse prisma, “a experiência cotidiana vivida por professores e estudantes desencadeia uma gama de emoções que requer do educador habilidades

para lidar com as mesmas. Não somente a partir da história presente, mas da história como conhecimento para humanizar, aprender a conviver, a dialogar, a compreender a alteridade em seus processos culturais e emocionais” (BARROS e DA COSTA, 2021, p. 233).

Entendemos que a escola deve ser um locus de debate sobre esses temas, ainda que sejam permeados por traumas, injustiças, preconceitos e sofrimentos. Contudo, o papel da educação é a compreensão dos processos históricos que tornaram possíveis conflitos, incertezas, injustiças e a partir disso, permitir a reflexão sobre o cotidiano de forma problematizadora, convertendo-o em cognoscível e pertinente.

Nossa formação para educadores foi falha na preparação para lidar com as emoções subjacentes a temáticas sensíveis. No que tange à realidade pandêmica que vivemos, muitos educadores não se sentem seguros ou estimulados a tratá-la como uma questão sensível e objeto de reflexão em sala de aula. A escola, conforme asseveram Barros e Da Costa (2021, p. 233), “não foi chamada a discutir, refletir

e ouvir sobre os medos, os traumas, as injustiças, os preconceitos e os sofrimentos que subjazem as histórias imediatas no seio de tal realidade”.

Sobre o papel da escola no contexto pandêmico, Barros e Da Costa (2021) destacam alguns pontos para a nossa reflexão.

1 – O ensino-aprendizagem deve considerar que a pandemia é um evento que transpassa o social, o cultural, o histórico, o psicológico, o emocional etc. Portanto, é essencial a leitura, o debate, o intercâmbio de ideias e experiências, de forma que a temática seja compreendida e abordada de maneira que encontremos estratégias adequadas para considerar as emoções que emergem em seu contexto.

2 – A educação em temas sensíveis faz parte da formação para uma cidadania politicamente crítica, humanizada e planetária e envolve aspectos como questões sanitárias, justiça social, direitos humanos, assim como a empatia, a solidariedade, o respeito e a generosidade nos relacionamentos em uma perspectiva intercultural.

3 – O ensino-aprendizagem

durante a pandemia tem se centrado nos conteúdos curriculares tradicionais, correndo contra o “tempo perdido” para que os estudantes não sejam prejudicados cognitivamente e nas avaliações externas (Enem, vestibular). Dessa forma, tem se descuidado ou mesmo negligenciado o mundo dos afetos e das emoções.

4 – As transformações na circulação dos afetos no espaço educacional (controlados, mas também livres na esfera presencial) passa a demandar preparo de professores e estudantes para a superação de seus limites e novas configurações em salas de aula virtuais. Esse novo formato de ensino-aprendizagem também deve oferecer uma atmosfera de segurança e afeto onde os sentimentos tenham o poder de despertar a aprendizagem autônoma dos estudantes.

Esses afetos são denominados por Tillman e Colomina (2003) e Medeiros et al. (2018) de valores humanos ou de competências socioemocionais, conforme a Base Nacional Curricular Comum – BNCC (Brasil, 2017). Seja como for, são seminiais na formação humana

dos estudantes e constituem o que Tillman e Colomina (2003) denominam atmosfera de valores. De acordo com as autoras, uma educação centrada nos valores humanos passa pela praticidade e pelo dinamismo na vida escolar e cotidiana dentro e fora da escola, de forma que os estudantes possam fazer escolhas sociais e pessoais positivas e desenvolvam comportamentos e traços de personalidade baseados em valores que os transformem em cidadãos comprometidos com seus valores pessoais e com uma cultura de paz. A reflexão e a prática de valores humanos no currículo, assim como em outras instâncias do fazer educação, cria uma atmosfera para que os estudantes desenvolvam habilidades conectadas a seu crescimento cognitivo, emocional e espiritual, para que sejam capazes de comprometer-se a levar esses valores em suas vidas.

Uma atmosfera de valores é um ambiente afetivo, respeitoso e positivo onde um indivíduo pode desenvolver-se e aprender. Uns lócus onde os estudantes se sentem amados, respeitados, escutados, valorizados e seguros; e

desenvolvem habilidades pessoais, sociais e emocionais. Tal atmosfera incentiva aos estudantes a refletir sobre os fatos sociais, o meio ambiente, as implicações práticas dos valores nos relacionamentos e entender que por trás das injustiças, das desigualdades sociais, dos conflitos, dos preconceitos e da devastação ambiental, está a ausência dos valores humanos. No âmbito escolar essa atmosfera afeta todos os sujeitos envolvidos, com afetos, emoções e valores que criam possibilidades para uma educação humanizadora e libertadora.

Contudo, o grande desafio para os professores é a realidade das salas virtuais nas quais se manifestam distintas emoções como apatia, medo, solidão, incerteza, etc. Provavelmente as mesmas emoções vividas pelos docentes. É possível que todos nós, professores e estudantes, quiséssemos, em muitos momentos, ser escutados, respeitados, compreendidos e acolhidos. Nesse sentido, a educação em valores não se apresenta como uma opção, mas como uma necessidade primordial para que os indivíduos se sintam compreendidos, aceitos e em segurança

nos percursos de ensino-aprendizagem. Si em contextos “normais” de educação, os valores humanos, as emoções e os afetos são relevantes para a aprendizagem, o desenvolvimento e os relacionamentos, em tempos sensíveis como os que vivemos, eles se tornam ainda mais necessários.

Atmosfera de valores em espaços virtuais de aprendizagem

A escola como instituição social proporciona diferentes formas de sociabilidade que envolvem conflitos, em suas várias facetas, e relações que expressam alegria, aprendizado, cooperação, afetividade etc. Essa realidade, conforme o direcionamento pedagógico que se dê a ela, tornam-se em experiências de ensino-aprendizagem holísticas que contribuem para um convívio compreensivo e intercultural com as diferenças.

Os comportamentos dos estudantes ambientes convencionais e virtuais de aprendizagem são distintos. Os barulhos incômodos das salas de aula físicas foram, em grande medida, substituídos por ausências e silêncios incômodos nas

salas virtuais. Nestas não enfrentamos as mesmas tensões emocionais dos conflitos cotidianos de uma escola de adolescentes, o que não quer dizer que eles inexistiram. De fato, expressaram-se através de preocupações, incertezas, cobranças, críticas etc. Concomitantemente, percebemos o incremento da solidariedade, da compreensão, da flexibilidade e do respeito com a situação do outro. Para Santos (2020b) a pandemia fomentou a comunhão, fortalecendo a nossa condição de ser social, humano. Não obstante as dificuldades nas interações pedagógicas, essa energia de comunhão, de solidariedade e de empatia foi essencial para criar uma atmosfera de valores nos espaços virtuais de aprendizagem.

Ressaltemos que isso passa, necessariamente, pelo interesse do educador e pelo projeto pedagógico da escola. A educação no contexto da pandemia demanda de cada instituição uma leitura adequada das emoções vividas por estudantes e professores no fazer educação. Maturana (2001) nos sugere que, si a educação não se torna uma ação no espaço de vida cotidiano do

estudante, a mesma não serve ao estudante. Podemos estender a reflexão do autor à realidade docente. Se não refletirmos sobre a situação história vivida com toda a sua complexidade, passaremos por um momento singular de nossas vidas e da humanidade sem aprendermos e compreendermos a dimensão do acontecido, das mudanças ocorridas e das necessárias novas formas de convivência interpessoal na ação de ensino-aprendizagem. A educação terá perdido parte de sua relevância por não ter sido pertinente ao momento histórico e às demandas da humanidade; por ter perdido a oportunidade de renovar-se, encontrar novas sendas que nos conduzam a superar os parâmetros educacionais pautados na competitividade e na fomentação de injustiças e desigualdades típicas do modelo socioeconômico neoliberal.

Objetivando criar e manter uma atmosfera de valores no ambiente virtual de ensino-aprendizagem, propúnhamos curtos diálogos, leitura de poemas, escutar uma canção ou um exercício de visualização criativa almejando a concentração, a observação e a

compreensão de pensamentos e emoções. Era uma oportunidade para abrir espaços para sabermos sobre o bem-estar dos estudantes, de novidades, de experiências entusiasmantes, dos processos de realização das atividades pedagógicas e as dúvidas e dificuldades inerentes à aprendizagem. Contudo, embora os estudantes apreciassem esses momentos, os poucos que compartilhavam tratavam da pandemia e de toda sorte de emoções relacionadas a ela: medo, insegurança, incerteza, apatia etc.

É provável que estejamos passando por essa onda pandêmica sem considerarmos a devida aceitação e respeito aos estudantes. Dentre os diferentes fatores que contribuem para isso estão os silêncios, as ausências, a pouca interação. Durante todo um ano letivo vimos os rostos de umas duas dezenas deles. As poucas vezes que procurávamos ouvir seus sentimentos, ideias, perspectivas sobre a realidade presente e o porvir, uma percentagem mínima se expressava, e o silêncio se manifestava como resposta para a maioria. Muitas vezes tínhamos dúvidas se de fato

tínhamos 30, 40 ou 50 estudantes participando da aula. As insistências tinham, frequentemente, respostas como: “Estou lhe entendendo professor”. “Ficou tudo claro”. “Não tenho opinião”. “Não quero falar”. Ou manifestações no “bate-papo”: “Estou sem fone”. “Meu celular não tem câmera” etc.

No final do ano letivo de 2020, uma aula foi dedicada à expressão artística (música, desenho, poesia etc.) e de suas experiências pessoais de forma verbal ou escrita. As narrativas que se manifestaram através dos poemas, desenhos, textos e falas compartilhados giravam em torno das mesmas questões: a pandemia e seus desdobramentos sociais, econômicos, sanitários e emocionais. Apropriamo-nos de opiniões escritas de três estudantes, compartilhadas no espaço de bate-papo da sala de aula virtual ou por WhatsApp.

O primeiro texto que citamos é um extrato de um relato de três páginas feito por Euclides. Sua narrativa permeia os sentimentos e experiências de outros discentes expressas através de falas, pequenos textos, atividades escolares e criações artísticas. Malgrado a

inteligência, a responsabilidade e a dedicação desse estudante, o mesmo destaca como foi afetado pela pandemia e as consequências sociais e emocionais que dela subjaziam. Ele destaca, contudo, críticas às aulas, sobretudo ao modelo de educação que não sofreu mudanças, ainda que a realidade demandasse.

A cobrança por resultados continuava, os mais inteligentes tomaram a rápida e brilhante decisão de entregá-los, prezando pelo máximo de qualidade nos estudos e mantendo a saúde psicológica e emocional em dia. Eram muitas atividades por dia, ressaltando a desconsideração do contexto social que impactava diretamente nosso aprendizado. Com atividades pendentes de assimilação, adotei uma prática de aprendizado autodidata e precária. Essa foi a melhor decisão que eu tomei na minha vida. Não obstante outros colegas [...] continuassem a tentar manter a excelência nos resultados, a maioria não aguentou até

o mês de julho [...]. Alguns abandonaram, de uma vez, todas as obrigações com a escola. Em síntese, à medida que o tempo passava, a moral e a força de vontade dos estudantes foram caindo de forma semelhante ao gráfico de propagação de casos de Covid-19. Infelizmente do modo inverso [...]. À proporção que os meses transcorriam, o número de alunos presentes caía vertiginosamente [...]. O nível de engajamento de meus colegas era extremamente baixo. Quando observávamos o ambiente de presentes, era incrível. Víamos um rosto que era sempre o mesmo, a do professor, cuja vergonha estampada no rosto era perceptível até aos olhos desatentos.

A vivência de Sócrates ressalta, essencialmente o impacto emocional sofrido por ele durante o primeiro ano de pandemia:

Minha experiência com esse ano foi uma

montanha-russa. Havia momentos onde estava tudo bem, eu estava feliz. Mas tinha momentos que eu não conseguia nem se quer sorrir devido a tudo que eu pensava e as várias paranoias que “gritavam” em meus ouvidos. Está sendo um ano louco, me aproximei mais de amigos, criei laços fantásticos, me descobri mais e tentei novas coisas como afazeres domésticos e meditar [...]. Com relação às atividades, por um tempo eu tinha forças para fazer, mas a cada bimestre eu procrastinava mais e mais, até que chegou um momento que eu não sentia mais vontade de fazer nada [...]. Eu espero poder me encaixar de novo com essa bagunça que a minha vida ficou e que no próximo ano eu possa ver todos os meus amigos e professores. Enfim, tenho saudade do colégio.

Diodoro se vê como um privilegiado por não ter passado por nenhuma “tragédia física” ocasionada pela pandemia: morte,

desemprego e fome na família. Ele assinala, contudo, que passou

Por momentos de sofrimento causado pela ansiedade diagnosticada por médicos e psicólogos [...]. Não tenho crises com frequência. Quando estou com essas crises consigo parar e me acalmar, consigo relaxar [...]. Mas no ano de 2020 descobri coisas memoráveis sobre o meu tesão e o meu repúdio. Quando a gente fica muito tempo só e isolado descobre coisas da gente mesmo. Gosto da escola e agora sei que lá é um ótimo lugar, e acho que o grande motivo de querer cursar uma licenciatura é o medo de sair de lá [...]. Eu pensei também nas certezas e incertezas da minha sexualidade e crença religiosa.

As narrativas discentes ressaltam as várias dimensões observadas no ensino-aprendizagem que, se não são novas, acentuaram-se em tempos de pandemia: as emoções tensas que vieram à tona, os impactos socioeconômicos em suas famílias,

as mudanças nas formas de sociabilidade, as contaminações e mortes de parentes, as críticas ao modelo de aulas remotas, a exclusão digital e as dificuldades de aprendizado. Destacaram também descobertas, certezas, determinação, resiliência e a solidariedade e a compreensão com colegas, familiares e professores.

Creemos que a opinião discente é tão eloquente quanto a docente ou mesmo da macroestrutura educacional para compreendermos e tomarmos decisões no que concerne à educação remota no presente no porvir, ainda pleno de incertezas.

Um percurso de aprendizados para o presente e o porvir

A já quase longa jornada educacional em tempos de pandemia tem nos proporcionado muitas reflexões e aprendizados, além de nos ter demandado estratégias tecnológicas, emocionais e pedagógicas. À guisa de conclusão, citamos alguns desses aprendizados e reflexões para o resto da jornada e além.

1 – Em situações sensíveis como uma pandemia, precisamos aprender mais a lidar com as emoções que emergem no contexto

de ensino-aprendizagem e afetam docentes e discentes.

2 – Precisamos compreender a pandemia como um evento histórico inédito e carregado de emoções de incertezas e medos que devem ser tratados pedagogicamente e relacionados às experiências de vida de estudantes e docentes, ao currículo e ao dia a dia de modo que possamos pensar sobre nossas vidas e mudá-las, respeitando mais a nós mesmos e aos outros. Ao contrário, a educação perderá a oportunidade de renovar-se, de encontrar novas sendas, não terá sido pertinente às demandas da humanidade.

3 – A educação em valores humanos deve estar no cerne do currículo não como uma opção ou em momentos delicados, mas como uma necessidade e deve ser dinâmica e cotidiana na vida escolar, de forma que os estudantes possam ser inspirados a fazer escolhas sociais e pessoais positivas e desenvolvam uma prática cidadã terrena, tecida pelo diálogo intercultural e uma consciência ecológica e espiritual.

4 – Parece-nos ser urgente a resignificação da educação pela macroestrutura educacional, de


forma a adentrar, com mais afinco, em uma perspectiva holística, distanciando-se da competitividade e de outros valores excludentes propagados pelo neoliberalismo.

5 – A escola e os docentes devem proporcionar mais abertura para as narrativas discentes. Os incômodos silêncios e ausências nas salas virtuais vão além da exclusão digital. São eloquentes e querem nos dizer algo sobre as atitudes dos sujeitos e das instituições envolvidos no processo de ensino-aprendizagem.

6 – A pandemia fez emergir entre docentes e estudantes, de maneira mais poderosa, a solidariedade, a compreensão, o respeito e a empatia, contribuindo para que a dignidade humana florescesse com mais esperança e apreço.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

- BARROS, P., & DA COSTA, J. Pedagogía en tiempos de pandemia: afectos y memorias de la enseñanza-aprendizaje. 593 Digital Publisher CEIT, V. 6, nº 2-1, p. 229-241, 2021. <https://doi.org/10.33386/593dp.2021.2-1.505>. Disponível em: https://www.593dp.com/index.php/593_Digital_Publisher/article/view/505. Acesso em: 15 mai. 2021.
- BRASIL. Base Nacional Curricular Comum. Brasília: Ministério da Educação, 2017.
- GIL, C. Z. V. & EUGÊNIO, J. C. Ensino de história e temas sensíveis: abordagens teórico-metodológicas. Revista História Hoje, v. 7, nº 13, p. 139-159, 2018. DOI: <https://doi.org/10.20949/rhhj.v7i13.430>. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/430>. Acesso em: 15 mai. 2021.
- MATURANA, H. Emociones y lenguaje en educación y política. Ed. Dolmen Ensayo, 2001.
- MDEIROS. M. M. L.; SILVA, P. C.; OLIVEIRA, A. M. (Orgs.). Programa VIVE Rudá: reconectando com nossa essência. São Paulo: Brahma Kumaris, 2018 .
- MORIN, E. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília: Unesco, 2001.
- MORIN, E. La vía: para el futuro de la humanidad. Barcelona: Paidós, 2011.
- SANTOS, B. S. A cruel pedagogia do vírus. Coimbra: Edições Almedina, 2020a.
- SANTOS, B. S. Vírus: tudo que é sólido desmancha no ar. In: TOSTES, A.; MELO FILHO, H. (Orgs.). Quarentena: reflexões sobre a pandemia e depois. Bauru, SP: Canal6 Editora, 2020b.
- TILLMAN, D., & COLOMINA, P. Q. LVEP Educator Training Guide (1ª ed.). Publisher, Sterling, 2003.
- YUS, R. Educação integral: uma educação holística para o século XXI. Porto Alegre: Artmed, 2002.



Terras indígenas ocupam 13%
do território nacional

Aldeia dos índios Kaiabi, Ilha Grande, Parque Nacional do Xingu | Imagem: Ayrton Vignola



A maior base de dados sobre Terras Indígenas no
Brasil



NÚCLEO DE TECNOLOGIA

 SETOR DE FORMAÇÃO POLÍTICA | MTST |